A ONDA ROSA-CHOQUE

RODRIGO SAVAZONI

reflexões sobre redes, cultura e política contemporânea

A ONDA ROSA-CHOQUE

RODRIGO SAVAZONI

A ONDA ROSA-CHOQUE

RODRIGO SAVAZONI

reflexões sobre redes, cultura e política contemporânea

azougue editorial

2013

Coleção Rede livre - Conselho Editorial
Gabriel Cohn, Giselle Beiguelman, Ivana Bentes e Sérgio Amadeu da Silveira

Coordenação da Coleção
Rodrigo Savazoni

Projeto gráfico e capa
Tiago Gonçalves e Júlia Parente

Assistência editorial
Evelyn Rocha

Revisão
Barbara Ribeiro e Evelyn Rocha

Equipe Azougue
Barbara Ribeiro, Evelyn Rocha, Júlia Parente, Luciana Fernandes, Tiago Gonçalves e Welington Portella

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ
S277o

Savazoni, Rodrigo, 1980-
A onda rosa-choque : reflexões sobre redes, cultura e política contemporânea / Rodrigo Savazoni. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Beco do Azougue, 2013.
196 p. (Rede livre ; 1)

ISBN 978-85-7920-133-2

1. Movimentos sociais. 2. Desenvolvimento econômico. 3. Comunicação e cultura 4. Sociedade da informação. I. Título. II. Série.

13-03670 CDD: 303.4833
CDU: 316.422

06/08/2013 07/08/2013

[2013]
beco do azougue editorial ltda.
rua jardim botânico, 674 sala 605
cep 22461-000 - rio de janeiro - rj
tel/fax 55_21_2259-7712

www.azougue.com.br
azougue - mais que uma editora, um pacto com a cultura

CC BY SA

CARTOGRAFIA

9 APRESENTAÇÃO

11 INTRODUÇÃO

15 ROSA-CHOQUE

19 AGRADECIMENTOS

21 A ONDA ROSA-CHOQUE

37 A DIÁSPORA HACKER: AS REDES LIVRES DE PRODUÇÃO IMATERIAL E AÇÃO POLÍTICA

65 AS POLÍTICAS DE CULTURA E O MOMENTO DIGITAL

79 MARCHA PARA TRÁS: A REVIRAVOLTA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA DE LULA PARA DILMA

105 DEMOCRACIA, INOVAÇÃO E CULTURA DIGITAL

115 UMA CONVERSA COM DANIELA B. SILVA, SOBRE TRANSPARÊNCIA HACKER

125 A ALIANÇA NECESSÁRIA: NOVOS E VELHOS MOVIMENTOS SOCIAIS

135 O DUPLO-PERFIL DO FACEBOOK

145 UMA REFLEXÃO SOBRE AS REDES

151 REDES, OCUPAÇÕES, REVOLUÇÕES: O CAMINHO DA LIBERDADE É A RUA

155 A CULTURA MUITO MAIS QUE DIGITAL

161 OTIMISMO: ATITUDE SUBVERSIVA

181 SOBRE O AUTOR

Para Lia Rangel, meu amor, minha inspiração

APRESENTAÇÃO

por Sérgio Amadeu da Silveira

A onda rosa-choque é um esforço de reflexão sobre a amplitude e a intensidade política que a cultura digital pode liberar na sociedade brasileira. Trata-se de um conjunto de análises do potencial transformador do compartilhamento de produtos e bens culturais a partir das redes de informação. Mas, os textos aqui reunidos não se limitam as tentativas de pensar o presente, eles querem disputar os caminhos para o futuro.

Enquanto escrevo este prefácio, mobilizações explodem neste Brasil de junho de 2013, como se inspiradas na lógica do hackativismo. Sem grandes líderes, sem carros de som, organizadas por microarticuladores, com o apoio de coletivos culturais, radicais, ambientais, nerds, hackers, rappers, jovens da periferia, entre tantos outros mobilizadores, os protestos desafiam a compreensão daqueles que debochavam dos "militantes de sofá", "agitadores do Twitter". Pois então, estamos assistindo um movimento distribuído em que os "sofás" desceram para as ruas.

Os textos escritos pelo produtor cultural, pesquisador e ativista Rodrigo Savazoni fazem parte da antessala dessa emergência das redes e da tomada das ruas que tanta falta fazia ao país. A onda rosa-choque contra o poder careta, verticalizado, excessivamente burocratizado, tecnocrático, insensível e opaco parece estar ocorrendo agora, com novas cores além do azul e vermelho, bem mais misturadas, remixadas com as diversas tonalidade ideológicas que assumiram as ruas.

Savazoni já perguntava em suas reflexões sobre o que estaria em debate: "Centralização contra descentralização? Formas de ação espontâneas ou organizadas? Ações emergentes, construídas de baixo para cima, ou ações de impacto, construídas clandestinamente e compartilhadas de cima abaixo?". De certo modo, tudo está em disputa. O processo é tão importante quanto suas finalidades. Se os ativistas pela radicalização da democracia não se dispersarem nas redes distribuídas e não se envolverem na intensa conversação das plataformas de relacionamento, poderemos ver a onda rosa se quebrar diante de ondas conservadoras.

Esperamos que o contágio da ética hacker, dos coletivos libertários, das ocupações, dos festivais de cultura digital, dos pontos de cultura, sejam superiores em encantamento e convencimento social do que o reacionarismo dos novos capitães do mato, da criminalização do compartilhamento de arquivos digitais e dos downloads, dos colonizadores genéticos, dos fundamentalistas contrários a diversidade cultural, religiosa, étnica e de orientação sexual.

As multidões estão ativas. Redes de opinião enfretam outras redes de opinião. A bipolaridade se desfaz em meio aos múltiplos conflitos. Agora, é bem evidente que poder comunicacional cada vez mais está na capacidade de formar e reconfigurar redes, como bem relatou o sociólogo Manuel Castells. Os textos que Rodrigo Savazoni discutem de modo instigante esse cenário. São escritos mais otimistas que cautelosos. Também por isso, este livro vem em boa hora. Certamente, é fruto da emergência dos movimentos interconectados e da experiência efetiva de Rodrigo, principalmente na Casa de Cultura Digital. É uma tentativa de influenciar e destacar que os ciberviventes precisam hipertrofiar a biopolítica das modulações proibicionistas, mais do que o "do-in antropológico" do Juca-Gil, é preciso estimular o hackeamento, a inversão, a ocupação e outras linhas de fuga.

INTRODUÇÃO

O livro que está em suas mãos reúne artigos, ensaios, entrevistas e textos acadêmicos compilados nos últimos três anos e tem como tema a relação entre política e cultura digital. Resolvi organizá-los por entender que, em conjunto, apresentam coesão. Principalmente se levarmos em conta a centralidade que o assunto ganhou a partir dos levantes de 2011, como a Primavera Árabe, o 15M, na Espanha, e o #OccupyWallStreet, nos Estados Unidos. Os artigos, muitos deles, buscam refletir sobre esses acontecimentos, em comparação com a conjuntura nacional, e descrevem a conformação de novos movimentos político-culturais que emergiram como um dado novo da realidade nacional, principalmente a partir dos efeitos do Governo Lula e do Ministério da Cultura de Gilberto Gil e Juca Ferreira (2003-2010).

É notável a ausência de bibliografia qualificada, escrita em português, sobre o que estamos vivendo em nosso país. Em contatos internacionais, é comum toparmos com pares de ativismo que ficam estupefactos com a nossa pouca vaidade em relação à relevância e importância da cena brasileira, não só como modelo a perseguir – uma vez que temos podido experimentar uma tensa, mas produtiva relação entre sociedade civil e Estado – mas principalmente como matriz de formulação. Ou seja, temos uma compreensão frágil sobre algo que nos distingue e não estamos dando a devida atenção a esses fenômenos, muito menos documentando-os como merecido.

Diante dos aportes entusiásticos sobre as redes político-culturais e o contexto brasileiro, fico a me perguntar: cadê a nossa formulação? Onde está a produção teórica e crítica que subsidia o esforço cotidiano de muitos agentes que têm escrito uma história inovadora no Brasil do Século 21?

Muito do que os intelectuais e ativistas das redes político-culturais produziram está disperso na internet. Isso não é necessariamente ruim, pois vários dos textos são para consumo imediato, escritos no calor de disputas internas ou de afirmação de pautas junto a sociedade. Foram feitos para ter vida efêmera e incidir diretamente sobre a conjuntura. É bom que essa produção exista e continue a existir, demonstrando a dinâmica fluída dos processos de construção rizomáticos da internet. Entendo, no entanto, que fazem falta compilações que possam ajudar a ampliar o debate, principalmente entre agentes que estão "fora" do processo veloz da política em contexto digital.

A tarefa de reverter esse quadro de carência bibliográfica não é exclusividade de um ou outro ativista. É coletiva. Nesse sentido, no primeiro semestre de 2013, Henrique Parra e Pablo Ortellado lançaram o livro *Movimentos em marcha: ativismo, cultura e tecnologia*, uma compilação essencial sobre um dos mais profícuos debates sobre o sentido da esquerda hoje, que teve lugar em blogs e sites a partir da realização da Marcha da Liberdade, em 2011.

Trata-se de debate inconcluso e que vem sendo estimulado, no entender de Parra e Ortellado, por quatro fatores: (1) o vento dos levantes internacionais de 2011, que se traduziram em protestos contra o aumento das tarifas de ônibus nas grandes cidades e contra a construção da Usina de Belo Monte, no Xingu; (2) a descontinuidade das políticas de fomento às dissidências que tiveram início com o Ministério da Cultura de Gilberto Gil e Juca Ferreira, materializada na nomeação de Ana de Hollanda ao posto de ministra; (3) o crescimento do Fora do Eixo, que se articula como circuito cultural e mo-

vimento político, constituindo-se numa força nacional organizada no campo da cultura; (4) o surgimento da Casa da Cultura Digital, que, nos dizeres dos autores é uma "rede de empreendimentos empresariais e não empresariais que utilizam ferramentas digitais".

Meu livro toma parte desse esforço, iniciado por Parra e Ortellado, de sistematizar o pensamento sobre as redes político-culturais brasileiras. *A onda rosa-choque* é um recorte específico, produzido por alguém que participa desse debate a partir de três lugares complementares: como ativista da cultura livre, fundador da Casa da Cultura Digital; como pesquisador acadêmico, que realizou um trabalho sobre o Fora do Eixo, buscando compreender sua origem e organização; e como articulador de políticas públicas, que atuou em parceria com o Ministério da Cultura na construção das ações de cultura digital, em especial na organização do Fórum da Cultura Digital Brasileira e da rede CulturaDigital.Br.

Não se trata, portanto, de uma obra baseada em distanciamento crítico. Pelo contrário. O que temos aqui é fruto de uma praxis militante, em que teoria e prática se retroalimentam. Não tenho interesse que seja diferente. Pois minha inspiração são os intelectuais polemistas que jamais se furtaram do papel de intervenção na sociedade, correndo riscos de errar e acertar.

Espero, sinceramente, que outros trabalhos com essa temática sejam publicados. Para que possamos dar conta da complexidade e grandeza do tema em questão.

ROSA-CHOQUE

O título deste livro é uma referência à escolha feita pelos coletivos organizadores do #ExisteAmoremSP, festival que durante a campanha eleitoral para a prefeitura de São Paulo reuniu 20 mil pessoas na Praça Roosevelt em um protesto pacífico e articulado por meio da internet. Tive o prazer de participar de algumas das reuniões preparatórias, de convocar pessoas a tomarem parte desse processo com manifestos amorosos na rede, e também estive na Praça Roosevelt no dia marcado. Sou um articulador, como tantos outros o foram, deste belíssimo momento. Escolhemos a cor rosa para o movimento em uma alusão – como me explicou certa vez o artista e ativista Paulo Fávero (Paulinho InFluxus...) – às cores azul e vermelha quando fundidas em um feixe de luz.

Fávero é autor da alegoria Tanq_ ROSA Choq_, que durante as ocupações e manifestações estudantis na Universidade de São Paulo, funciona como força de "contenção" mantendo a polícia afastada dos manifestantes. Veste-se com adereços rosa-choque bem gritantes, portando armas de brinquedo e pilotando um carrinho de supermercado reinventado como tanque de guerra. Fávero foi uma espécie de precursor do Festival #ExisteAmoremSP e um de seus principais articuladores. No dia do festival, pendurado sobre as caixas de som ao lado do pequeno palco onde se apresentaram Criolo, Emicida e Gabi Amarantos, entre outros artistas, ele lançava fumaças e luzes cor-de-rosa no ar, forjando um clima fabuloso de liberdade.

A ideia de fundir azul e vermelho numa "aliança rosa" surgiu do desconforto com os mapas eleitorais da cidade, que opõem a periferia (vermelha) ao centro (azul), aludindo a petistas e tucanos. Esse mapa, explorado à exaustão pelos grandes veículos de comunicação, criou nos últimos anos um estigma que impede a cidade de enxergar as nuances complexas de sua configuração política. Como se houvesse apenas um bloco sólido branco e conservador, a ocupar os bairros centrais, e outro negro e progressista nas bordas da metrópole. Nada mais simplista. Combater essa dualidade tacanha era um dos objetivos do #ExisteAmoremSP, que, longe de ser a proposição de uma terceira via, procurou vocalizar a necessidade de se construir, na cidade betaglobal, pactos alternativos, em torno de temas como a generalizada violência policial que nos assola. Como tratava-se de um movimento de afirmação da diversidade e das liberdades individuais, o uso do rosa-choque, cor estranha à política, também se apresentou como forma de questionar o patriarcado e o comportamento sexualmente repressor.

Cunhei, então, a expressão "Onda Rosa-Choque" para dar título a um artigo que escrevi sob encomenda para o Seminário Tramas da Rede, sobre cibercultura, organizado pelo Museu Vale em 2013. Esse ensaio abre o livro e resolvi então utilizar a expressão novamente, neste novo título. Na sequência, "A Diáspora Hacker: as redes livres de produção imaterial e ação política" é um artigo acadêmico produzido para o livro Tensões em Rede: os limites e possibilidades da cidadania na internet". É resultado da ampliação de um outro trabalho apresentado em janeiro de 2012 no Seminário Marxismo e Novas Mídias, na Universidade de Duke, Estados Unidos. O terceiro texto é inédito. Reúne uma avaliação crítica dos oito anos de cultura digital durante as gestões de Gil e Juca. O quarto, escrito em parceria com o professor Sérgio Amadeu da Silveira e o pesquisador Murilo Bansi Machado, integrantes comigo do Grupo de Pesquisa em Cultura Digital e Redes de Compartilhamento da

Universidade Federal do ABC, foi publicado originalmente em inglês na revista *Media, Culture & Society*, uma das mais importantes de seu segmento em língua inglesa. Esta versão em português é inédita. Trata-se de uma análise comparativa das políticas públicas de cultura entre os governos Lula e Dilma, em específico as gestões Gil-Juca e Ana de Hollanda.

O artigo "Democracia, inovação e cultura digital" foi publicado inicialmente no *Le Monde Diplomatique*, no Brasil, mas também possui versões em espanhol, inglês e catalão, publicadas pela revista *Digithum*, de Barcelona. Publiquei também no livro uma entrevista com a pesquisadora e ativista Daniela Silva, minha parceira de fundação da Casa da Cultura Digital, e criadora da rede Transparência Hacker. Fiz essa entrevista por escrito com Daniela para o site do Festival CulturaDigital.Br, que organizei, e entendo que alguns dos pontos sobre os quais ela discorre são essenciais para entendermos o debate contemporâneo. Os artigos "A aliança necessária", "O duplo-perfil do Facebook" e "Redes, ocupações, revoluções: o caminho da liberdade é a rua" foram originalmente publicados nas revistas *Fórum* e *Reportagem*, duas das mais importantes publicações da esquerda brasileira, e *Select*, referência na área de cultura digital. As entrevistas foram para o catálogo do Festival Multiplicidade, realizado por Batman Zavarese na Oi Futuro, do Rio de Janeiro, e para a revista *A Rede*. Fecha o livro uma conversa com o editor Sergio Cohn, com quem em 2009 realizei o livro *CulturaDigital.Br*, com entrevistas que abriram caminho para a discussão das implicações políticas, econômicas e sociais da cultura digital.

AGRADECIMENTOS

Não teria realizado esse trabalho sem a fundamental parceria de inúmeros companheiros que têm construído comigo a militância por uma sociedade mais justa e livre. Em especial, destaco a colaboração com o professor Sérgio Amadeu da Silveira, autor também do prefácio deste livro. Agradeço também a Lia Rangel, a quem o livro é dedicado. Lia é minha principal interlocutora e tem sido uma leitora implacável há mais de uma década. Cláudio Prado e Pablo Capilé, em diferentes medidas, viveram cada uma dessas linhas comigo. Dr. Jaime, meu pai, e Solange, minha mãe, participaram ativamente desta construção fragmentada que sou eu. Júlia e Chico, meus filhos, pela paciência com o pai que não sai do computador e/ou do telefone.

Aos parceiros que construíram comigo a Casa da Cultura Digital, todos vocês, em especial Gabriela Agustini, Georgia Nicolau, Roberto Romano Taddei, Bianca Santana, Fábio Maleronka Ferron, André Deak, Dalva Santos, Daniela Silva, Pedro Markun, Thiago Carrapatoso, Caru Schwingel, VJ Pixel, Maira Begalli, Paulo Fehlauer, Rodrigo Marcondes, Leo Caobelli, Diego Casaes, Andressa Viana, Paula Alves, Rafael Frazão, Rafael Mantarro. Aos companheiros de movimentos Alvaro Malaguti, Cícero Silva, José Murilo Jr., Fabiano Rangel, Felipe Fonseca e a galera da MetaReciclagem, Leo Germani, Oona Castro, João Brant, Diogo Moyses, Adriano de Angelis, Antonio Biondi e todos do Intervozes, Alfredo Manevy, Juca

Ferreira, Eliane Costa, Heloisa Buarque de Hollanda, Ivana Bentes, Giselle Beiguelman, André Lemos, Renato Rovai, Guilherme Varella, Jeferson Assunção, Felipe Altenfelder, Lenissa Lenza e todos os Fora do Eixo. Essa é uma obra de intervenção e espero que ajude na construção dos próximos passos da luta.

Aos mestres amigos Celso Nucci, Eugênio Bucci, Marco Antonio Araujo e Sérgio Gomes.

A ONDA ROSA-CHOQUE[1]

Olho para a foto da Praça Roosevelt no fim da tarde de 21 de outubro de 2012. Tenho certeza de que se trata de uma imagem histórica. É possível visualizar nela não apenas as cerca de 20 mil pessoas que participaram do festival auto-organizado #ExisteAmoremSP, mas o surgimento de algo muito forte, que é reflexo do crescimento das redes político-culturais no Brasil.

A foto me remete para a Praça Tahir, no Egito e para a Puerta del Sol, em Madrid. Trata-se, como nos habituamos a ver no infinito ano de 2011 – que começou com a Primavera Árabe e terminou com as acampadas nos Estados Unidos – de uma foto de uma praça tomada por uma multidão que, por meio da internet, se organizou para estar ali. A Praça Rosa difere em proporção desses outros momentos, mas tem em comum com eles ser um grito muito potente por liberdade, igualdade e mais e melhor democracia.

Essa foto é histórica também pelo que há por trás de sua produção. Seu autor é um fotógrafo vinculado ao Circuito Fora do Eixo, uma rede de produção cultural e ativismo digital que surgiu em 2005 e que hoje está organizada em todos os estados do país. O Fora do Eixo[2] é um fenômeno em expansão, que esteve por trás da concepção,

1 Artigo produzido para o Seminário "A Trama das Redes", do Museu Vale, ocorrido no primeiro semetre de 2013.
2 Concluí em 2013 uma dissertação de mestrado sobre o Circuito Fora do Eixo no curso de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC, que será também editada em livro.

organização e logística desse ato político da Praça Rosa. Seus ativistas não só trabalharam para aproximar os grupos que produziram o evento, como forneceram mão de obra, recursos e conhecimento para a execução da atividade, além de terem documentado o processo por meio de conteúdos multimídia e conversações em rede.

Outro aspecto faz da foto histórica: ela expressa um dos mais fascinantes momentos das eleições municipais de 2012. O ato #ExisteAmoremSP é a continuidade da atividade #AmorSIMRussomanoNão, que ocorreu no primeiro turno da eleição para prefeito de São Paulo. Diante do avanço do candidato conservador Celso Russomano, que surgiu liderando pesquisas de opinião, grupos da cidade se organizaram para protestar nas redes e nas ruas. Essa mobilização surtiu efeito e Russomano não foi sequer para o segundo turno.

A mobilização foi mais longe. Desvelou uma agenda positiva, um desejo dos cidadãos por uma cidade menos proibida, com mais espaços públicos, menos violenta e intolerante. Essa agenda comum atraiu mais e mais gente para o processo, sensibilizou artistas independentes do porte de Gaby Amarantos, Emicida e Criolo, e construiu o argumento necessário para a realização do festival, consequentemente da foto. Ou seja, a foto é o símbolo eloquente de uma vontade partilhada.

Algo se discutiu sobre o caráter partidário do evento. Debate por vezes estéril. Enxergo a Praça Rosa como um momento de afirmação da possibilidade de ação pós-partidária. O que seria isso? Uma forma de agir que não se recusa o diálogo com as forças e instituições existentes, mas que não segue as regras e padrões estabelecidos historicamente por essas mesmas instituições.

O #ExisteAmoremSP expressa, acima de tudo, a capacidade de tecer redes que os coletivos culturais e urbanos veem demonstrando nos últimos anos. Como ocorreu no 15M espanhol ou no Occupy WallStreet estadunidense, foi a dinâmica de associação em rede entre diferentes forças com alguns propósitos em comum – sendo

o principal deles reinventar as formas de fazer política – que criou as condições para essa explosão de afetos e colaboração. A Praça Rosa persistirá, materializada na foto, como um símbolo desse momento matricial.

Voltarei a esse tema no final do ensaio. Peço licença para uma digressão conceitual.

As redes político-culturais

Falo em redes político-culturais na perspectiva de construir um conceito que nos permita começar a classificar alguns dos mais expressivos fenômenos contemporâneos nos campos da cultura e da política. Recorro à expressão *político-cultural* por enxergar nela uma forma de expressar concentradamente três características que observo nesses grupos que estão produzindo a história do nosso tempo: (1) a organização do campo da produção imaterial, ou simbólica, ou cultural; (2) a formulação de uma nova cultura política, baseada na colaboração, no afeto e em dinâmicas em rede (mais ou menos horizontais); e (3) a interferência, a partir da comunicação e da cultura, nas dinâmicas de poder tradicionais.

Na conclusão de seu livro *Communication Power*, o teórico Manuel Castells afirma que o poder é exercido na Sociedade da Informação programando redes ou dominando os mecanismos de trocas entre essas redes. Para ele, portanto, o contrapoder – a forma de mudar as relações de poder – se exerce reprogramando redes em torno de valores e interesses alternativos. Ora, se assim é, poderíamos dizer que as redes político-culturais seriam, justamente, um modo de contrapoder que age na disputa os modelos de produção cultural, de criação e de inovação?

É fato que nos últimos anos vêm crescendo, em todo o mundo, formas de resistência no campo da cultura. Em um artigo chamado *Sistemas y redes culturales: como y para qué?*, George Yudice fala em "ativismo reticulador". Recupero esse conceito, que todavia Yudice

não desenvolve em profundidade em seu texto, e trago-o para elaborar um pouco sobre ele.

Em minha opinião, o ativismo reticulador é aquele que tece redes, que se incumbe de, como no delicado tecido reticular de nossos cérebros, desenvolver-se estabelecendo conexões entre diferentes elementos. Esse ativismo digital reticulador tem no ato de organizar redes um fim em si e um meio para atingir seus objetivos estratégicos, tão amplos como confrontar os 1% do planeta que dirigem o capitalismo global, ou tão específicos como reorganizar a vida comunitária em bairros periféricos, como é o caso do Grupo Cultural AfroReggae, exemplo que Yudice utiliza no estudo supracitado. Esse texto tem o mérito de, ao final, sistematizar pioneiramente o que seriam as características das redes culturais. Tomo a liberdade de elaborar uma tradução livre do trecho, que é um pouco longo, mas que, justamente por isso, nos será útil.

> – As redes complexas têm a capacidade de obter informações que de outra maneira seria impossível de se obter por meio de instituições oficiais, porque essas redes têm conexões com atores que se esquivam do contato com o estado e que o mercado ignora;
> – Mais que gestores profissionais, seus agentes são atores envolvidos na produção, circulação, distribuição e prosumidores de artes e cultura. Têm o mérito de jogar um papel importante na oferta de educação informal, onde a educação cultural não existe ou é insuficiente. Por outro lado, buscam levar suas programações para o espaço formal das escolas;
> – As redes culturais podem conectar processos novos com processos tradicionais. Por exemplo a produção cultural de bairro com a produção das indústrias culturais. [*Neste ponto Yudice cita a parceria entre o Afroreggae e o dirigente da indústria da música André Midani*];

> – As redes são úteis para articular criadores de setores cultos e tradicionais e dos novos meios (do mundo digital e da internet);
> – As redes culturais também aportam seu dinamismo para o turismo cultural, pois aproveitam os vínculos com atores múltiplos da sociedade para estabelecer novos tipos de oferta e novos territórios de circulação. [Aqui Yudice cita o Centro Cultural do Afroreggae, que se tornou um lugar para ser visitado no meio da favela, antes do início dos processos de pacificação no Rio de Janeiro];
> – Para voltar à analogia com a ecologia e a biodiversidade, as redes servem para manter vivo o bosque primário – permitem que se conectem atores, comunidades e processos que de outra forma se desarticulam. As redes permitem a criação de microssistemas que, por sua vez, se vinculam a sistemas maiores, mas sem perder essa conexão com esse manancial comunal;

Um pouco mais adiante, Yudice conclui:

> Seguindo esta última analogia, poderíamos dizer que **as redes são maneiras de alavancar para cima o capital social e cultural**. Essas redes criam sistemas de cooperação para atingir objetivos específicos que não definem a totalidade das atividades dos atores em reticulados.

Tecer redes passa a ser, então, a forma que as dissidências possuem para estabelecer linhas de fuga, comportamentos alternativos, práticas desviantes. É também uma forma de acumular capital "social e cultural", na análise de Yudice. Ou seja, valor em torno de sua produção. Cada vez mais, essas formas de se organizar são reconhecidas como as principais práticas das novas gerações. No prólogo do

livro *Jóvenes, culturas urbanas e redes digitais: prácticas emergentes em las artes, las editoriales y la música*, Nestor Garcia Canclini afirma que as noções de redes e *commons* são a expressão para falar de "outra maneira" sobre o que está acontecendo nas sociedades, porque expressam a transversalidade que marca a vida contemporânea. Seu ensaio nesse livro, intitulado "De la cultura postindustrial a las estrategias de los jóvenes", busca atualizar o desafio do pesquisador de cultura no contexto da sociedade pós-industrial e visualiza nas redes culturais a principal forma de estratégia da juventude para se organizar, de forma híbrida, em arranjos político e econômicos distintos do que se vislumbrou até recentemente.

"Nós lemos Marx, Bourdieu, Durkhein, Geertz, antropólogos de vários países", escreve, no prólogo. "E nos damos conta agora que essas ferramentas nos servem muito parcialmente. É preciso completar a aprendizagem acompanhando os atores que se movem hoje na sociedade". Acompanhando as forças que se movimentam, encontro um processo muito interessante que está em curso na América Latina: trata-se do Cultura de Rede. Coletivos e articulações brasileiras como o Fora do Eixo, Pontos de Cultura e movimentos de cultura digital estão participando dessa articulação continental. Esse processo já produziu três encontros, o primeiro deles em Quito, Equador, o segundo em Brasília, Brasil, e o terceiro em Cochabamba, Bolívia.

Entre os objetivos dessa articulação está justamente definir melhor o que seriam essas redes político-culturais. Na Carta de Quito, disponível on-line, há uma tentativa de definição, ainda que ampla, de redes político-culturais[3]:

> As redes são formas de trabalho que se caracterizam por seu profundo **compromisso pela transformação social**

3 Para uma apreciação mais detalhada das definições do Cultura de Rede, ver a carta na íntegra em <www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/.../carta_quitoPT.pdf>. Acesso em 11/11/2012.

> **da realidade**, com base no trabalho horizontal, solidário e colaborativo. Dada a flexibilidade de suas formas organizacionais, quando falamos de redes, o fazemos nos referindo tanto a organizações locais que trabalham de maneira coordenada, até formas organizacionais mais complexas e de âmbitos de ação mais amplos. As redes se articulam em torno de objetivos comuns, que entendem a cultura como um direito coletivo adquirido e como resultado de processos históricos, cujo exercício demanda **diálogo democrático entre Estado e cidadania**.

Poderíamos dizer que a criação de mundos e a dominação de subjetividades por meio de redes tornou-se o centro de reprodução do capitalismo em sua etapa de permanente crise. Se isso é verdade, também seria bom apreciarmos a possibilidade de criação de redes político-culturais cujo foco está justamente na fabricação de mundos alternativos. Neste momento, as práticas dissidentes devem ser o foco de nossa atenção.

Uma incubadora de redes político-culturais

Uma das expressões desse crescimento das redes político-culturais no país é a Casa da Cultura Digital, experiência que ajudei a desenvolver a partir de 2008. Naquele ano, começamos a reunir pessoas em torno de projetos sociais e culturais aliados às novas tecnologias. A primeira geração da CCD era formada por grupos já constituídos que se uniram para a construção dessa experiência de partilha. Talvez a melhor definição para o que construímos em quatro anos de história seja "laboratório de vivências", pois é a vida que está no centro de tudo. Nosso foco são as relações de investigação sobre possíveis alternativas de viver nesse planeta dirigido pelo capitalismo interconectado. Por isso mesmo, não seria possível definir a Casa da Cultura Digital exclusivamente como um espaço de trabalho, ou de formação, ou de

articulação, ou para a expressão das manifestações culturais de seus integrantes, ou de promoção de soluções inovadoras para diferentes áreas do conhecimento. A CCD é tudo isso, porque justamente permite a construção de uma outra forma de viver, ou seja, de cada um se relacionar com o tempo específico de sua existência. Quase todos nós que estamos associados a essa experiência entramos nela para fazer uma coisa e mudamos completamente de plano. Ainda assim, seguimos conectados. Os que não entenderam essa dinâmica fluida, partiram para novas jornadas. E acabam por se conectar à rede de outras maneiras, mantendo-se próximos de alguma forma.

Essa descrição pode parecer demasiado abstrata. Em parte é. No entanto, se quisermos recorrer à teoria já escrita, recupero questões abordadas por André Gorz no livro *O Imaterial*. Nessa obra seminal, o escritor francês se debruça sobre as formas "contemporâneas" de produção, associação e luta política. Escreve Gorz: "Esse colaborador tenderá a demonstrar que vale mais do que realiza profissionalmente, e investirá sua dignidade no exercício gratuito, fora do trabalho, das suas capacidades: jornalistas que escrevem livros, gráficos do meio publicitário que criam obras de arte, programadores de computadores que demonstram suas habilidades como hackers e como desenvolvedores de programas livres etc.; são muitas as maneiras de salvar sua honra e 'sua alma'. Para subtrair uma parte de sua vida à aplicação integral no trabalho, os 'trabalhadores do imaterial' dão as atividades lúdicas, esportivas, culturais e associativas, nas quais a produção de si é a própria finalidade, uma importância que enfim ultrapassa a do trabalho." (pg. 23)

Foi para criar um espaço associativo de pessoas com esse perfil descrito por Gorz que criamos a Casa da Cultura Digital. Partimos, singulares e conectados, de algumas questões: Por que, se queremos produzir livremente, devemos manter relações com o ambiente estático do mercado tradicional que não corresponde à nossa necessidade? Por que recorrer ao meio publicitário se queremos ser

artistas? Por que vender horas e horas de trabalho aos jornais se queremos contar nossas próprias histórias? Por que trabalhar para conglomerados do espetáculo se queremos produzir uma cultura que seja conectada à expressão autêntica dos nossos afetos? O mercado, como o conhecemos, nos propicia algo que não possamos conseguir pela união de nossas forças? E se criarmos um espaço em que não faz distinção entre viver e produzir? Esse espaço pode ser sustentável? Ou, ainda, melhor que "sustentável", ele pode, como reclama Viveiros de Castro, ser antropologicamente suficiente? Não seria esse o salto radical a ser dado, do ponto de vista ambiental, para estabelecermos uma outra forma de nos relacionarmos com o planeta, massacrado por um desenvolvimento que o dilacera?

Nenhuma dessas perguntas têm respostas fáceis. Mas são excelentes provocações para um início de investigação. Disso surgiu a necessidade de construirmos um laboratório, um espaço para testar hipóteses e situações que possam desenhar novos caminhos para nossas vidas e, eventualmente, permitir que outras pessoas e organizações se aproveitem dessas descobertas.

Acredito que foi justamente a conjugação de desafios tão fluidos que nos permitiu desenvolver um arranjo inovador. A Casa da Cultura Digital é composta por pequenas empresas, produtoras, organizações sem fins lucrativos, redes que não dispõem de pessoa jurídica própria e indivíduos adeptos do "sevirismo" (se virar para viver). Os custos de infraestrutura são compartilhados, como numa república estudantil, entre as instituições integrantes. No restante, vive-se dos projetos que são desenvolvidos, isoladamente ou em parceria. São muitas iniciativas que estão em curso atualmente, a maior parte delas com receitas próprias, que permitem não só remunerar seus idealizadores como as equipes que atuam nos processos. O que está baseado na troca de serviços e em doações por meio de cooperação é totalmente viável. Já houve vários projetos aprovados por meio de *crowdfunding* (financiamento pelos

pares), e a CCD é uma das organizações que mantém uma página própria no site Catarse.

Para especificar melhor como funciona nossa sustentabilidade, peguemos o exemplo do Festival CulturaDigital.Br. Ele contou com patrocínios do Governo do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Lei Estadual de Incentivo à Cultura, e do Governo Federal, por meio da Lei Rouanet. Recebeu aportes das empresas Petrobras, Vale e Vivo Telefônica, das organizações sem fins lucrativos Comitê Gestor da Internet do Brasil, Mozilla Foundation, Fundação Ford, Centro Cultural de Espanha e Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), estabeleceu parcerias e permutas com o Museu de Arte Moderna (MAM), a PRODERJ, o Cine Odeon, sem contar no aporte em troca de trabalho e serviços de uma gama enorme de aliados e parceiros. Como este, poderia citar o rol de apoiadores de outras iniciativas lideradas pela CCD, o que iria demonstrar nossa capacidade de manter relações com governos e forças do Estado brasileiro, organismos multilaterais, instituições e fundações de cooperação internacional, organizações da sociedade civil e empresas.

Não seria exagero nem cabotino dizer que a Casa da Cultura Digital tornou-se, nesses poucos anos de existência, uma referência para jovens ativistas, hackers, comunicadores, desenvolvedores e produtores culturais que estão em busca de uma vida baseada em um compromisso profundo com a democracia e a liberdade. Isso pode ser medido pelo número de pessoas que nos procuram, pelo interesse dos meios de comunicação de massa e on-line nas nossas ações, pela presença e circulação das informações produzidas pela e sobre a CCD nas redes sociais, pelo posicionamento das coisas que fazemos nos resultados de busca. Digitando no Google, em português, a expressão "cultura digital", as quinze primeiras remissões apontam para trabalhos e ações da CCD ou nas quais estivemos envolvidos. É como se, ao longo dos anos, tivéssemos nos tornado sinônimo de quem pensa a cultura a partir das transformações

ocasionadas pela tecnologia. Depois do núcleo de São Paulo, em 2012 tiveram início células autônomas da CCD em Santos, Porto Alegre e Florianópolis.

De todas as dimensões que eventualmente a Casa da Cultura Digital possua, a que mais me agrada é pensá-la como uma espécie de "incubadora" de redes. Temos sido uma rede que conecta pessoas e projetos. Mas também um arranjo que produz e conecta outras redes, as quais possuem dinâmicas e características específicas, como demonstra o quadro abaixo.



Essa imagem descreve oito redes que surgiram das entranhas da Casa da Cultura Digital. A primeira que cito é a rede CulturaDigital.Br, criada em 2008 com a finalidade de articular, em parceria com o Ministério da Cultura, políticas públicas para esse campo. Toda a inteligência de rede e o trabalho de articulação concentrados em torno da Plataforma CulturaDigital.Br (http://www.culturadigital.br), que também culminou na realização de dois fóruns de cultura digital, foi gestada dentro da CCD. Chegamos a mobilizar mais de oito mil pessoas nesse processo, além de ter fomentado inúmeras iniciativas poderosas

no Brasil e fora dele, como é o caso da Universidade da Cultura, das redes de arte digital, do Movimento Cultura Digital, entre outros.

Também foi nos corredores do Parque Savoia, onde territorialmente nos estabelecemos, que surgiu, com a realização dos HackDays, a rede Transparência Hacker, que conforma uma experiência de hacktivismo voltado para a melhoria da democracia. Essa rede possui mais de mil membros em todo o Brasil, e de dentro dela surgiram projetos como o Ônibus Hacker e o Clone do Blog do Planalto. A Transparência Hacker surgiu na CCD, mas estabeleceu articulações específicas, próprias, que não necessariamente envolvem todos os agentes que atuam na Casa da Cultura Digital.

Outra rede que está citada na imagem e produz enorme atenção é o Garoa Hacker Clube, que se constituiu como um hackerspace, um clube para aficcionados por tecnologias livres. Esse clube também tem como premissa estimular a criação de outros espaços semelhantes no Brasil e no mundo. Destaca-se por ter sido o primeiro do Brasil.

Por fim, para não me estender demais em uma descrição muito minuciosa, vale citar o caso do Movimento Baixo Centro. Esse processo também teve início da Casa da Cultura Digital, e partia da inquietação de alguns dos integrantes de nossa rede, em especial dos produtores culturais, com o cerceamento às expressões livres nas ruas da cidade, em especial na região central, onde se encontra nossa sede. Esse grupo propôs então a criação de um festival nas imediações do Minhocão, uma via elevada que corta alguns bairros centrais, e esse festival acabou se tornando uma rede de ativismo pelo direito à cidade, que inclusive pode ser considerada um dos embriões e inspiradores do #ExisteAmoremSP.

A reputação obtida pela Casa da Cultura Digital, no entanto, não tem sido explorada em benefício próprio. Ela é vista como potência para fortalecer os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil que nos precederam; para aprofundar as disputar por trans-

parência, abertura e radicalização da democracia; para defender uma ideia de cultura que seja baseada na visão de que todos somos potenciais criadores e que o mercado não deve dirigir as relações de produção simbólica; para desenvolver tecnologias inovadoras que sirvam ao fortalecimento da cidadania e estejam conectadas com as reais necessidades da população brasileira.

Por isso mesmo, além de operar como uma incubadora de redes, a CCD também tem sido abrigo para articulações e formação de redes em torno das causas políticas que se afirmaram na Praça Rosa. Causas que, podemos dizer, atualizam os desafios da luta social no país. Produzi a imagem abaixo com a finalidade de evidenciar algumas das temáticas com as quais viemos lidando nos últimos anos, e como dessa sistematização podemos começar a delinear uma agenda de lutas contemporâneas que marcam os interesses da juventude urbana brasileira.



São muitas as iniciativas da CCD associadas à afirmação, promoção e defesa do software livre, que é o movimento que constitui a essência da cultura digital livre. Na Casa da Cultura Digital ocorrem articulações e ações em parceria com organizações como Mozilla Foundation, Free Software Foundation, Open Knowledge Society, Eletronic Frontier Foundation (EFF), Wikimedia, Wikileaks, Festival Internacional de Software Livre (FISL), para citar alguns dos exemplos mais eloquentes. No caso, por exemplo, da luta pela reforma da lei de direito autoral, funcionamos como um ponto de encontro para os grupos que se mobilizam pela aprovação de uma lei adequada às transformações operadas pela internet e desenvolvemos uma plataforma de comunicação para essa campanha (http://www.reformadireitoautoral.org/). Na luta contra a construção da Usina de Belo Monte as organizações da CCD produziram o site da campanha Xingu Vivo para Sempre e atuaram na mobilização e gestão de redes em parceria com organizações ambientais.

Esses trabalhos, na maioria dos casos, foram desenvolvidos numa associação entre prestação de serviços e militância. Há outras situações reveladoras, como no caso da Lei de Acesso à Informação Pública, onde ativistas ligadas à rede da casa da cultura digital atuaram na redação de artigos da lei para que ela estivesse de acordo com os princípios da internet livre. Esse esforço foi recompensado com a aprovação de uma das mais avançadas leis de transparência do mundo, que estabelece que os dados públicos devem ser disponibilizados em formato legível por máquinas, o que permite o processo e recombinação das informações pela cidadania. Ou seja, não é possível ler a experiência da Casa da Cultura Digital sem entendê-la como uma expressão política. Tampouco isso quer dizer que velhos conceitos de como a política se processa sirvam para nos analisar. O mesmo pode ser dito sobre o que ocorreu em São Paulo no dia 21 de outubro.

De volta à multiplicidade rosa-choque

Para a organização do festival da Praça da Rosa consorciaram-se múltiplas forças que compõem um enorme mosaico de coletivos da cidade de São Paulo. Registro isso porque esse é um dos fenômenos mais fascinantes que está em curso na maior metrópole do sul do planeta. O historiador Pablo Ortelado, professor da USP Leste, fala em mais de cinco mil coletivos organizados na periferia da cidade. Algumas dessas forças já têm muitos anos de estrada. São iniciativas que abriram caminho para a renovação da música jovem brasileira, como o Coletivo Instituto, de Daniel Ganjaman, que se fez indiretamente presente no ato #ExisteAmoremSP.

O Instituto, que surgiu na virada do século, teve papel preponderante na afirmação do hip-hop como cultura e do rap como linguagem artística. Atualmente Ganja é produtor de Criolo, autor do rap-canção "Não existe amor em SP", que, com a praça tomada, foi cantado em uníssono, numa espécie de catarse coletivo que produziu uma leitura reversa da letra. No lugar do desencanto denunciado pela crônica do artista da periferia – "aqui ninguém vai pro céu" – a possibilidade latente de se desenhar solidariamente um novo destino.

Esse consórcio de forças vivas forjou em poucos dias, uma festa sem a presença de seguranças – mas com muitos palcos e intervenções político-culturais – e produziu uma aglomeração de felicidade como poucas vezes vivenciei. Naquela tarde, naquele festival, naquela Praça Rosa, juntaram-se cidadãos do centro e da periferia em torno de causas e objetivos comuns. Isso, por si só, já constitui um feito notável. Mas há mais a dizer.

Entre as características que vislumbro com a emergência das redes político-culturais está a formatação de uma nova cultura política, baseada na colaboração e no compartilhamento do conhecimento. A palavra compartilhar talvez seja a mais importante desse processo, pois ela denuncia positivamente o surgimento de tecnologias sociais baseadas na ideia solidária de troca entre pares,

na perspectiva de que juntos fazemos melhor. Isso mexe com valores muito sólidos e que se cristalizaram nas últimas décadas, com o avanço do pensamento neoliberal, entre elas a crença de que o ser humano é essencialmente autointeressado. Essa ideia fortíssima de que eu, para fazer o bem para os outros, preciso primeiro garantir o meu, reacendeu-se com o fim do bloco soviético e a ideia de fim da história. Nesse contexto, a regulação adviria naturalmente do choque dos vários interesses individuais contrapostos. É preciso ficar claro que essa ideia deu errado e levou o planeta a um colapso sócio-ambiental.

Com a popularização da internet e o consequente fortalecimento do engajamento e do protagonismo juvenil temos uma chance de pôr fim nessa hiperindividualização que alguns povos ocidentais inventaram e impuseram ao mundo. Sem dúvida, o movimento software livre, a ideia de código aberto, de partilhar rápido e sempre, dá outro sentido para nossa prática. Esse valor do compartilhamento é, como citei acima, um amálgama da nova cultura política que os coletivos em rede estão criando. Por baixo, portanto, do mar de pessoas que podemos vislumbrar na imagem que abre este ensaio, corria uma corrente de solidariedade produzindo essa enorme onda rosa-choque, que apenas começou, mas já dá mostras de que tem força para irrigar o futuro.

A DIÁSPORA HACKER: AS REDES LIVRES DE PRODUÇÃO IMATERIAL E AÇÃO POLÍTICA[1]

Uma autêntica economia do saber seria uma economia comunitária[2]

As redes livres de produção imaterial e ação política são um fenômeno político mundial e também do Brasil contemporâneo. Surgem aqui em um contexto que articula os sopros renovadores do Fórum Social Mundial com o desenvolvimento do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e conformam um lugar destacado de construção de alternativas políticas, sociais, econômicas e culturais. Nesta análise, iremos explorar como essas redes se desenvolvem a partir de uma diáspora – no sentido de obtenção de novos espaços – dos valores das comunidades de software livre por diferentes agrupamentos jovens de nossa sociedade. Esses grupos estão transformando as ideias de liberdade presentes no movimento hacker em aspecto organizador de novas formas de produzir e agir em diferentes campos: da produção de shows à luta por direitos humanos em favelas, passando pela exigência de abertura dos gabinetes da política institucional chegando até a reciclagem de equipamentos eletroeletrônicos.

O foco deste trabalho é fazer uma breve descrição dessas "redes cooperativas e comunicativas de trabalho social", conforme po-

1 Artigo elaborado sob orientação do Professor Doutor Sérgio Amadeu da Silveira. Agradeço a colaboração e os comentários do pesquisar Murilo B. Machado, integrante do grupo de pesquisa em cultura digital e redes de compartilhamento da UFABC.
2 Trecho do livro *O Imaterial*, de André Gorz, p. 59.

demos defini-las a partir da conceituação feita por Michael Hardt e Antonio Negri em seu ensaio "Multidão". Para estes autores, são as redes que, do ponto de vista sociológico, guardam consigo "o poder constituinte da multidão", que se configura como a principal força de contestação do "Império" (HARDT & NEGRI: 2001). Neste trabalho, as redes são analisadas por sua potência de enfrentamento do capitalismo, que, em sua etapa "cultural", centrada na produção imaterial (GORZ: 2003), mobiliza não mais a produção, mas formas de viver. A hipótese aqui é que, justamente por meio de articulações baseadas na apropriação avançada das novas tecnologias, essas redes operam o enfrentamento, inventando colônias livres no seio da "sociedade do controle" (DELEUZE: 2010).

Analisaremos quatro redes: (1) MetaReciclagem, (2) Circuito Fora do Eixo, (3) Transparência Hacker e (4) Enraizados. Em um primeiro momento, essas redes serão descritas em suas especificidades, buscando no decorrer da elaboração apontar como se constituíram e como se organizam atualmente. A escolha por essas redes se deve ao fato de possuírem grande reputação entre seus pares e de operarem com alcance internacional. Nesta leitura, não temos o objetivo de buscar exemplos para encaixarmos em teorias pré-existentes, mas de articular o referencial teórico de análise adequado a um determinado fenômeno social dado. Sem o reforço da teoria, no entanto, ficaríamos suspensos em interpretações superficiais. Por isso, parte importante deste artigo é dedicada também a dialogar com obras recentes que se debruçam sobre a realidade política na perspectiva de apontar caminhos de transformação.

Por fim, na conclusão, o artigo se dedica a fazer algumas aproximações entre essas redes. Extrair, das observações e das leituras, características presentes em todas elas que permitem uma análise em paralelo de seu desenvolvimento. Não são aproximações simples de serem feitas, uma vez que cada uma se dedica a um aspecto distinto do mundo cotidiano – em alguns casos essa articulação pode

até parecer muito distante. Ainda assim, é possível identificar várias características semelhantes, seja no seu processo formativo, seja nas táticas do agir, seja na interpretação do processo político, que, analisadas em conjunto, nos permitiriam dizer que estamos diante de um movimento em construção, com potencial de reorganizar a ação política jovem no país.

Vale destacar que, neste trabalho, entendemos a cultura hacker como a cultura daqueles que compartilham uma "ética baseada na liberdade do conhecimento e do compartilhamento dos códigos" (SILVEIRA: 2007, p. 24). Essa cultura teve início com os *experts* em programação e em segurança de sistemas informacionais, mas no correr dos anos foi apropriada por diferentes agentes sociais, num processo que aqui denominamos de diáspora hacker e iremos desenvolver na conclusão do artigo.

A REDE E A POLÍTICA

O papel da internet para a construção de alternativas políticas é central já não é de hoje. Em seu livro, *Sem Logo – a tirania das marcas em um planeta vendido,* a ativista canadense Naomi Klein, analisa, no posfácio "Adeus ao fim da história", o movimento *altermundista*[3] que se desenvolveu no final dos anos 1990 do século passado. Para ela, mais que um instrumento para a organização, a internet já se revelava, naquele momento, como um elemento de moldagem do movimento "à sua própria imagem" (KLEIN: 2002).

> Graças à net, as mobilizações são capazes de se desdobrar com pouca burocracia e hierarquia mínima; o consenso forçado e manifestos elaborados desaparecem ao fundo,

3 O altermundismo é um amplo conjunto de movimentos sociais que surgiu no final dos anos 1990, que se reuniu em torno dos dias de Ação Global e do processo do Fórum Social Mundial, que teve início em Porto Alegre, RS, Brasil. Esse movimento, formado por ativistas de diferentes correntes políticas, propunha uma outra globalização e realizava a crítica social do pensamento único neoliberal e do processo de mundialização capitalista.

> substituídos por uma política de troca de informações constante, frouxamente estruturada e às vezes compulsiva. (KLEIN: 2002, p. 479)

Para a autora, surge nesta idade do processo de lutas políticas um modelo de militância que espelha as "vias orgânicas, descentralizadas e interligadas da internet" (KLEIN: 2002, p. 480).

No Brasil, um conjunto de agentes tomou parte desse processo de construção política *altermundista*, em especial porque um dos momentos cruciais dessa era de mobilizações globais teve lugar em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, cidade que recebeu as primeiras edições do Fórum Social Mundial. Klein afirma que o FSM aponta para a passagem do período de contestação – marcado por ações em contraposição aos encontros dos principais organismos políticos multilaterais, como as que ocorreram em Seattle, Praga e Gênova – para uma época de proposição de alternativas. A ausência, no entanto, de respostas gerais e de um "programa unificado" levou o movimento a se diluir em diferentes linhas de ação.

Analisando esse movimento *altermundista*, André Gorz localiza que são essas redes livres a matriz comum das mobilizações na virada do século 20 para o 21, baseadas em "estrutura não hierárquica", em "redes horizontais descentradas em vias de se autoproduzir e de se auto-organizar", fundadas no princípio da "democracia consensual" (GORZ: 2003).

No ano da segunda edição do Fórum Social Mundial, realizado em janeiro de 2002, o torneiro mecânico Luiz Inácio Lula da Silva é eleito Presidente da República do Brasil, levando pela primeira vez na história do país o Partido dos Trabalhadores (PT) ao posto mais alto da República. Esse fato histórico promove a atração de um conjunto de ativistas e militantes do *altermundismo* para dentro do governo Lula. Muitos desses ativistas seriam responsáveis pela elaboração e gestão de importantes políticas públicas, às quais se pode atribuir

o importante fomento às "dissidências" (GORZ: 2002), por meio do reconhecimento institucional e do repasse de recursos para o desenvolvimento de ações sociais e político-culturais.

Para compreender essa importante indução, que se constituiu como um dos aspectos centrais para o fortalecimento das redes de produção imaterial, precisamos retornar a 2003, quando dois vetores se articulam no interior do governo Lula: a política de utilização e fomento do software livre, capitaneada pelo sociólogo Sérgio Amadeu da Silveira, então recém-empossado presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), da Casa Civil da Presidência da República, e o redirecionamento estratégico das políticas culturais no Ministério da Cultura, que, com a chegada do músico Gilberto Gil à pasta, passam a ter foco nas "forças vivas da cultura brasileira" (GIL: 2003). Esses dois acontecimentos, como narrado pela pesquisadora Eliane Costa no livro *Jangada Digital*, culminariam no desenvolvimento de políticas públicas de cultura digital que colocaram o Brasil em evidência internacional.

Durante os oito anos seguintes, os articuladores dessas redes de produção imaterial se tornaram cogestores de políticas em várias esferas do governo. Ações que foram desenvolvidas por setores responsáveis pela inclusão digital, pelos programas de fomento à conectividade da população e pelo compartilhamento da cultura popular, como o Programa Cultura Viva (responsável pela rede de Pontos de Cultura). Essas redes também foram parceiras de primeira hora na elaboração de projetos de lei cujo foco era fortalecer as liberdades na era digital, como o projeto de reforma da Lei de Direitos Autorais (LDA), o projeto da Lei de Informação Pública, e o Marco Civil de direitos digitais dos cidadãos redigido pelo Ministério da Justiça em parceria com a sociedade, por meio de uma plataforma web aberta e voltada ao compartilhamento.

Em um artigo chamado "Políticas da Tropicália", publicado no catálogo da exposição *Tropicália*, que produziu um balanço da guer-

rilha estético-política dos anos 1960, o antropólogo Hermano Vianna faz uma análise do Ministério da Cultura liderado por Gilberto Gil, destacando-o como elemento dissonante no cenário da política tradicional justamente por dedicar-se ao fomento dos agentes ligados ao software livre, os quais para Negri e Hardt são exemplos de articuladores da democracia da multidão:

> Seguindo essa trilha é "natural" também que Gil tenha se transformado, entre os ministros brasileiros do governo Lula (e talvez entre os ministros da Cultura de qualquer país, hoje tão temerosos diante do debate sobre a "pirataria" das artes digitais ou "digitalizadas"), no principal militante na defesa do software livre e de seus códigos abertos, entendida como a principal batalha que está sendo hoje travada nos campos políticos, econômicos e culturais. (ViANNA: 2007, p. 141)

Na sequência desse artigo, Vianna cita a passagem no discurso de Gil proferido em aula magna na Universidade de São Paulo, quando ele se assume inspirado pela "ética hacker".

Esse exercício de reflexão sobre o "curto-circuito antropológico" (GIL: 2003) ocorrido nos últimos anos não se completa se deixarmos de lado o processo de distribuição das tecnologias de informação e comunicação (TICs), no país, nos últimos dez anos. Desde 2008, a venda de computadores é maior que a de televisores no país, segundo dados colhidos pela Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV)[4]. Atualmente, cerca de 80 milhões de brasileiros acessam a internet e o país segue, de acordo com levantamento do *Ibope/NetRatings* tendo o usuário que mais tempo permanece conectado[5]. Em 2002, quando estavam nascendo a rede

4 Dados em <http://convergenciadigital.uol.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=137 64&sid=5>. Acesso em 12/11/2011.
5 Para um detalhamento completo do perfil de navegação atual do brasileiro, vale a visita ao link <http://tobeguarany.com/internet_no_brasil.php>.

MetaReciclagem e o Cubo Mágico, coletivo pioneiro do Circuito Fora do Eixo, o Brasil tinha menos de 15 milhões de internautas[6].

Gorz, em *O Imaterial*, atribui aos "artesãos dos programas de computador e das redes livres" o papel de enfrentamento do capitalismo contemporâneo por se oporem ao cercamento do saber. Para ele, esses grupos se constituem em uma "dissidência social e cultural" (GORZ: 2003, p. 63) que propõe outra concepção de sociedade.

Será a partir dessa perspectiva, que orientou as políticas culturais brasileiras durante o governo Lula, como vimos, que iremos analisar os agentes integrantes das redes de produção imaterial e ação política brasileiras articulados em torno do MetaReciclagem, do Fora do Eixo, do Transparência Hacker e do Enraizados. Antes, no entanto, faz-se necessário um aprofundamento teórico.

A PRODUÇÃO IMATERIAL E A BIOPOLÍTICA

Gorz, em seu estudo sobre a produção imaterial, cita uma proposição de Patrick Viveret, para quem é preciso:

> detectar as pessoas e os grupos portadores de visões culturais e espirituais que têm ou terão um papel essencial para dar vida à ideia de que a humanidade está centrada numa nova era, necessitando de novos quadros conceituais, culturais e éticos para acompanhar essa grande mutação. (GORZ: 2003, p. 63)

É exatamente este o fito desta nota: localizar novos "quadros conceituais, culturais e éticos" desta "grande mutação". As ideias centrais da "comunidade virtual, virtualmente universal, dos usuários-produtores de programas de computador e de redes livres" (GORZ: 2003, p. 66) foram apropriadas e deram origem, no Brasil, a grupos

6 Dado publicado em tabela comparativa do CIA World Factbook, também disponível em: <http://www.indexmundi.com/g/g.aspx?c=br&v=118>.

políticos que partilham de visões e métodos dessa força matricial, aplicando-a em diferentes áreas do fazer, em especial na produção de comunicação e cultura (*imaterial*).

A utilização de autores de origem marxista, que se debruçam sobre esse deslocamento ocasionado pela passagem do capitalismo de sua fase industrial para a sua fase pós-industrial, nos ajuda a perceber também quais são as forças que trazem consigo a possibilidade de realizar um enfrentamento no centro da nova disputa mobilizada pelo capital. Para Gorz, as redes livres instauram "relações sociais que esboçam uma negação prática das relações sociais capitalistas". (GORZ: 2003, p. 66) Podemos estender essa conclusão para as redes surgidas no Brasil no início do século 21?

Análise semelhante à de Gorz, autor com o qual mantém profícuo diálogo intelectual, fazem Michael Hardt e Antonio Negri, autores da trilogia *Império*, *Multidão* e *Commonwealth,* obras de filosofia política que procuram traçar uma visão do capitalismo contemporâneo bem como apontar formas de enfrentá-lo.

> Falamos anteriormente das novas formas hegemônicas de trabalho "imaterial" que dependem de redes comunicativas e colaborativas que compartilhamos e que, por sua vez, também produzem novas redes de relações intelectuais, afetivas e sociais. Essas novas formas de trabalho, como explicamos, apresentam novas possibilidades de autogestão econômica, pois os mecanismos de cooperação necessários para a produção estão contidos no próprio trabalho. (HARDT & NEGRI: 2005, p. 421)

No interior das redes livres de produção imaterial e ação política – "novas redes de relações intelectuais, afetivas e sociais" – reside a possibilidade de autogestão econômica, justamente porque os mecanismos de "cooperação necessários para a produção" partem

do trabalho cuja forma reificada, na visão de Gorz está "virtualmente abolida". O teórico radicado na França, recentemente falecido, afirma que "os meios de produção se tornaram apropriáveis e suscetíveis de serem *partilhados*." (GORZ: p. 21) O computador, então, revela-se como "instrumento universal, universalmente acessível, por meio do qual todos os saberes e todas as atividades podem, em princípio, ser partilhados". (GORZ: p. 21)

É o computador, e sua interconexão em rede, aliado às demais tecnologias digitais apropriáveis e recombináveis, o instrumento do trabalho das redes aqui analisadas. Trazem elas, consigo, portanto, a potência de produzir de forma não alienada, transformando-se em laboratórios de alternativas sociais e econômicas. Outro aspecto que precisa ser considerado é que, ao falarmos de produção imaterial, estamos falando da produção de saber, conhecimento e cultura, que não se constituem como uma "mercadoria qualquer" (GORZ: p. 59), porque possuem valor (monetário) indeterminável. Uma vez digitalizados, esses produtos podem se multiplicar infinitamente, sem perda de qualidade e sem que sejam necessários custos adicionais para produzir essa multiplicação.

O objetivo deste texto não é forçar a mão para encaixar os movimentos em análise nas teorias supracitadas, mas observar o quanto esse raciocínio é útil para compreender esse fenômeno, abrindo-se para demonstrar sua potência política.

> Na realidade, quando produtos do trabalho não são bens materiais, mas relações sociais, redes de comunicação e formas de vida, torna-se claro que a produção econômica implica imediatamente uma forma de produção política, ou a produção da própria sociedade. (HARDT & NEGRI: 2005, p. 421)

Produção imaterial e ação política, portanto, nesse contexto, são indissociáveis. Afinal, "o poder tomou de assalto a vida" (PELBART:

2007), fazendo da vida e das relações sociais o motor do capitalismo contemporâneo. Com isso, as formas de luta biopolítica são as que podem apresentar alternativas (biopotência), nos termos do que nos explicam os autores do movimento da "autonomia italiana"[7].

> Poderíamos resumir este movimento do seguinte modo: ao poder sobre a vida responde a potência da vida. Mas esse responder não significa uma reação, já que o que se vai constatando cada vez mais é que essa potência de vida já estava lá e por toda a parte, desde o início. A vitalidade social, quando iluminada pelos poderes que a pretendem vampirizar, aparece subitamente na sua primazia ontológica. Aquilo que parecia inteiramente submetido ao capital, ou reduzido a mera passividade, isto é, a vida, aparece agora como um reservatório inesgotável de sentido, como um manancial de formas de existência, como um germe de direções que extrapolam, e muito, as estruturas de comando e os cálculos dos poderes constituídos. (PELBART: 2007, p. 57-65)

Para Hardt e Negri:

> A produção econômica torna-se cada vez mais biopolítica, voltada não só para a produção de bens, mas em última análise para a produção de informação, comunicação, cooperação – em suma, a produção de relações sociais e de ordem social. (HARDT & NEGRI: 2005, p. 419)

Por isso, afirmam, "é que cultura vem a ser diretamente um elemento tanto da ordem política quanto da produção econômica" (HARDT & NEGRI: 2005).

7 A autonomia italiana tem como representantes autores como Paolo Virno, Giuseppe Cocco (radicado no Brasil), Maurício Lazaratto e Antonio Negri, entre outros.

As redes ganham as redes

Percorrido o aprofundamento teórico, é hora de descrever as redes livres de produção imaterial e ação política que surgiram na última década no Brasil. Essa descrição, ainda que superficialmente – posto que cada uma delas poderia ser objeto de um estudo específico – nos ajudará a perceber o que há nelas que as distingue e permite a análise que estamos buscando estruturar.

1. MetaReciclagem

A rede MetaReciclagem, articulada em torno da plataforma <http://www.metareciclagem.org>, teve início a partir da lista de discussão do projeto Metá:Fora, que reuniu, a partir do ano de 2002, articuladores de ações ligadas às novas tecnologias e que tinham como interesse "entender e propor aplicações para uma realidade em que passaremos do on-line/off-line para uma cultura permanentemente conectada"[8]. Nesse mesmo ano, em conversações na lista de discussão, surge o termo MetaReciclagem, conforme está descrito no site oficial:

> A MetaReciclagem é uma rede distribuída que atua desde 2002 no desenvolvimento de ações de apropriação de tecnologia, de maneira descentralizada e aberta. A rede começou em São Paulo em parceria com a ONG Agente Cidadão, como um projeto de captação e remanufatura de computadores usados que posteriormente eram distribuídos para projetos sociais de base. A MetaReciclagem sempre teve por base a desconstrução do hardware, o uso de software livre e de licenças abertas, a ação em rede e a busca por transformação social.[9]

8 Disponível em: <http://rede.metareciclagem.org/wiki/ProjetoMetaFora>.
9 Disponível em: <http://rede.metareciclagem.org/wiki/MetaReciclagem>. Acesso em 22/11/2011.

Muitos dos agentes dessa rede teriam papel fundamental na estruturação das políticas públicas de inclusão digital do governo Lula, em especial no Programa Cultura Viva, cuja ação principal são os Pontos de Cultura. Durante os anos de 2003 e 2004, uma rede de jovens articuladores proporia ao Ministério da Cultura a criação dos kits multimídia, utilizando-se de software livre, que seriam distribuídos aos Pontos de Cultura, organizações da sociedade civil premiadas por meio de edital público por sua reconhecida contribuição para a cultura brasileira, em especial a cultura popular.

A participação da rede MetaReciclagem é destacada por Cláudio Prado, coordenador da ação cultura digital no Ministério da Cultura, em entrevista no livro *CulturaDigital.Br*:

> [...] eram vários grupos. O Arca, que era mais ligado ao software livre propriamente dito, o Metá:Fora, já estava trabalhando a ideia do MetaReciclagem. MetaReciclagem é reciclar dentro de uma percepção quântica e não puramente material. Houve uma enorme confusão justamente com essa questão de qual o limite do hardware e do software. Essas coisas se confundem de uma forma fantástica. O hardware se submete ao software em um determinado momento, depois inverte, e nesse ping-pong de hardware e software foi que aconteceu a revolução toda. (PRADO: 2009, p. 48)

A partir de 2009, com a dissolução das ações vinculadas ao Ministério da Cultura e com o aprofundamento da cooperação internacional, o grupo passa a se entender essencialmente como "uma rede aberta que promovia a desconstrução e apropriação de tecnologias"[10] com a finalidade de promover transformação social.

Como afirma Fonseca em seu livro *Laboratórios do Pós-Digital*, "a MetaReciclagem foi concebida genuinamente em rede, e imple-

10 Ibidem.

mentada de forma distribuída e totalmente livre". (FONSECA: 2011, p. 18). Nesse mesmo texto, o ativista faz cinco afirmações sobre os primórdios da Metarec, como é conhecida por parte de seus agentes, entre os quais, a compreensão do "caráter cultural das redes livres conectadas, a emergência de novas formas de relacionamento social e de inovação a partir delas". (FONSECA: 2011, p. 18)

Atualmente, a rede MetaReciclagem conta com cerca de 500 membros em sua lista aberta de discussão, e possui em funcionamento 10 pontos locais de articulação, conhecidos como Esporos[11]. Essa dimensão afirmada de busca pela "transformação social" afirma a perspectiva eminentemente política da rede, cujas decisões são tomadas internamente por meio de consensos e em encontros autogestionados.

2. Fora do Eixo

O Fora do Eixo (<www.foradoeixo.org.br>) é uma rede de coletivos de produção cultural que está presente em todos os estados do Brasil. Sua história remonta à criação, em Cuiabá, do coletivo Cubo Mágico, em 2002. Seria por meio das lideranças ligadas ao Cubo, cuja grande inovação foi a criação de uma moeda social, o Cubo Card, para organizar a cena local de música jovem na capital do Mato Grosso, que o Circuito Fora do Eixo teria início. A rede ser articula em 2005, por meio de uma parceria entre produtores matogrossenses e seus pares de Rio Branco (AC), Uberlândia (MG) e Londrina (PR). Conforme registra Pablo Capilé, ativista que é o principal porta-voz da rede, em entrevista no livro *Produção Cultural no Brasil*.

> O Fora do Eixo surge como movimento social, sem natureza jurídica clara, mas que já estava muito mais disposto a debater comportamento do que propriamente a cadeia

11 "Um esporo é um espaço autogestionado de *referência, desenvolvimento* e **replicação** da MetaReciclagem.", trecho retirado de <http://rede.metareciclagem.org/listas/esporos>.

> produtiva da música. Era uma forma de a gente tentar visualizar como aquela moeda complementar poderia interferir no comportamento do agente produtivo. Buscamos, em vez de produtoras, coletivos que quisessem debater com esse movimento social. O Circuito Fora do Eixo trabalhava para organizar o terceiro setor, já entendendo que, a partir do movimento ligado à musica, a gente poderia entender melhor o sentido antropológico de cultura, que não fosse só mercado, mas que fosse comportamental. O circuito surge no meio disso. (CAPILÉ: 2010[12])

O Fora do Eixo é hoje uma expressão político-cultural brasileira de dimensão nacional e grande reputação. Reúne, em sua articulação, cerca de 2 mil integrantes, que participam dos coletivos locais e da organização nacional[13]. Sua conformação como rede de produção imaterial transcende inclusive o que costuma ser considerado cultura pelos poderes públicos e pelo mercado, centrados em geral nas artes reconhecidas e no patrimônio edificado.

> O principal ponto de avanço é a gente ter conseguido definitivamente sair da perspectiva de ser coletivos de música para a perspectiva de coletivos de tecnologia social. A galera conseguiu deixar de entender cultura como única e exclusivamente linguagem artística. O que a gente tenta estabelecer é uma transformação comportamental, em que cada um dos agentes desses coletivos pode ser construtor de um alicerce para uma série de linguagens, mas não necessariamente dentro da arte. (CAPILÉ: 2010)

12 Disponível em: <http://producaocultural.org.br/wp-content/uploads/livroremix/pablo-capile.pdf>.
13 Estabelecendo um comparativo, o movimento político-cultural Centro Popular de Cultura (CPC), que teve origem no Rio de Janeiro na década de 1960 e até hoje é considerado uma grande referência desse tipo de articulação no país não chegou a reunir 500 membros em seu auge.

Destaque-se a afirmação de Capilé sobre o circuito Fora do Eixo como uma rede de produção de tecnologia social e também a ênfase dada pelo ativista no papel de movimento político que se está buscando. Não à toa, foi a partir das articulações lideradas por esse mesmo grupo que surgiram outras iniciativas de grande importância no cenário cultural contemporâneo, como o fortalecimento da Associação Brasileira de Festivais Independentes (Abrafin), a criação do Partido da Cultura, que vem buscando interlocução com a classe política tradicional sobre questões de interesse das novas gerações[14], a reunião da Universidade da Cultura[15], que tem elaborado modelos abertos de formação, e as Marchas da Liberdade[16], que levaram milhares de pessoas às ruas em várias cidades do país.

Em 2011, o Fora do Eixo assumiu uma ação permanente em São Paulo, onde alugaram uma casa no bairro do Cambuci que serve como sede operacional para o comando nacional. Nesse mesmo ano, casas semelhantes foram criadas em Porto Alegre, Fortaleza, Belo Horizonte, Manaus, São Carlos, ampliando ainda mais a força aglutinadora do circuito. Importante destacar que, conforme apontam os relatórios de produtividade publicamente compartilhados pela organização, a maior parte do valor produzido[17] internamente segue sendo trocado por meio do uso de moeda social, o que faz do Fora do Eixo pioneiro no uso da economia solidária para a articulação de circuitos de produção imaterial. Nas casas Fora do Eixo os moradores partilham todos os seus bens por meio de um caixa coletivo, utilizado para os gastos correntes e as necessidades básicas de seus habitantes.

No discurso de construção do circuito, Capilé atribui à democratização do acesso à internet de alta velocidade importância central. Para o porta-voz, foi por meio da rede que ele pôde articular as

14 Disponível em: <http://partidodacultura.blogspot.com/>.
15 Disponível em: <http://foradoeixo.org.br/caroltokuyo/blog/a-universidade-da-cultura>.
16 Disponível em: <http://www.marchadaliberdade.org/>.
17 Disponível em: <http://diariooficialfde.wordpress.com/>.

primeiras ações com seus pares e é por meio das novas tecnologias que segue tecendo as associações.

> A internet é tão veloz quanto o que a gente está construindo. Essa é a plataforma política que consegue olhar para a gente de igual para igual. A gente é parceiro. Velozes iguais. É a ferramenta ideal para que essa história pudesse acontecer. Não fosse isso, dificilmente conseguiríamos com tanta agilidade chegar onde chegamos, no desterritório, na zona de contaminação, nas trocas de tecnologia e na inteligência colaborativa. [18]

3. Transparência Hacker

A comunidade Transparência Hacker é a rede mais nova em análise neste trabalho. Por esse fator, há pouca documentação publicada sobre o que vem sendo desenvolvido por essa articulação, formada eminentemente por desenvolvedores, jornalistas e gestores públicos interessados em promover a transparência na política. Daniela Silva, uma das principais articuladoras da rede, explica:

> A Transparência Hacker é uma comunidade de hackers e ativistas das novas formas de fazer política na rede. Isso passa pela questão da informação pública, dos dados abertos, das tecnologias livres, mas também corresponde a uma causa maior – que tem a ver com reverter a ordem como tratamos de assuntos coletivos, com engajar grupos que antes não participavam da ação e do discurso público (por falta de espaço no debate ou por falta de interesse em formatos muito antigos), com fazer mudança usando os recursos que

18 Afirmação feita por Capilé em entrevista a Rodrigo Savazoni, publicada parcialmente na reportagem "A reinvenção da política", na revista *Fórum*, edição 99, junho de 2011: <http://www.revistaforum.com.br/conteudo/detalhe_materia.php?codMateria=9252>.

> temos, simplesmente porque é possível. Eu gosto de pensar que somos ativistas do direito de fazer. É bizarro perceber a quantidade de impossibilidades a que grupos e indivíduos são submetidos quando querem provocar mudanças. (...) Por isso os ativistas do direito de fazer – ou do direito de agir publica e coletivamente em prol do que acreditamos ser importante – são necessários.[19]

O grupo ganhou notoriedade quando clonou o blog do Planalto, que fora lançado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva sem permitir aos usuários interação por meio de comentários. Os ativistas hackers criaram uma página semelhante à oficial, a qual reproduzia integralmente os conteúdos originais, com o diferencial de permitirem interação sem qualquer moderação.

A partir daí, passaram a realizar encontros para *raquear*[20] dados públicos e criar aplicativos políticos. Atualmente, a lista aberta de discussão do THacker, como também são conhecidos, já superou a marca de 800 participantes. Daniela Silva avalia as características políticas específicas da rede que ajudou a articular:

> Olhando pra esses dois anos de comunidade, percebo que a THacker manifesta alguns princípios na sua prática. Não temos carta de ética, nem regras de uso. O que quero dizer é que, de acordo com o que essas mais de 800 pessoas praticam, dá pra perceber quais são os princípios que nos agregam na mesma rede. Para citar alguns deles: colaboração, liberdade, autonomia, ética hacker, abertura pra formas novas de agir e de pensar sobre o mundo, valores

19 Entrevista de Daniela Silva, uma das principais articuladoras da comunidade Transparência Hacker, a Rodrigo Savazoni, publicada no site do Festival CulturaDigital.Br
20 A expressão raquear é um abrasileiramento, a criação de um verbo em português para o ato de realizar um *hack* (hackear). Essa expressão vem sendo adotada já há alguns anos pelos ativistas da liberdade do conhecimento.

> políticos emergentes e mutáveis (ou mutantes) e um certo gostinho pela provocação. Todas essas são coisas altamente poderosas na política.[21]

Uma das recentes iniciativas articuladas pela comunidade é o projeto Queremos Saber[22], um portal voltado para o envio de perguntas abertas para os canais de fale conosco dos órgãos públicos. Também há o SACSP, que *raqueou* os dados do serviço de atendimento ao cidadão da prefeitura de São Paulo, e o Deputado Analytics[23], que utiliza dados públicos para criar um ranking de comportamento dos congressistas. Essas iniciativas são construídas com grande celeridade pelos ativistas do Thacker, na perspectiva do "faça você mesmo". Essa forma de agir é uma das características centrais dessa rede, mas não a única, como detalha Daniela Silva:

> Falando sobre referências e sobre nossas interações com movimentos contemporâneos, acho que vale reparar que nos inspiramos muito na forma independente e ao mesmo tempo coesa como funcionam as comunidades de software livre, mas não nos identificamos quase em nada com o jeito engessado e restritivo dos movimentos sociais tradicionais. Muitos de nós militam em diversos outros grupos ligados à liberdade a à abertura – cultura livre, recursos educacionais abertos, software livre, por exemplo, o que faz absoluto sentido, é uma ligação orgânica e natural. [24]

A ativista, durante a entrevista, também destacou o fato de que as redes articulam processos *bottom up*[25], em que a capacidade de

21 Idem.
22 Disponível em: <http://www.queremossaber.org.br/>.
23 Disponível em: <http://thacker.com.br/projeto/deputados-analytics>.
24 Ibidem.
25 De baixo para cima.

criar e inventar novos caminhos importa mais do que a reprodução de procedimentos consagrados.

> Ninguém sozinho teria sido criativo suficiente para criar as *lan houses*. Nenhum governo, movimento social ou ONG teria feito um projeto de empreendedorismo baseado em pouquíssimos recursos próprios, sevirismo, experiência e marketologia local. A emergência dessa ideia garante que a gente continue vislumbrando os potenciais de transformação da rede – e ainda por cima é implementada de forma autônoma, por pessoas que estão na periferia da política e da sociedade, colocando seus pares pra dentro dos processos de comunicação. É um processo revolucionário não apenas no conteúdo, mas no formato e na vocação.

4. Enraizados

O Movimento Enraizados teve início em 2000, em Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, por iniciativa do rapper Dudu de Morro Agudo (DMA), que é também programador de computador. À época, como ele relata em seu livro *Enraizados – os híbridos glocais*[26], uma narrativa em primeira pessoa do processo de construção da rede, DMA queria entrar em contato com outros jovens das periferias que tivessem interesse em dialogar sobre a *cultura hip hop*. Valendo-se de um velho computador, conhecimentos básicos de linguagem web, e disposição acima da média, ele colocou no ar um site de rede social – ainda que sem todos os recursos que viriam a consagrar esse tipo de mídia. Com esse trabalho, conseguiu contatar pessoas do Brasil e do exterior e forjar o embrião de uma ampla rede de mobilização de jovens das periferias.

No artigo "Híbrido glocal, ciberativismo e tecnologias da informação", os professores Leonel Aguiar e Ângela Shaun fazem uma

26 O livro faz parte da Coleção Tramas Urbanas, editada pela Aeroplano, com trabalhos de autores da periferia, em especial do Rio de Janeiro.

sólida análise, baseada nos estudos de Deleuze, Guatarri e Foucault, do Movimento Enraizados. Segundo esses pesquisadores, o Movimento Enraizados "se autodefine como uma organização de base com o objetivo de formar e orientar militantes e grupos artísticos com foco no protagonismo juvenil" (AGUIAR & SHAUN: 2011). Na visão deles, o Enraizados "é também uma rede de militância e de articulação política que utiliza o espaço virtual para reunir diversos grupos de hip hop". Com o correr dos anos, a ação liderada por DMA passou a articular-se com outras dimensões de organização do movimento hip hop, em especial com o Movimento Hip Hop Organizado Brasileiro (MHHOB), que tem importância central na afirmação da voz cultural das periferias no cenário político nacional.

Outra característica marcante, relatada por DMA em seu livro, é a obtenção, por parte do Movimento Enraizados, do título de Ponto de Cultura, e, consequentemente, da chegada à comunidade do kit multimídia, em software livre, descrito acima quando tratávamos do surgimento da rede MetaReciclagem.

Conforme o rapper narra, a chegada desses equipamentos permitiu aos jovens das comunidades acessar meios de produção que jamais estiveram disponíveis para cidadãos desse extrato social. O fato de serem artefatos equipados com software livre não gerou resistência. Pelo contrário, houve um processo de apropriação crítica das tecnologias, fazendo com que os militantes do movimento Hip Hop ligados à rede Enraizados aderissem à militância pelos programas de computador livres.

> O kit do Ponto de Cultura era composto por um computador multimídia, um terminal burro (sem HD), uma filmadora handcam da Sony, uma máquina fotográfica digital, um MD portátil, um microfone lapela, uma impressora jato de tinta, uma impressora a laser, um scanner, uma mesa de som de seis canais, um amplificador, dois kits de três microfones e

> cabos de rede. Imagina um bando de garotos que produziram com apenas um computador Pentium 100 e um teclado velho emprestado com todo esse equipamento nas mãos? (DMA: 2010, p. 159)

Em 2007, a Rede Enraizados foi vencedora do Prêmio Cultura Viva, do Ministério da Cultura, um concurso em que competiram com iniciativas culturais do Brasil inteiro. A razão da escolha foi a antevisão, por parte dos organizadores, de que estavam diante de formas distintas de organizar a produção cultural e a ação política no país. Essa prática diferenciada, na visão de Aguiar e Shaun, é baseada em estratégias comunicacionais que podem ser classificadas como "ecologia do virtual" (GUATTARI: 1992), ou seja, uma prática micropolítica de resistência ao exercício do poder que ressalta que os "campos de luta contra as experiências fundamentais da dominação são as problematizações na ordem da subjetividade".

> O ciberativismo político dos grupos periféricos, que se apropriam das novas tecnologias de informação para construir comunidades virtuais no ciberespaço da rede mundial de computadores e para produzir objetos culturais com softwares livres e kits multimídia, aponta para a emergência de inovadoras potências na cibercultura. Entretanto, é preciso fazer a distinção entre os agregados imaginários de massa dos agenciamentos coletivos de enunciação, opondo os mecanismos de repetição vazia aos mecanismos vivos "autopoiéticos" (VARELA: 1989). A perspectiva de uma ecologia do virtual pode engendrar novos territórios existenciais – uma galáxia de híbridos glocais, entre os quais, podemos exemplificar com o Movimento Enraizados –, que rompe com a visão reducionista correlativa ao primado da informação como trânsito incessante

> nos sistemas midiáticos e informáticos globais. (AGUIAR & SHAUN: 2008)[27]

Atualmente, o Movimento Enraizados desenvolve inúmeras atividades culturais, políticas e educacionais em comunidades periféricas, em especial na região da Baixada Fluminense, contando com apoio público e privado para o desenvolvimento de suas ações.

Considerações finais

O título deste artigo faz menção a uma "diáspora hacker". O que seria isso? O termo diáspora denota dispersão, deslocamento e, em geral, é aplicado a povos que deixam seus territórios de origem, forçados ou por opção própria, em busca de um novo sentido para suas comunidades. Os movimentos aqui analisados (3) reinterpretam, cada um à sua maneira, a *ética hacker*, a ética dos desenvolvedores de software livre, aplicando-a a diferentes áreas do conhecimento – da produção de arte, comunicação e lazer até a mobilização social pelos direitos humanos nas periferias. Mas que ética é essa? Como escreve Pekka Himanen, em seu livro *A ética hacker:*

> No centro de nossa era tecnológica estão umas pessoas que se autodenominam hackers[28] (...) um hacker é um expert ou entusiasta de qualquer tipo que pode se dedicar ou não à informática. Nesse sentido, a ética hacker é uma nova moral que desafia a ética protestante do trabalho, como foi exposta há quase um século por Max Weber em sua obra clássica *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, e que está fundada no trabalho enfadonho, na aceitação da

27 Disponível em: http://observatoriodaimprensa.com.br/news/view/hibrido_glocal_ciberativismo_e_tecnologias_da_informacao

28 Como o próprio Himanen pontua nesse trecho do seu livro não se deve confundir hacker com cracker, que são os programadores que desenvolvem vírus ou outras ações com a finalidade de invadir sistemas.

> rotina, no valor do dinheiro e na preocupação por conta dos resultados. Frente a essa moral apresentada por Weber, a ética do hacker é fundada no valor da criatividade, e consiste em combinar paixão e liberdade. O dinheiro deixa de ser um valor em si mesmo e o benefício se mede em metas como o valor social e o livre acesso, a transparência e a franqueza. (HIMANEN: 2001, p. 4)

A diáspora hacker é a dispersão desses valores entre os movimentos políticos contemporâneos que mobilizam a juventude brasileira. Como Himanen já previa, ela não é exclusividade daqueles que se envolvem com a "informática", ainda que no caso das redes de produção imaterial e ação política a questão tecnológica exerça papel central. Hackers são todos aqueles que partilham dessa forma de agir, dessa forma específica de compreender o mundo. Uma "ética" centrada na capacidade que temos de resolver nossos problemas mobilizando as próprias forças, o que também ajuda a explicar a afirmação acima feita de que estes são movimentos práticos, acima de tudo.

Observando o funcionamento dessas redes, há outras semelhanças importantes a se destacar. Na sequência, apresentamos uma sistematização inicial que deve ser objeto de discussões e aprofundamento.

1. A prática das redes é o programa

As redes de produção imaterial e ação política (1) provêm de articulações cuja origem não está nas estruturas partidárias, sindicais ou mesmo nos movimentos sociais surgidos no Brasil nas três décadas finais do século 20 (como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – ou as grandes associações de lutas por direitos humanos e sociais – como Ibase ou Ação Educativa, para ficar em apenas dois exemplos). As redes também (2) não se pren-

dem a filiações ideológicas rígidas. Sua marca é a ação. "A prática é o programa", como ensina Gorz (2003, p. 70). São fortes as influências da esquerda libertária no pensamento dos agentes das redes, mas é notável também o movimento de saque dos métodos e símbolos extraídos da cultura corporativa, promovendo uma espécie de disputa no interior da pós-modernidade.

2. As redes são produtoras de inovação e do comum

Em seu livro, *Laboratórios do pós-digital*, Fonseca, uma das principais referências da rede MetaReciclagem (foi ele quem atribuiu esse nome à rede), define tecnologia como "toda ação ou objeto que embute um *propósito a partir de algum método*" (2011). Interessante notar que noção semelhante da construção de tecnologias é utilizada nas trocas do Circuito Fora do Eixo, onde todo conhecimento circulante é também chamado de tecnologia, ou TECs, na comunicação cotidiana. No estudo feito por Aguiar e Shaun, também aparece a produção de tecnologias como eixo estruturante da ação dos Enraizados. E na rede Transparência Hacker, como relata Daniela Silva, muitos dos ativistas estão menos preocupados com a política e mais em resolver desafios técnicos que possam gerar maior acesso cidadão às informações públicas.

Isso nos permite dizer que as redes são produtoras de inovação e dirigem seus esforços para a construção de uma sociedade de código-fonte aberto, uma vez que as trocas simbólicas que operam são todas feitas por meio de licenças flexíveis de propriedade intelectual, como GPL e Creative Commons. Para Hardt e Negri, a inovação justamente requer "recursos comuns, acesso aberto e livre interação". Nesse sentido, ao construírem espaços abertos de trocas, essas redes acabam por produzir condições para a inovação específicos e fazem disso uma vantagem comparativa.

3. As redes aprofundam a democracia

A busca pela radicalização política e da democracia, que vêm sendo paulatinamente aprisionadas pelos interesses econômicos e pela vacilações do representantes políticos tradicionais, está no centro da atuação das redes de produção imaterial e ação política.

Um diferencial notável, no entanto, é que não se tratam de movimentos que negam a política tradicional, uma vez que se ocupam com o diálogo com os poderes constituídos e também da ocupação de espaços de democracia participativa abertos pelo estado. No caso do MetaReciclagem, na elaboração e execução de políticas públicas de inclusão digital, no caso do Transparência Hacker[29], na elaboração e redação da Lei de Acesso à Informação Pública e na colaboração com órgãos públicos de transparência, como a Controladoria Geral da União (CGU)[30], no caso do Fora do Eixo, na atuação junto aos Conselhos municipais, estaduais e federal de Cultura[31] e nos Enraizados no desenvolvimento de inúmeras ações sociais em sua comunidade[32]. Há mais exemplos que poderiam ser citados. Essa relação, no entanto, "construtiva", não impede essas organizações de um discurso veemente na direção da construção de uma outra democracia, completamente distinta desta que temos.

Resumindo o desafio contemporâneo a três palavras-chave, Fonseca afirma em *Laboratórios do Pós-Digital* que as redes estão diante da "desintermediação, colaboração e autogestão".

29 Como citado, o MetaReciclagem teve papel central na articulação do Programa Cultura Viva, mas também no programa Acessa São Paulo, de inclusão digital, desenvolvido pelo Governo do Estado de São Paulo.

30 A rede transparência hacker possui entre os seus integrantes gestores públicos, que atuam dentro das instituições do Estado, seja em nível municipal, estadual ou Federal.

31 Em algumas localidades, foi a partir de articulações lideradas por agentes de coletivos ligados ao Fora do Eixo que essas instâncias foram criadas;

32 Na página oficial da organização é possível acessar o currículo da rede, onde há menção a inúmeros convênios firmados com o poder público para o desenvolvimento de atividades sociais.

4. As redes são formadas por "agentes-desenvolvedores"

A diáspora hacker também pode ser entendida como uma dispersão do conceito de desenvolvedor para outras áreas de atuação. Jornalistas, comunicadores, produtores culturais, gestores públicos, ativistas que buscam no modelo de ação do desenvolvedor, como descrito por por Gorz, em citação de Maurício Lazaratto, inspiração para sua prática: "O 'desenvolvedor' não é movido por nada além do que o 'desejo de comunicar, de agir conjuntamente, de se socializar e de se diferenciar, não pela troca de serviços, mas por relações simpáticas'." (2005, p. 68).

É comum que articuladores de ações no campo das novas tecnologias sejam chamados de empreendedores. No caso dos gestores de *startups*, as pequenas empresas voltadas para obtenção do lucro, o termo se aplica. Não é o caso, no entanto, dos articuladores das redes livres, cuja ação não se define pela transformação de sua criação em uma empresa capitalista tradicional. Por mais que não sejam elaboradores de códigos de programação, são desenvolvedores de outras relações de produção e formas de viver, baseadas na busca de satisfação pessoal e na relação aberta com o conhecimento.

5. As redes são vetores de diversidade

De acordo com Aguiar e Shaun, no artigo "Híbrido glocal, ciberativismo e tecnologias da informação":

> os novos movimentos sociais – especialmente aqueles voltados para as práticas discursivas do campo da comunicação e da produção cultural – sempre apostaram na multiplicidade e na pluralidade, rompendo com as propostas de proteção da identidade cultural, pois a noção de identidade significa o retorno ao Mesmo, ao Idêntico.

A diversidade de métodos e a pluralidade de visão entre os membros que integram as redes é notável. Também a diversidade na produção de linguagens e expressões caracterizam, sobretudo, o trabalho do Fora do Eixo e do Enraizados. Os quatro movimento analisados observam em sua estrutura recortes de gênero, raça e etnia. Acima de tudo, passam a compor o caleidoscópio multicultural contemporâneo a partir do momento em que adentram a arena político-cultural brasileira.

AS POLÍTICAS DE CULTURA E O MOMENTO DIGITAL

Talvez os softwares livres do ministro Gilberto Gil criem um ciberespaço onde o espírito tropicalista se reproduza em inteligências artificiais e virtuais, na periferia de um novo império americano que o rock amado com tanto custo por determinados jovens baianos dos anos 60 nem sequer podia imaginar.

Hermano Vianna, em "Políticas da Tropicália"

Os enormes desafios propostos pela reconfiguração social, política e econômica ocasionada pela digitalização dos bens simbólicos e pelo surgimento da rede mundial de computadores exigem o desenvolvimento de políticas públicas criativas. Entre 2003 e 2010, a partir da chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República e de Gilberto Gil ao Ministério da Cultura, o Brasil tentou enfrentar essa questão e viu florescer um conjunto de ações de cultura digital com DNA transgressor. Essas iniciativas pioneiras – chamadas pelo antropólogo Hermano Vianna[1] de "tropicalistas", posto que estão distantes das propostas da "esquerda bem-comportada" ao mesmo tempo em que não se configuram como "tendências estético-políticas da moda" – procuraram valorizar aspectos locais sem romper a vocação universal das comu-

1 VIANNA, Hermano. Políticas da Tropicália. *Tropicália – uma revolução na cultura brasileira*. Organização de Carlos Bassualdo. São Paulo: Cosac Naify, 2007, p. 142.

nidades em rede, fomentando a vocação antropofágica brasileira. Produziram, assim, enorme notoriedade internacional, mas no plano interno revelaram-se frágeis.

A instabilidade dessas ações – em que pesem as dificuldades de se lidar com os entraves burocráticos brasileiros e o fato de estarmos vivendo uma época cujas sínteses só podem ser provisórias – é resultado da ausência de um olhar mais arguto sobre o papel do Estado e das instituições culturais na construção dessas políticas públicas de cultura voltadas para o momento digital. Diante da abertura de um novo ciclo, em que os ventos do "Brasil potência" engendram sonhos de grandeza, apresenta-se como desafio maior a institucionalização de políticas integradas e transversais que fomentem a vantagem comparativa que todos nos ufanamos de afirmar, num já quase clichê[2] interpretativo sobre o nosso preparo para lidar com a sociedade da informação.

A melhor forma de enfrentar esse desafio é nos debruçarmos sobre o que foi realizado entre 2003 e 2010, lançando algumas perspectivas e propostas com base nos aprendizados vivenciados. Não se trata de tarefa simples, justamente porque vivemos um momento de rápidas transformações, que nos faz sentir como se estivéssemos na descida de uma montanha, em alta velocidade, observando, à espera do soterramento, a avalanche de possibilidades (positivas e negativas) geradas pela digitalização e a mundialização dos fluxos informacionais. É essa impermanência do mundo contemporâneo que me leva a optar pela expressão "momento digital", em oposição a "era" ou "contexto". Partindo do momento, talvez se avance no entendimento do contexto. E, quando nos distanciarmos suficientemente

2 "É quase um clichê isso, o Brasil demonstra uma capacidade de assimilar estas novas tecnologias sem nenhuma resistência, desde questões burocráticas como a apresentação da declaração do imposto de renda até questões mais sensíveis como a própria contabilização dos votos em uma urna eletrônica. O Brasil tem uma capacidade de assimilar muito forte, e com as dimensões e carências que tem, sobretudo no sistema de ensino, o país pode se beneficiar muito com isso se souber fazer bom uso da tecnologia da informação." (Fernando Haddad, em entrevista a este autor, no livro *CulturaDigital.br*, p. 27)

do que ocorre, talvez possamos demarcar este período como "era" ou até mesmo "revolução", como alguns preferem.

Ações culturais pioneiras: políticas (des)organizadas

O debate sobre políticas públicas voltadas para o momento digital não é recente, mas acelerou-se na primeira década do século 21, acompanhando a evolução tecnológica e a ampliação do número de cidadãos mundialmente conectados, atualmente perto de dois bilhões de pessoas[3]. No Brasil, no início do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, uma série de encontros reuniu especialistas sobre novas tecnologias de informação e comunicação (as chamadas TICs) e o resultado deste esforço foi compilado no *Livro Verde da Sociedade da Informação*, editado em setembro de 2000, sob coordenação do Ministério da Ciência e Tecnologia[4]. O livro continha uma série de diretrizes para a formulação de políticas setoriais e dialogava com processos semelhantes em outros países. É uma referência importante até hoje.

Logo depois, já durante o governo Lula, teve início o processo da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (CMSI), no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), que foi realizada em duas etapas: em 2003, na Suíça, e, em 2005, na Tunísia. Esses encontros, que contaram com a participação de agentes governamentais e não governamentais, se configuraram como grandes catalisadores da agenda política sobre a sociedade em rede, mas pouco se debruçaram sobre a dimensão cultural. Entre os efeitos da CMSI, que se constituiu na maior cúpula da história da ONU, com a participação de 18 mil pessoas de 176 países, está a criação do Internet Governance Fórum (IGF), que segue debatendo um modelo de governança adequado para a internet mundial. No Brasil,

3 Dados sobre o acesso global à rede podem ser obtidos em: <http://www.internetworldstats.com/stats.htm>.
4 O livro pode ser baixado em: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/18878.html>.

foi na esteira desse processo que o Comitê Gestor da Internet do Brasil (CGI-Br) foi reformulado, impulsionando políticas para esse campo. Mesmo após essa reformulação, o CGI-Br continuou a não reservar assento ao Ministério da Cultura, numa demonstração de que para muitos dos militantes da comunicação em rede a questão cultural não seria central.

Ainda que houvesse diálogo entre as iniciativas de cultura digital e as demais articulações digitais em curso no país – inclusive com ativa participação de gestores e ativistas da cultura na CMSI, nas reuniões do IGF e nos debates sobre Inclusão Digital, comandados pelo Ministério do Planejamento –, fica patente observando o processo contra o tempo que o Ministério da Cultura optou por uma rota "exclusiva", baseada no argumento de que era necessário *hackear*[5] o estado para ser efetivo.

Conforme explica Cláudio Prado:

> Dentro do ministério, se criaram duas grandes correntes do trabalho. Uma delas era trazer o digital para o campo da cultura e da política. Esse trabalho era conduzido através da agenda do Gil, que eu pautei muito antes de começar o trabalho efetivo do Ministério. O outro trabalho foi com a Cultura Digital nos Pontos de Cultura[6]. A gente propôs a ideia do Kit Multimídia para o Célio Turino [*então Secretário de Programas e Projetos Culturais*], que estava coordenando os Pontos de Cultura, e ele rapidamente compreendeu e acei-

5 Hackear ou Raquear é um verbo de ação (anglicismo) que significa agir como um hacker, termo por sua vez que se destina a nominar os programadores que possuem capacidade de transformar softwares e hardwares de acordo com suas necessidades. Raquear o estado seria, então, transformá-lo de forma momentânea de acordo com a necessidade de um determinado grupo, fazendo as forças governamentais operarem em seu favor.

6 De acordo com definição encontrada no site do Ministério da Cultura (http://www.cultura.gov.br/culturaviva/ponto-de-cultura/), Pontos de Cultura são entidades reconhecidas e apoiadas financeira e institucionalmente pelo Ministro da Cultura que desenvolvem ações de impacto sócio-cultural em suas comunidades. Somam, em abril de 2010, quase quatro mil, em 1122 cidades brasileiras, atuando em redes sociais, estéticas e políticas.

> tou. Então havia uma questão de prática muito concreta e real, de levar esses conceitos para as pontas, para a periferia brasileira, para a molecada que estava espalhada nos Pontos de Cultura, conjugada a uma questão mais conceitual. [7]

A criação de uma equipe de articuladores de cultura digital teve início a partir do reencontro de Prado e Gil – amigos desde os tempos de exílio em Londres – durante evento Mídia Tática, realizado em São Paulo, ainda em 2003, no qual também estiveram presentes John Perry Barlow, da Eletronic Frontier Foundation, e o intelectual britânico Richard Barbrook, autor de *Futuros imaginários*. Começou então um processo aberto e colaborativo de construção de ações, que desembocaria justamente no trabalho associado aos Pontos de Cultura a partir do final de 2004 e durante os demais anos do primeiro governo Lula.

Esse trabalho, no entanto, jamais seria "assimilado"[8] pelo Estado. Parte em função da burocracia, parte pela própria escolha de seus realizadores, conforme explicam os articuladores Felipe Fonseca, Alexandre Freire e Ariel Foina, para quem a perspectiva dos ativistas era se valer da relação com o governo para atingir objetivos da comunidade de interesse a qual pertenciam.

> Esse grupo de pessoas que iniciou todo o esforço coletivo em pensar/trabalhar, não tem necessariamente comprometimento com o governo em si, ou com sua ideologia. O que não significa que não considere o projeto essencialmente

7 Cláudio Prado, em entrevista a este autor, no livro *CulturaDigital.br*, pg 49
8 Inicialmente, um convênio entre o Ministério da Cultura e o Instituto de Pesquisa em Tecnologia da Informação (IPTI) – <www.ipti.org.br> viabilizou o trabalho dos articuladores. Posteriormente, um programa de bolsas em parceria com o programa de Inclusão Digital Casa Brasil e o CNPq foi utilizado "provisoriamente" e no último ano de governo um edital de premiação para "Tuxauas" – como os articuladores são denominados – foi desenvolvido. Nos oito anos, em vários períodos a ação foi descontinuada por falta de um arranjo institucional que a viabilizasse.

> de natureza política, mas que age como uma invasão hacker dentro do sistema, com gestão própria e objetivos bem definidos (ROSAS & VASCONCELOS: 2004, p. 281)[9]

A partir de 2006, crises internas no grupo de articuladores e dificuldades de obter financiamento para a iniciativa enfraqueceram o processo, resultando no fim prematuro do trabalho.

Em paralelo, nesta época, o Ministério da Cultura desenvolvia outras ações que podem ser classificadas como políticas digitais, embora elas não estivessem organizadas em um esforço comum. A Secretaria do Audioviual (SAV) pôs na rua o primeiro edital voltado para a produção de jogos eletrônicos e o programa "Cultura e Pensamento", de reflexão crítica, debruçou-se mais de uma vez sobre a temática da digitalização da cultura, em especial no ciclo *Além das Redes de Colaboração*, cujo conteúdo rendeu um livro de mesmo nome, editado pelos professores Sérgio Amadeu da Silveira e Nelson Pretto[10]. A SAV, aliás, a partir do segundo mandato de Lula, passaria a desenvolver outras ações voltadas para as novas mídias e a digitalização da cultura[11].

Fórum da Cultura Digital Brasileira: tentativa de organização

O enfraquecimento da agenda de cultura digital levou, no segundo semestre de 2007, a Secretaria de Políticas Culturais a assumir a responsabilidade de constituir uma coordenação de Cultura Digital, responsável centralmente por formular políticas para esse

9 "O impacto da sociedade civil (des)organizada: cultura digital, os articuladores e software livre no projeto dos pontos de cultura do Minc", por Felipe Fonseca, Alexandre Freire e Ariel Foina, p. 281, in *Digitofagia*, org. Ricardo Rosas e Giseli Vasconcelos. São Paulo: Radical Livros, 2004.

10 Além das Redes de Colaboração foi editado por Nelson Pretto e Sérgio Amadeu da Silveira, dois dos principais pensadores brasileiros sobre cultura digital, e conta com textos de vários autores, entre eles um excepcional artigo do já falecido professor Imre Simon, criador do departamento de Ciência da Computação da Universidade de São Paulo (USP);

11 Vale lembrar também que durante o primeiro mandato de Lula, o Brasil realizou amplo debate sobre a digitalização do serviço terrestre de televisão, que resultou na criação do Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD).

campo, estabelecendo a necessária articulação entre as diferentes ações em curso e concentrando o diálogo intergovernamental e em direção à sociedade civil e o mercado. O período de reorganização foi marcado pela expectativa gerada com o anúncio de que Gil deixaria o governo, o que só viria a se concretizar em agosto de 2008. Somente em 2009, portanto, com o Fórum da Cultura Digital Brasileira, lançado oficialmente em junho daquele ano[12], o Ministério da Cultura retomaria com vigor as atividades de cultura digital, desta feita contando com a parceria da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP)[13].

O Fórum se insere no rol de iniciativas desenvolvidas pelo Estado brasileiro para garantir que a voz da sociedade se faça representar diretamente no processo de construção das políticas de transformação do país. Dentre tais mecanismos, destacam-se as Conferências Nacionais, realizadas de forma a respeitar o Pacto Federativo (com etapas municipais, estaduais e federal). Em suma, as conferências estão atreladas a um conselho que é responsável por garantir a implantação das diretrizes traçadas pela sociedade e pela fiscalização das políticas que venham a ser propostas e desenvolvidas.

Entre 2003 e 2010, o Ministério da Cultura realizou duas Conferências Nacionais. Outros mecanismos de participação são as consultas públicas (presenciais e virtuais), as audiências públicas, os seminários e os fóruns, que constituem espaços de discussão, articulação, cooperação e planejamento coletivo, geralmente de caráter consultivo em relação ao poder público, e têm por objetivo reunir diferentes atores de um ou mais segmentos sociais, podendo ser de caráter permanente ou temporário.

12 O lançamento beta (teste) do Fórum ocorreu durante o Festival Internacional de Software Livre (FISL), realizado anualmente em Porto Alegre, e o anúncio oficial de sua existência foi feita pela então ministra da Casa Civil, Dilma Roussef.

13 O Ministério da Cultura e a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, Organização Social (O.S.) vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia celebraram um contrato piloto que previa a realização do Fórum da Cultura Digital Brasileira e a conexão de dez instituições culturais do Rio de Janeiro e de São Paulo à rede experimental de alta velocidade mantida por essa instituição, além de uma série de atividades classificadas como "Qualificação do Uso da Rede".

O Fórum da Cultura Digital Brasileira se difere de iniciativas similares por utilizar a internet em sua metodologia de forma radical, pois está estruturado sobre a plataforma CulturaDigital.br (<www.culturadigital.br>), um site de rede social que contava, em setembro de 2010[14], com mais de 5000 participantes, 200 grupos de discussão e inúmeros blogs ativos. Nessa rede, os cidadãos debatem, de forma aberta e horizontal, questões digitais e da sociedade em rede. Ainda em 2009, em novembro, realizou-se o seminário internacional do Fórum, que tornou presenciais encontros que já vinham ocorrendo no mundo virtual. Por ocasião desse encontro, documentos com diretrizes para políticas de cultura digital foram produzidos e entregues ao Ministro da Cultura, Juca Ferreira[15].

O ano de 2010 foi marcado por um novo período de indefinição sobre os rumos da política. Tanto o Fórum da Cultura Digital Brasileira como a rede CulturaDigital.br passaram a padecer do mesmo problema que outras ações de cultura digital vivenciaram durante todo o governo Lula: a falta de arranjo institucional sólido para sua consecução. As duas iniciativas não foram "incorporadas" formalmente à estrutura administrativa da Secretaria de Políticas Culturais, mesmo elas sendo consideradas, apenas um ano depois de sua criação, como o principal[16] espaço público do país para a discussão de temas correlatos às políticas digitais. A manutenção da rede (por meio de uma gestão pública, com participação do governo e da sociedade) tornou-se uma reivindicação de ativistas e gestores[17].

14 Quando este artigo foi produzido.
15 Foram produzidos documentos sobre infraestrutura (Diogo Moyses), Arte (Cícero Inácio da Silva), Memória (Rogério Santana Lourenço), Economia (Oona Castro) e Comunicação (André Deak) e publicados na internet. Eles se encontram acessíveis no site <www.culturadigital.br>.
16 Sinais dessa centralidade são a realização da Consulta Pública do Marco Civil da Internet, promovida pelo Ministério da Justiça, dentro da rede CulturaDigital.br e o convite da Presidência da República para que seus membros integrem o Fórum Brasil Conectado, espaço destinado pelo governo para a interlocução com a sociedade no âmbito da elaboração do Programa Nacional de Banda Larga. Outras iniciativas centrais de políticas para a cultura em contexto digital têm sido desenvolvidas com resposta positiva por meio da rede pública.
17 Em 2010, a realização do 2º encontro presencial do Fórum da Cultura Digital Brasileira e a manutenção provisória da rede CulturaDigital.br foram garantidas por meio da Sociedade de Amigos da Cinemateca.

Um primeiro movimento no sentido de superar a fragilidade institucional desse campo foi a autorização dada pelo Ministério do Planejamento para a criação da coordenadoria de Cultura Digital na Secretaria de Políticas Culturais, como parte da Diretoria de Estudos e Monitoramento de Políticas Culturais. Também vale destacar a criação pela SAV do Fundo de Inovação Audiovisual, anunciado em agosto de 2010.

Institucional, extrainstitucional e anti-institucional

As alegadas inviabilidade operacional e fragilidade institucional do estado brasileiro têm resultado numa distorção comum à esquerda e à direita: o desenvolvimento de uma militância em prol da anti-institucionalidade. É um raciocínio simplista, mas efetivo: se não se pode fazer por dentro, se tudo é proibido, avancemos de outras maneiras. Essa distorção é nociva por duas razões: 1) cria processos fundamentais insustentáveis a médio prazo, que são dinamitados justamente pela força normatizadora da burocracia; 2) não forja gestores e ativistas capazes de defender e promover a reforma do estado.

Esse raciocínio anti-institucional marcou as ações de cultura digital durante os oito anos de Ministério da Cultura[18]. Por vezes, para justificá-lo, os responsáveis pela execução política escoravam-se numa crença de que essa seria também a forma do Ministro Gil de lidar com a questão. Não era. Recupero um trecho publicado em *O poético e o político*, de 1988, época em que Gil era secretário

18 Uma demonstração disso que afirmo é o fato de o Conselho Nacional de Políticas Culturais, criado durante a gestão de Gilberto Gil, reservar uma vaga para a arte digital, como resposta à mobilização da artista Patrícia Canetti, por meio de seu Canal Contemporâneo, e não manter um espaço para representantes da cultura digital. Além disso, a questão digital aparece timidamente entre as 32 propostas prioritárias das duas primeiras conferências nacionais de cultura. (Na primeira conferência, a diretriz 11 trata lateralmente do tema: *Disponibilizar e garantir equipamentos, criando uma rede digital sociocultural em espaços públicos, para promover a democratização de acesso à informação em meio digital*). O mesmo tratamento é dado pelo Plano Nacional de Cultura, sem levar em consideração a própria centralidade da questão afirmada pelo Ministério em diferentes contextos políticos e discursos públicos. Isso, sem dúvida, é mais um resultado da desorganização "institucional" do campo.

municipal de cultura de Salvador e pré-candidato à prefeitura da capital baiana, para demonstrar que o músico-ministro sempre foi um defensor das institucionalidades.

> [...] Estamos aqui para uma defesa das regras do jogo democrático, não para flertar com modismos niilistas e neoanarquistas. Podemos, evidentemente, ter condutas extrainstitucionais, mas nunca anti-institucionais. O que está em tela é o fortalecimento dos mecanismos e das instituições da frágil democracia brasileira[19].

Em sua trajetória política, Gil procurou romper com os estereótipos que lhe imputaram em função de sua militância pela liberdade nos anos 1960 e 1970 e de sua incursão hyppie e contracultural. Isso sem deixar de reformar o pensamento político baseado em valores daquele período. Daí, talvez, a imprecisão do raciocínio que marcou a opção feita pelos coordenadores da cultura digital. Em defesa da opção feita, fica a constatação de que, em muitos momentos, a opção anti-institucional rendeu frutos mais imediatos e visíveis. Poderia ter sido um importante movimento tático, mas acabou por inviabilizar a criação de uma institucionalidade adequada a lidar com os enormes desafios do mundo digital, de forma estruturada e perene.

Vale ressaltar que, quando me refiro à institucionalidade, penso nas instituições do estado, mas também no amplo arco de instituições da sociedade com vocação pública sem as quais atualmente não se executam as complexas políticas públicas.

Daí que, saindo da abstração, algumas questões podem ser feitas: o que esperamos de um Ponto de Cultura depois que ele se tornou um equipamento cultural público? Que ele retorne à sua condição prévia, ao fim dos três anos de convênio marcados por brigas constantes com a burocracia? Serão estimulados a encontrar

19 Gilberto Gil e Antonio Risério, em "O poético e o político", do livro *O poético e o político*, p. 19.

alternativas de sustentabilidade? E os Pontões de Cultura Digital? E as pequenas e médias empresas de inovação cultural? Como o estado pode financiá-las, diretamente, sem submetê-las à precarização, como ocorre hoje? E as tradicionais instituições de cultura, como Funarte e Biblioteca Nacional, como estão lidando com o momento digital? E as instituições dos estados e municípios, como as bibliotecas e os museus?

O futuro digital em disputa

A digitalização do conhecimento em rede não é apenas mais um elemento da complexidade contemporânea, mas opera uma transformação profunda, cujo impacto é essencialmente cultural – o que parece ainda não ter sido assimilado pela política e por boa parte dos pensadores da cultura. Fica patente, portanto, a necessidade de nos entregarmos ao tema com a radicalidade e a urgência que ele exige.

O sucesso da empreitada talvez dependa mais de uma observação sem concessões da dinâmica social que vivenciamos, com olhos alertas para prospectar os movimentos sociais e econômicos que devem ser fomentados e aqueles que devem ser inibidos em nome da cidadania. Países que lidarem com a dimensão digital sem sucumbir à sanha restritiva do capital – manifestada em mecanismos tecnológicos e jurídicos contra o compartilhamento – constituirão vantagens comparativas em médio prazo. Essa opção deu ao Brasil notoriedade internacional. Várias são as ações corretas desenvolvidas pelo governo Lula que permitem essa afirmação: a comunidade de software livre ganhou força e projeção, a partir do momento em que vários órgãos de governo passaram a utilizar e a fomentar as ferramentas de código aberto; a questão da banda larga foi elevada ao *status* de política prioritária com a criação do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), inclusive resultando na conexão de todas as escolas públicas do país à rede mundial de computadores; experiências envolvendo a infância e a juventude foram estimuladas por

meio de programas como Um Computador por Aluno (UCA) e a partir da explosão das lanhouses; uma nova lei de direitos autorais está em debate, apontando para vários avanços no reconhecimento dos direitos que emergem com a cultura digital.

O momento, no entanto, é de aprofundar o avanço.

Ainda falta ao governo, por exemplo, um lugar que propicie uma visão articulada de todos esses processos. Um programa interministerial, com liderança dos ministérios da Cultura, Educação e Ciência e Tecnologia poderia desempenhar esse papel. Trata-se de uma interlocução que, de certa forma, já vem ocorrendo na administração da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) e no âmbito do PNBL. Mas isso ainda é incipiente, principalmente porque o governo insiste em desenvolver uma política de conectividade que desconsidera o fato de que os "tubos e conexões" de internet só fazerem sentido a partir da informação circulante. Ou seja, para prover condições de tráfego aos conteúdos culturais, educacionais e científicos.

Num cenário de tantas indefinições, há clareza de que as políticas públicas de cultura para o momento digital devem ser essencialmente transversais e interconectadas, resultado de um esforço permanente de formulação e diálogo construtivo entre as diferentes forças sociais (governo, sociedade civil e mercado). Isso já vem ocorrendo no ambiente CulturaDigital.br, um mecanismo de rede social. É preciso reforçar essa condição incorporando a rede à institucionalidade do Ministério, colocando-a inclusive a serviço de outros processos ligados à temática digital – como ocorreu na experiência do Marco Civil da Internet.

Um caminho para esse reconhecimento seria o Comitê de Políticas Culturais "adotar" a rede como espaço transversal (e não "setorial") de formulação de políticas públicas digitais em sua estrutura regimental. Mas essa é apenas uma das ideias. Esses foram os temas que orientaram os debates do 2º Fórum da Cultura Digital Brasileira, que ocorreu em novembro de 2010 em São Paulo. O en-

contro afirmou a centralidade da questão digital para a elaboração de políticas públicas de cultura contemporâneas, em associação com a necessidade urgente de se criar e reforçar as institucionalidades necessárias para a consecução dos objetivos.

Como afirma o Ministro Juca Ferreira, no livro *CulturaDigital.br*, é dever do Estado "assimilar as novas tecnologias, porque isso está trazendo uma realidade completamente diferente". Ao Brasil, resta realizar internamente o que foi projetado mundialmente, sem perder o caráter transgressor das ações do Ministério da Cultura do governo Lula. "A tecnologia digital e a rede possibilitam uma eficiência, uma eficácia, uma capacidade de disponibilização de novos conteúdos, de uma nova realidade cultural que quem não se adaptar vai ficar defasado para enfrentar questões da sua área, seja na área pública, seja na área privada", diz.[20]

20 Juca Ferreira, em entrevista a este autor, no livro *CulturaDigital.br*.

MARCHA PARA TRÁS: A REVIRAVOLTA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA DE LULA PARA DILMA[1]

Durante os oito anos da presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil se destacou pelo desenvolvimento de um projeto de políticas públicas para a cultura "imaginativo e ousado" (MANEVY: 2010, p. 103), sob comando dos então ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira. Essas políticas tinham como diretriz a democratização do acesso à cultura e o fomento à diversidade cultural, em consonância com as transformações operadas pelo contexto digital na sociedade. Com a eleição de Dilma Rousseff e a condução de Ana de Hollanda ao cargo de ministra, verificou-se uma reviravolta na orientação estratégica das políticas culturais, recolocando uma certa "classe artística"[2] no centro das preocupações, o que resultou em uma posição enfática de contraposição à internet e à cultura digital.[3] Um intenso debate ocorreu na sociedade brasileira, contrapondo artistas, intelectuais[4] e ativistas, os quais, majoritariamente,

1 Esse texto foi escrito em parceria com Murilo Bansi Machado e Sérgio Amadeu da Silveira. Uma versão semelhante dele, em inglês, foi selecionada para publicação pela revista *Media, Culture & Society*, uma das mais prestigiadas publicações mundiais de estudos de cultura e comunicação.
2 A "classe artística" reivindicada por Ana de Hollanda é um pequeno grupo de artistas, em sua maioria do eixo Rio-Minas Gerais-São Paulo, reunidos, no caso da música, em torno das entidades que compõem o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD). No caso do cinema, são os artistas em torno da turma do "Cinemão" (os produtores-diretores associados às empresas do sistema Globo e da Motion Pictures Association of America - MPAA), cujos nomes mais proeminentes são os do produtor Luiz Carlos Barreto e do cineasta Cacá Diegues.
3 Cf. "Pirataria pode 'matar a cultura', diz Minc". Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/link/pirataria-pode-matar-a-cultura-brasileira-diz-minc/>. Acesso em: 4 maio 2012.
4 Cf. "Despreparo é dolorosamente evidente". Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/arteelazer,despreparo-e-dolorosamente-evidente-dizem-intelectuais-sobre-

expressaram descontentamento com os rumos do ministério a partir de 2011. Essa insatisfação inicialmente atingiu, inclusive, parte do Partido dos Trabalhadores,[5] o partido da presidente Dilma e que indicou Ana para o cargo de ministra.

Ana de Hollanda durou um ano e sete meses no cargo. Tempo suficiente para interromper processos valiosos que estavam em curso. Descrever e analisar essa reviravolta no rumo das políticas públicas de cultura, bem como demonstrar as consequências desse embate público sobre os rumos da política cultural em nosso país, é o objetivo deste trabalho, produzido a partir da análise de textos e entrevistas veiculados pelos meios de comunicação de massa e pela rede mundial de computadores. A pesquisa para a produção do artigo também recorreu à observação direta – com a participação dos pesquisadores em encontros e reuniões nas quais a atual gestão ministerial e a sociedade civil puderam expor suas perspectivas – e à análise documental, utilizando como fontes estudos produzidos pelo Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada (IPEA) e dados oficiais divulgados pelo Ministério da Cultura ou obtidos em consultas aos bancos de dados da administração pública federal.

Escolheu-se também analisar, de forma panorâmica, três questões centrais para o desenvolvimento das políticas públicas para a cultura que se tornaram protagonistas da polêmica: (1) a política para economia criativa ou da cultura; (2) a política para os direitos autorais e (3) a política para os Pontos de Cultura.

Dois discursos, duas ações

Celina Souza definiu a política pública como "o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, "colocar o governo em ação" e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando

-gestao-do-minc,850226,0.htm>. Acesso em: 4 maio 2012.
5 Cf. "'Creative Commons está dentro de uma política de governo', diz Paulo Teixeira". Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=17343>. Acesso em: 4 maio 2012.

necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)" (SOUZA: 2006, p. 26). Essa definição abrangente e genérica é fruto da síntese de várias disciplinas, teorias e modelos analíticos formulados para tentar equacionar esse terreno da ação do Estado sobre a sociedade.

Na investigação sobre uma área específica da política pública, é importante ressaltar que sua formulação, em geral, "constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real", segundo a perspectiva sintetizada por Celina Souza (Idem, ibidem). Exatamente aqui, este trabalho também buscou problematizar a relação entre plataformas eleitorais e as ações dos governos eleitos, uma vez que elas podem não guardar nenhuma coerência ou correspondência entre si. No caso concreto aqui estudado, a campanha eleitoral da presidente Dilma afirmou compromissos com a cultura digital – como uma reforma da lei de direito autoral para garantir a "cópia justa".[6] Entretanto, na formação do Ministério, a indicação da Ministra Ana de Hollanda implicou ações em sentido contrário tanto ao discurso eleitoral quanto à política executada na gestão do seu antecessor e principal apoiador. Isso se comprova quando evidenciamos as diferenças de visão entre a gestão Gil/Juca e a de Ana de Hollanda, por meio de uma análise do discurso de posse dos ministros nos momentos de transição governamental.

Em 2003, inflado pelo clamor popular que elegeu Lula, Gilberto Gil assumiu o comando do Ministério da Cultura prometendo, em seu discurso, transformar a pasta na "casa de todos os que pensam e fazem o Brasil". Ao afirmar que "toda política cultural faz parte da cultura política de uma sociedade e de um povo", Gil demarcou ali o que viria a ser uma das principais características de sua gestão

6 Leia as declarações da então candidata Dilma Roussef na Campus Party Brasil: <http://blogs.estadao.com.br/link/dilma-enfatiza-importancia-do-acesso-a-internet-decente>. Acesso em 4 maio 2012.

e da de seu sucessor: contribuir para a transformação da cultura política brasileira ao realizar "uma espécie de '*do-in* antropológico', massageando pontos vitais, mas momentaneamente desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do país. Enfim, para avivar o velho e atiçar o novo" (GIL: 2003, on-line).

Essa concepção de política cultural foi desenvolvida por Gil cerca de 25 anos antes de se tornar ministro, quando, na Bahia, atuou na criação da Fundação Gregório de Mattos, espécie de secretaria municipal de cultura de Salvador. Nos apêndices do livro *O poético e o político*, escrito por Gil e pelo antropólogo Antonio Risério,[7] eles descrevem o projeto Boca de Brasa, ação que pode ser tida como precursora dos Pontos de Cultura por levar uma infraestrutura móvel de palco para a realização de espetáculos nas periferias de Salvador. A programação do Boca de Brasa era definida e realizada em parceria com os artistas e cidadãos do local:

> O que temos feito é isso: estimular a expressão e a organização da produção comunitária, propiciando trocas de experiências culturais entre as diversas microcomunidades de Salvador, ao tempo em que, graças ao caráter móvel e múltiplo do trabalho, e de sua repercussão junto à população, vamos diagnosticando e cadastrando fenômenos e tendências, num mapeamento da realidade em que se encontram as nossas manifestações de cultura. Uma espécie de *do-in*: massagem no corpo cultural da cidade (GIL & RISÉRIO: 1988, p. 241).

Gil concluiria seu discurso de posse anunciando que o MinC, sob seu comando, seria "o espaço da experimentação de rumos novos", da "aventura e da ousadia". Ao longo dos anos, o músico-gestor e seus

7 Antonio Risério seria nomeado assessor especial de Gilberto Gil, mas deixaria o cargo cerca de um ano depois em solidariedade ao amigo de ambos, Roberto Pinho, que foi exonerado após ser investigado pela Polícia Federal por corrupção.

parceiros, em especial seu então Secretário-executivo e posteriormente Ministro da Cultura, Juca Ferreira, desenvolveriam a tese da política cultural em três dimensões[8] (simbólica, cidadã e econômica), o que constituiria, como avalia o crítico literário Idelber Avelar, um projeto político-cultural de esquerda que não encontra registro anterior na história brasileira.[9] Em um breve resumo, a ideia de cultura em três dimensões prevê articular políticas que promovam os direitos dos cidadãos com o apoio e a liberdade aos artistas, sem abandonar o fomento à economia da cultura e das artes. Isso, sem subordinar uma dessas dimensões a outra. A boa política, portanto, nessa concepção, emerge de um equilíbrio permanente entre as dimensões simbólica, cidadã e econômica.

Ana de Hollanda assume o Ministério em 2011 cercada de expectativas sobre como lidaria com o legado de seus antecessores, cuja gestão tornara o MinC, de fato, a "casa de todos os brasileiros", principalmente porque as políticas públicas empreendidas enfocaram grupos rurais e urbanos, indígenas, quilombolas, jovens, redes culturais, agentes da moda, do design e da arquitetura, sem abandonar as artes reconhecidas e as questões do patrimônio edificado, conformando, assim, uma relação de equilíbrio entre as necessidade dos criadores e o direito dos cidadãos ao acesso e fruição de bens culturais.

Em seu discurso de posse, no entanto, Ana de Hollanda indicou que haveria, a partir de sua gestão, uma mudança de ênfase. Se o governo Lula se destacou por alargar o horizonte e incorporar novos

8 Para uma melhor compreensão da ideia de cultura em três dimensões, cf. Ministério da Cultura (2009).

9 No artigo "O PT e a política cultural de esquerda no Brasil: uma história acidentada", Avelar (2011) cria uma cronologia baseada na relação entre a esquerda e as políticas culturais e firmada em quatro fases, sendo que a quarta seria inaugurada pela gestão Gil/Juca: (1) a primeira seria o período dos Centros Populares de Cultura, na década de 1960, com o desenvolvimento da visão nacional-popular; (2) a segunda, o modelo Embrafilme, com o centrismo de agentes das esquerdas nas políticas da ditadura; (3) o terceiro momento seria marcado pela adesão ao mercado e às leis de incentivo à cultura, capitaneada pelos artistas de esquerda, algo mais recorrente nos anos 1990; (4) a quarta seria o "momento Lula", no qual a visão antropofágica do tropicalismo chegaria enfim ao Estado, desenhando um novo diagrama para as políticas culturais.

segmentos, sua administração se marcaria por um claro compromisso com a "criatividade", com a "figura humana e real da pessoa que cria", demarcando a fronteira entre os criadores, de um lado, e os que só podem almejar o consumo ou a fruição do bem cultural, de outro: "A partir deste momento em que assumo o Ministério da Cultura, cada artista, cada criadora ou criador brasileiro pode ter a certeza de uma coisa: o meu coração está batendo por eles. E o meu coração vai saber se traduzir em programas, projetos e ações" (HOLLANDA: 2011, on-line). Ao término de seu discurso, como forma de acentuar ainda mais o recado, a primeira Ministra da Cultura da história do Brasil formulou a sentença definitiva: "não existe arte sem artista". Era a deixa definitiva que indicava o desmonte de uma política baseada no equilíbrio entre as dimensões cidadã, simbólica e econômica, que marcara a gestão anterior.

Ainda que tenha dito explicitamente que não reverteria processos iniciados durante o governo Lula, a forma como assumiu seu compromisso com uma parcela da classe artística despertou desconfiança – por parte dos grupos que foram incorporados politicamente durante a gestão de Gil e Juca – de que o país poderia vivenciar um retorno ao clientelismo individual, que é, como descreve Marilena Chauí (1995, p. 81), o "modo tradicional" de relação dos produtores e agentes culturais das elites com o Estado, conformando um "grande balcão de subsídios e patrocínios financeiros". Em sua primeira intervenção pública, Ana de Hollanda fazia amplificar uma leitura parcial e falsa sobre o desprestígio dos artistas na gestão Gil-Juca, os quais teriam sido preteridos em relação aos demais agentes da cultura brasileira[10], demarcando assim qual seria o norte de seu trabalho.

10 Um artigo público que expressa essa visão reproduzida pela ministra em seu discurso de posse foi escrito pelo compositor Fernando Brant, em *O Globo*, em 07/09/2012, intitulado "No baile do ministro Banda Larga, autor não entra". Disponível em: <http://www.joaodorio.com/site/index.php?option=com_content&task=view&id=81&Itemid=47>. Acesso em: 28 maio 2012.

A vitória da economia sobre a cultura?

A primeira proposição de Ana de Hollanda, um mês depois de assumir o posto de ministra, foi a criação de uma secretaria de economia criativa, que passou a ser ocupada pela pesquisadora e ex-secretária estadual de cultura do Ceará, Cláudia Leitão.[11] Com a ênfase no aspecto econômico, Ana se alinhou, em primeira hora, à visão majoritária do governo Dilma, que se destacou, em seu primeiro ano de gestão, por uma abordagem mais economicista das questões nacionais. Em entrevista ao jornal *Brasil Econômico*[12], a ministra destacou a necessidade de fomento às "indústrias criativas", aproximando assim o projeto brasileiro de uma abordagem conceitual adotada por alguns organismos internacionais[13] e por uma intelectualidade associada, essencialmente, às indústrias culturais transnacionais. Abordagem esta que teve origem na Austrália e na Inglaterra, na década de 1990, e que entrou em desuso nesses países, devido à sua falência programática.

À Secretaria de Economia Criativa foi encomendado um plano setorial, que veio a ser lançado em setembro de 2011, com o delineamento de uma política (visão estratégica), algumas diretrizes e pouquíssima apresentação de ações concretas. De acordo com o relatório, a economia criativa é hoje responsável por uma contribuição de 2,84% para a composição do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. Estima-se que o setor tenha crescido, em média, 6,13% ao ano nos últimos 5 anos, superando o crescimento médio da economia, que esteve em 4,3%. A principal proposição do Plano de Economia Criativa é a criação de um programa federal chamado Brasil Criativo, que reuniria o conjunto dos programas e ações intersetoriais responsáveis pelo fomento aos agentes criativos do país. Até maio

11 Ver a entrevista da pesquisadora ao projeto "Produção Cultural no Brasil". Disponível em: <http://www.producaocultural.org.br/slider/claudia-leitao>. Acesso em: 4 maio 2012.
12 Disponível em: <http://www.culturaemercado.com.br/politica/ana-de-hollanda-fala-sobre-a-secretaria-de-economia-criativa>. Acesso em: 4 maio 2012.
13 Cf. UNCTAD, 2010.

de 2012, no entanto, quando elaboramos este artigo, o Ministério da Cultura anunciou como complemento ao plano divulgado apenas a realização de um edital para cadastrar pesquisas e iniciativas criativas no país, numa abordagem extremamente tímida se comparada à ambição apresentada no documento.

O documento do plano brasileiro propõe que ele seja articulado em quatro pilares: diversidade cultural, sustentabilidade, inovação e inclusão social. Afirma também que as ações de economia criativa devem ser um complemento ao programa Brasil Sem Miséria, principal programa anunciado pela presidente Dilma e que tem por objetivo erradicar a miséria no país nos próximos quatros anos. O documento ainda apresenta, em seu mapeamento, cinco desafios: (1) Levantamento de Informações e dados da Economia Criativa; (2) Articulação e estímulo ao fomento de empreendimentos criativos; (3) Educação para competências criativas; (4) Infraestrutura de criação, produção, distribuição/circulação e consumo/fruição de bens e serviços criativos; (5) Criação/adequação de marcos legais para os setores criativos.

Em nenhum momento, o plano menciona as iniciativas que foram desenhadas durante a gestão do governo Lula, associando-se, assim, a uma retórica oposicionista, que marcou os primeiros dias da gestão Hollanda no Ministério das Cultura. O plano omite, por exemplo, que, durante os oito anos de Lula, a economia da cultura foi uma das três dimensões estratégicas das políticas públicas implementadas pela gestão Gil/Juca, conforme citado anteriormente. Foi naquele período, por exemplo, que surgiram os primeiros indicadores eficientes sobre a economia da cultura no país, com a organização do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC). Também se passou a reconhecer a centralidade de um conjunto de expressões culturais que historicamente não eram objeto de políticas por parte do governo brasileiro: o artesanato, a arquitetura, a moda, o design, os jogos de computador e a

produção da cultura digital. Para além da retórica e da mudança da terminologia, de "economia da cultura" para "economia criativa", é difícil demarcar o que de diferente estaria sendo proposto pela nova gestão em relação à anterior – ainda mais se os avanços obtidos na década anterior não são nominados no estudo que baliza a ação da atual administração.

Conforme enumera Alfredo Manevy (ex-Secretário de Políticas Culturais na gestão de Gil e Secretário Executivo na gestão Juca), em ensaio intitulado "Dez Mandamentos do Ministério da Cultura nas Gestões Gil e Juca", a política para a economia da cultura resultou, por exemplo, na criação, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de um setor e de um fundo específico para a cultura destinado a áreas como animação, música e criação de salas de cinema (MANEVY: 2010). Além disso, o Congresso Nacional foi convencido a inserir as produtoras culturais no programa de isenção de impostos SIMPLES, que reduziu tributações para as empresas culturais de 17,5% para 6%, em média, o que beneficiou potencialmente mais de 300 mil instituições. São ações pontuais que, embora não estivessem articuladas em um programa com narrativa centralizada, contribuíram fundamentalmente para o fortalecimento econômico do setor cultural.

Uma dificuldade adicional da proposição feita pelo plano brasileiro consiste no fato de que o termo "economia criativa" não conseguir ser claramente definido. Para a organização das Nações Unidas, "não há uma única definição de economia criativa".[14] Para o texto do

14 A definição adotada pelo documento elaborado pela UNCTAD aponta para seis pontos que comporiam uma definição de economia criativa: "1. A economia criativa é um conceito em evolução baseado em ativos criativos com potencial de gerar crescimento econômico e desenvolvimento; 2. Ela pode estimular a geração de renda, criação de emprego e receitas de exportação, promovendo a inclusão social, diversidade cultural e desenvolvimento humano; 3. Ela abrange aspectos econômicos, culturais e sociais que interagem com objetivos tecnológicos, propriedade intelectual e turismo; 4. É um conjunto de atividades econômicas baseadas no conhecimento com uma dimensão de desenvolvimento e ligações transversais em níveis macro e micro na composição da economia global; 5. É uma opção de desenvolvimento viável pedindo respostas políticas multidisciplinares e inovadoras e ação interministerial; 6. No coração da economia criativa residem as indústrias criativas" (UNCTAD: 2010, p. 4).

Plano de Economia Criativa, a expressão padece de "ambiguidade e vagueza". A economista Ana Carla Fonseca Reis, autora de inúmeros trabalhos sobre o tema, e uma das consultoras do documento da ONU e do plano brasileiro, destaca, em artigo publicado no documento da Secretaria de Economia Criativa, o caráter "nebuloso acerca dos limites da economia criativa".

> Na visão da autora deste artigo, a economia criativa funde as fronteiras entre a economia da cultura e a economia do conhecimento, abarcando a totalidade da primeira e parte da segunda – especificamente aquela que encapsula conteúdos simbólicos, a exemplo de software de lazer, animação e aplicativos, que revelam determinado modo de pensar, profundamente moldado por aspectos culturais. Algumas vozes dirão que nem tudo nesse conjunto de setores é característico de uma cultura local – mas o mesmo se poderia argumentar acerca dos setores editorial ou musical (MINC: 2011, p. 76).

Embora busque pactuar um conceito abrangente e definitivo, o plano brasileiro também não consegue chegar a uma síntese. Chega-se a afirmar, a certa altura, que a economia criativa é toda "economia do intangível, do simbólico". Ora, podemos então aceitar que toda a economia gerada a partir da decodificação genética, da biotecnologia e dos fármacos, para ficar em alguns exemplos, também seriam pertencentes à economia criativa? Quando se fala em economia criativa, quais setores específicos da produção imaterial serão beneficiados? Essa economia criativa influencia a macroeconomia e outros setores econômicos?

O resultado constatável é que, em substituição à clara proposição programática para o desenvolvimento de políticas públicas de cultura desenvolvida durante o governo Lula, proposição esta baseada em três dimensões associadas, interdependentes e articuladas (as

dimensões simbólica, cidadã e econômica), o governo Dilma apresentou uma "ambígua e vaga" visão de economia criativa, cujo efeito imediato foi reduzir o campo de atuação do Ministério da Cultura.

Além disso, na prática, as principais ações para produzir uma verdadeira transformação na economia da cultura no Brasil – a saber, (1) a aprovação de um novo marco legal para o financiamento à cultura; (2) a aprovação de um novo marco legal para os direitos autorais; (3) a aprovação do projeto Vale Cultura; e a (4) aprovação da PEC-150, que vincula 2% do orçamento federal para o financiamento da cultura – seguem aguardando tramitação no Congresso Nacional, sem receber a devida atenção por parte da classe política.

A falsa oposição entre artistas e cidadania

A reviravolta na orientação das políticas culturais não ficou circunscrita ao debate sobre visões econômicas, mas atingiu também os programas destinados ao fomento aos direitos e à cidadania cultural – entre eles, está o Programa Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva, do qual os Pontos de Cultura são a principal ação. O programa foi formulado com base no princípio de que, embora indutor dos processos culturais, o Estado não é o agente responsável por "fazer cultura". Cabe a ele, em última instância, criar condições e mecanismos para que seus cidadãos não apenas acessem bem simbólicos, como também produzam e veiculem seus próprios bens culturais, movimentando seu contexto local como sujeitos ativos desses processos (FEIRE et. all.: 2003).

Com base nesses princípios, a proposta dos Pontos de Cultura se materializou em editais públicos, tendo como foco organizações da sociedade civil em atividade havia pelo menos dois anos, localizadas em áreas com pouca oferta de serviços públicos e envolvendo populações pobres ou em situação de vulnerabilidade social. Às organizações vencedoras dos editais (que se tornaram, a partir de então, Pontos de Cultura), caberia articular e promover ações

culturais locais. Para tanto, passariam a receber R$ 5 mil mensais, por três anos.

No início, o edital ainda previa, como ação indispensável em cada um dos Pontos de Cultura, a presença de um estúdio digital multimídia. Os recursos deveriam ser destinados à aquisição de um "kit multimídia": computadores conectados à Internet, todos equipados com software livre, além de demais equipamentos para captação e edição de áudio e vídeo – câmera, filmadora, mesa de som etc. A proposta era de que as comunidades contempladas se sentissem incentivadas tanto a produzir conteúdos digitais quanto a difundi-los pela rede (TURINO: 2009). Segundo estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o IPEA, ao final de 2011, o país contava com cerca de 3.500 Pontos de Cultura com implantação em andamento, envolvendo mais de 8,4 milhões de pessoas em mais de mil municípios espalhados por todo o território (IPEA: 2011).

Portanto, esta primeira política pública para a cultura digital no Brasil, que posteriormente evoluiria para os Pontões de Cultura e para os encontros nacionais e regionais dos Pontos – a TEIA –, conferia centralidade não aos aparatos tecnológicos em si, mas sim ao potencial de transformação associado às possibilidades de produção e difusão cultural na Internet, a partir do reconhecimento e fomento da diversidade cultural brasileira. Assim observou Gilberto Gil, em seminário realizado dois anos após a implantação desta política, e registrado pela pesquisadora Eliane Costa:

> Não podemos privar as comunidades locais, tradicionais ou não, bem como os artistas e produtores culturais, da possibilidade de migração de sua produção simbólica para o interior da rede, para o ciberespaço. Para assegurar que a expressão das ideias e manifestações artísticas possam ganhar formatos digitais e, também, para garantir que grupos e indivíduos possam criar, inovar e recriar peças

> e obras a partir do próprio ciberespaço, são necessárias ações públicas de garantia de acesso universal à rede mundial de computadores. [...] A cultura da diversidade digital é ampliada pelas práticas de compartilhamento de conhecimento, de tecnologias abertas, de expansão de telecentros, de oficinas de metareciclagem, de Pontos de Cultura. (COSTA: 2011, p. 57-58)

Quando da saída de Gilberto Gil do Minc, em meados de 2008, nem o Programa Cultura Viva nem os Pontos de Cultura perderam sua relevância no governo do ex-presidente Lula. Ferreira, que fora secretário-executivo do Ministério até então, manteve o mesmo discurso e a mesma vontade em relação a esta e a outras políticas, como demonstramos ao longo deste trabalho.

A princípio, a nova ministra se mostrou aberta ao diálogo com os Pontos de Cultura e disposta a consolidar o Cultura Viva. Todavia, ainda nos primeiros meses de gestão, Ana de Hollanda anunciou a medida de unificar as secretarias de Cidadania Cultural e Diversidade Cultural, que compunham a estrutura administrativa da gestão anterior. Com isso, nomeou para o cargo a jornalista Marta Porto, que assumiu a nova pasta com a responsabilidade de reformular o principal programa de inclusão cultural desenvolvido no governo Lula. O diálogo fluido entre o ministério e os movimentos sociais foi rompido, e um indicador disso é o fato de a nova ministra receber representantes dos Pontos de Cultura apenas cinco meses após o início de sua gestão. Conforme registrou em entrevista[15] ao jornal *O Globo* após sua saída do Ministério, no qual permaneceu formalmente por cerca de três meses, Marta alegou que assumiu o comando das secretarias "com maior relação com os movimentos culturais", que se encontravam "com um quadro administrativo e de gestão caótico".

15 Cf. "A cultura ainda não se tornou prioridade". Disponível em: <http://oglobo.globo.com/cultura/marta-porto-cultura-ainda-nao-se-tornou-prioridade-4294248>. Acesso em: 4 maio 2012.

Nos primeiros meses da gestão de Ana de Hollanda, consolidou-se uma visão de que seria necessário qualificar o Programa Cultura Viva antes de expandi-lo. Essa afirmação, contudo, gerou reações contrárias por parte dos principais articuladores do programa no âmbito da sociedade civil. "Estamos falando aqui de uma disputa por modelos de pensamento e gestão política", explica Ivana Bentes (2011: on-line) – professora e diretora da Escola de Comunicação (ECO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, além de membro do Pontão de Cultura da ECO –, rebatendo o argumento da qualidade em oposição à quantidade. Bentes defendeu que não existe oposição entre expandir e qualificar o Programa, mesmo porque, enquanto este não se mostra tecnicamente "qualificado", boa parte dos atores que nele poderiam estar envolvidos não são inseridos no processo. Noutra ocasião, a professora aponta para os cortes de orçamento no Minc e o descaso em relação ao Cultura Viva, evidenciando o corte de mais de 70% no Programa e a indignação dos Pontos de Cultura (BENTES, 2012).

De fato, alguns números divulgados pelo próprio ministério respaldam as críticas de Bentes, que ecoam as vozes da maior parte dos ativistas ligados à causa. Por exemplo, o orçamento do Minc, que chegou a R$ 2,2 bilhões ao final de 2010, viu-se reduzido a R$ 1,64 bilhões no ano seguinte – o que, ao contrário do que pontuou o cineasta Cacá Diegues em artigo publicado no jornal *O Globo*,[16] está longe de ser uma cifra recorde. Além disso, o Programa Cultura Viva, que recebera R$ 126 milhões em 2010, obteve não mais que R$ 70 milhões em 2011 (ver tabela abaixo). Tendo em vista que a probabilidade sempre é a de um orçamento maior nos anos eleitorais, caso retiremos da análise os anos de 2006 e 2010 (eleitorais), verificamos, ainda assim, que o ano de 2011 foi o pior, em termos de orçamento, para o Programa.

16 Cf. "A cultura é a alma de um povo". Disponível em: <http://www.substantivoplural.com.br/a-cultura-e-a-alma-de-um-povo>. Acesso em: 4 maio 2012.

Tabela 1
Orçamento do programa Cultura Viva
durante os governos Lula e Dilma

Ano	Verba destinada (R$)*
2004	16 milhões
2005	68 milhões
2006	50 milhões
2007	150 milhões
2008	120 milhões
2009	140 milhões
2010	216 milhões
2011	70 milhões
2012	20 milhões**

* Valores aproximados

** Na realidade, o programa Cultura Viva não consta na proposta de orçamento para investimentos do Ministério da Cultura. Logo, teoricamente, não há recursos previstos para o programa, mas existe uma quantia de R$ 20 milhões destinada ao "fortalecimento de espaços e pontos de cultura e desenvolvimento e estímulo a redes e circuitos culturais".

Outro fator que aponta para um retrocesso em relação ao Programa diz respeito ao cancelamento de editais, suspensão de pagamentos e falta de novos editais. Por exemplo, apesar da aprovação dos projetos e da divulgação dos ganhadores em Diário Oficial, no ano de 2011, os editais Agente Escola Viva (2009) e Agente Cultura Viva (2009), totalizando R$ 7 mil, foram cancelados. No ano seguinte, foi a vez do edital Areté (2010), no valor de R$ 4 mil. Já o edital dos Pontões de Cultura, com valor aproximado de R$ 14 milhões, ainda não teve seu pagamento assegurado. Além do mais, até meados do mês de maio de 2012, não houve, na gestão Ana de Hollanda, nenhum edital federal que contemplasse os Pontos de Cultura.

Uma das explicações comumente levantadas para justificar esse quadro está relacionada aos trâmites burocráticos que envolvem o Cultura Viva, que seriam anacrônicos demais para um programa inovador e, por consequência, não facilmente adaptável a uma legislação tão retrógrada – no caso específico, à Lei 8.666 (lei de licitações e contratos da administração pública). Esse discurso é apontado e combatido por Alexandrisky (2012, on-line):

> A motivação é rejeitar o discurso que criminaliza o Programa, por uma suposta complexidade na sua adequação aos controles burocráticos da Lei 8.666. Rejeitar o discurso que cria problemas insolúveis que comprometam a continuidade e/ou ampliação do Programa. [...] Rejeitar o discurso que elege burocracia como norteadora das políticas públicas […] Vencer os palavrosos que dizem, cinicamente, que o Programa é "o maior legado do Governo Lula, mas, 'infelizmente', esbarra na burocracia antiquada, anacrônica, obsoleta, confusa, retrógrada, caótica…", que emperra o Estado brasileiro, sob o falso pretexto da necessidade de controle do dinheiro público. […] Quando todos sabemos – as manchetes diárias dos jornais nos não nos deixam esquecer – que, ao invés de impedir, a burocracia cria trilhas sombrias para a "fuga científica" dos recursos do Tesouro Nacional, sob o manto sagrado das "complexas planilhas" arquitetadas pelos "especialistas". Ora, por favor, entupam a caixa de mensagens desta publicação com respostas à pergunta que não quer calar: Quem deve mudar: o Programa ou a burocracia?

No entanto, mesmo a gestão de Gil/Juca já reconhecia esses entraves burocráticos, tendo a consciência da necessidade de superá-los. Em seu ensaio, Manevy (2010: p. 114) remete a essa questão, e ressalta o desafio que havia pela frente:

> O programa deixa como desafio a modernização do Estado brasileiro. Essa reflexão não se aplica apenas à gestão cultural: o Estado que herdamos não foi moldado para parcerias de fôlego com a sociedade. Os instrumentos legais disponíveis para transferência de recursos são obsoletos e – em nome do legítimo combate à corrupção – tornam inviável a relação com a maior parte da sociedade por excesso de rigidez. [...] Um dos maiores problemas do Ministério da Cultura, nesses oito anos, foi a prestação de um serviço ágil e eficaz para a sociedade, e o saldo é de ainda muita insuficiência.

Do *Creative Commons* ao favorecimento do ECAD

Conforme descrito no início deste trabalho, a ênfase da nova ministra em favorecer a "classe artística" foi utilizada como argumento para balizar sua postura de antagonismo à visão que propiciou a implementação dos Programa Cultura Viva e dos Pontos de Cultura – para a qual é necessário expandir e democratizar o acesso à produção de cultura (formulando redes de compartilhamento), em vez de separá-lo em guetos. Essa visão se expressa na posição do ministério quanto à reformulação da lei de direito autoral, outro tema sensível que evidencia a ruptura no Minc quanto à política cultural vigente no governo do ex-Presidente Lula, com os ministros Gil/Juca. Ao assumir o ministério, em janeiro de 2003, Gil passaria a se relacionar com a indústria do *copyright* não apenas como o artista consagrado da música popular brasileira, mas também como o principal gestor público da área cultural no país. Poucos dias após ser empossado ministro, em discurso proferido no Marché International du Disque et de l'Edition Musicale (MIDEM) – a grande feira internacional da indústria fonográfica –, Gil já nos revelaria indícios de suas intenções para política dos direitos autorais, dizendo que "não se pode ignorar a importância do mercado, mas é preciso

estabelecer um diálogo dele, mercado, com as outras dimensões que a cultura traduz" (COSTA: 2011, p. 148). O ministro passaria a defender um equilíbrio justo entre a devida proteção ao autor e o acesso público à informação e ao conhecimento.

Àquele momento, já com a popularização da Internet e das mais diversas tecnologias digitais, a indústria fonográfica, assim como toda a indústria cultural, começava a entrar em xeque (DIAS, 2006). Isso porque, antes da digitalização dos conteúdos, tanto artistas quanto o público geral viam-se reféns dessa indústria, também chamada de indústria da intermediação. Os artistas tinham de submeter a ela suas obras, inevitavelmente cedendo seus direitos autorais sobre elas, ao passo que o público só tinha a indústria cultural a quem recorrer para adquirir os produtos culturais. Com o avanço das tecnologias digitais de reprodução e compartilhamento, essa indústria intermediária e seu modelo de negócio deixaram de ser imprescindíveis, o que resultou e tem resultado em vertiginosa queda de seus faturamentos.

É justamente no MIDEM, em 2003, que Gilberto Gil conhece John Perry Barlow, um dos fundadores da Electronic Frontier Foundation, organização que se dedica, entre outras coisas, à defesa da liberdade de expressão na Internet. Na última década, Barlow também se tornou conhecido por defender mudanças nas leis de direito autoral a fim de dar conta dos inevitáveis impasses que surgiram após o advento das redes digitais de comunicação. A partir de então, Gil começa a formar uma grande rede de pessoas, encontros e discussões para tratar do tema, que se tornaria um dos mais caros e sensíveis de sua gestão.

Esta decisão ganhou ainda mais relevância quando se considera que o Brasil possui uma das legislações mais anacrônicas e restritivas quanto aos direitos autorais, conforme observaram Lemos et. all. (2011), Souza (2011), entre outros. A atual legislação, datada de 1998, não considerou as transformações ocasionadas pela internet e pela

popularização dos computadores já em curso àquele momento e respondeu a dois grupos de interesses: associações que atuam apenas em interesse próprio (como associações de editoras e compositores), de um lado, e grupos interessados na liberalização do comércio sob os esforços da recém-estabelecida Organização Mundial do Comércio (OMC), de outro. Para se ter a exata compreensão de quão restritiva é esta lei, seguem-se dois exemplos: 1) no Brasil, obras como livros e peças musicais só entram em domínio público depois de 70 anos passados da morte de seu autor; 2) e, se considerada a lei em caráter literal, é proibido que cidadãos brasileiros transfiram para seus computadores pessoais ou *mp3 players* músicas que tenham adquirido, por exemplo, ao comprar um CD em uma loja física. "A lei brasileira é uma das mais restritivas do mundo . […] Do outro lado, estão uma série de interesses difusos, coletivos, na sociedade, que envolvem a preservação do patrimônio cultural de uma nação, o acesso ao conhecimento, o acesso à comunicação, o direito à cultura" aponta Souza (2011, on-line). O ministro Gil compreende que não seria possível promover e desenvolver amplamente a cultura sem ao menos discutir essa legislação. Por isso, dá início, logo em 2003, a um levantamento de informações sobre a questão do direito autoral em vários países do mundo.

Ainda no mesmo ano, Gil participa do Internet Law Program Brasil (I-Law), reunindo vários especialistas da área. É neste evento em que conhece Lawrence Lessig, o criador do conjunto de licenças Creative Commons (CC).[17] E é durante este evento que o Brasil passa a aderir formalmente ao movimento CC, liderando em nível mundial este debate e evidenciando uma maneira de tornar legais

17 O conjunto de licenças Creative Commons acaba por criar um novo modelo para gerir os direitos autorais, pois permite aos criadores de conteúdo escolherem quais usos de sua obra poderão ser realizados. Desde que citada a fonte e o autor originais, é possível, por exemplo, que os criadores permitam que suas obras sejam livremente circuladas e copiadas, ou até mesmo modificadas, a depender da licença escolhida. Se, por um lado, a o direito autoral protege repressivamente qualquer obra a partir do momento em que ela, o Creative Commons permite ao autor escolher quais proteções recairão sobre sua obra.

práticas como cópia, redistribuição e remixagem, tão corriqueiras na grande rede, e que poderiam acabar por criminalizar toda uma geração de internautas. Assim, um ano depois de levar o Brasil a aderir formalmente ao CC, Gilberto Gil licencia, durante o V Festival Internacional de Software Livre (Fisl), em Porto Alegre, sua música "Oslodum" pelo selo Creative Commons.

Além disso, na tentativa de formalizar o avanço de tantos anos de debates e discussões, o Ministério da Cultura propõe, em 2010, já sob a gestão de Juca Ferreira, uma alteração na legislação autoral no Brasil, sugerindo uma modernização necessária (como a possibilidade de cópia privada, por exemplo), bem como a criação de uma instituição pública (O Instituto Brasileiro de Direito Autoral) para zelar pelos equilíbrios e fiscalizar cada setor interessado no tema – destaca-se, em especial, o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad), uma instituição que, embora criada por lei, não presta contas e é alvo constante de denúncias de irregularidades. O anteprojeto de lei, submetido a consulta pública on-line, em um processo aberto e colaborativo de revisão, recebeu mais de 7,8 mil contribuições, posteriormente analisadas pelo Minc.

De início, em 2011, quando assumiu o ministério, Ana de Hollanda mudou o discurso que vinha sendo adotado na gestão Gil/Juca ao valorizar a "classe artística". Mas, para além disso, foi com alguma surpresa que ativistas e todos os que acompanharam a política cultural no governo Lula receberam a notícia de que, apenas 20 dias depois de assumir, Ana de Hollanda retirava do site do Ministério o selo Creative Commons, que licenciava todo o conteúdo publicado na página. A legenda anteriormente usada ("O conteúdo deste sítio é publicado sob uma Licença Creative Commons)", no ar desde 2004, foi substituída por outra ("Licença de Uso: O conteúdo deste site, produzido pelo Ministério da Cultura, pode ser reproduzido, desde que citada a fonte") que não tem valor jurídico e se choca com a própria legislação de direito autoral vigente no país. Em entrevista

à imprensa, Ana declarou que achou "inadequado" usar o CC por "fazer propaganda de uma entidade privada que oferece um serviço", de modo que "não havia nenhum contrato que autorizasse"[18]. Nesse mesmo período, no entanto, o Ministério manteve marcas de empresas norte-americanas em sua página web, como o YouTube, o que comprova a falta de transparência do argumento oficial.

No quadro mais amplo sobre direito autoral, a ministra teve, até o momento, de responder a inúmeras críticas sobre sua suposta ligação o Ecad – por razões óbvias, o inimigo número 1 da reforma da lei de direito autoral. Em fevereiro de 2011, por exemplo, Ana deu sérios indícios de que abortaria os planos de Gil e Juca para a referida reforma. A ministra afastou da gestão da Diretoria de Direitos Intelectuais (DDI) do Minc, órgão responsável por coordenar a reforma, o servidor Marcos Souza, um dos grandes defensores da continuidade do processo de reformulação da lei. Em seu lugar, foi nomeada a servidora da Advocacia-Geral da União Marcia Regina Barbosa, cuja atuação mostrou vínculos com Hildebrando Pontes Neto, que é ex-presidente do Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA), órgão responsável por regular o setor entre 1973 e 1990, e um dos advogados do Ecad.[19]

Quanto ao anteprojeto de lei pela reforma do direito autoral, apesar do amplo debate que se criou em torno dele e de já ter sido totalmente formatado pela gestão anterior, a nova ministra optou por revisá-lo, tendo encaminhado sua versão final à Casa Civil apenas no fim de outubro de 2011. O novo projeto, que permaneceu em

18 Cf. "MinC explica retirada do 'Creative Commons'". Disponível em: <http://info.abril.com.br/noticias/mercado/minc-explica-retirada-do-creative-commons-28042011-33.shl>. Acesso em: 4 maio 2012.

19 Em função de uma gestão não transparente, pois não presta contas do que recebe e repassa aos autores, o Ecad foi alvo de uma CPI no Senado brasileiro e outra na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. O relatório final da CPI, aprovado em abril de 2012, pede o indiciamento de 15 pessoas, que estão entre integrantes da cúpula da entidade e dirigentes de diversas associações que compõem o Escritório. Entre os indícios de irregularidades apontados pela CPI, estão apropriação indébita de valores, fraude na realização de auditoria, formação de cartel e enriquecimento ilícito. A íntegra do relatório está disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?com=1566&origem=SF>. Acesso em 4 maio 2012.

sigilo por determinação do próprio Minc, guarda mais de 80% de semelhança com aquele formatado pela gestão Juca Ferreira, mas diverge deste em pontos-chave.

Um desses pontos diz respeito à fiscalização sobre sociedades arrecadadoras, como é o caso do Ecad. O novo projeto prevê menor fiscalização sobre essas sociedades, que carecem de transparência e têm sido alvo de investigações por parte do poder público. Outro ponto sensível diz respeito à cobrança de direitos autorais proporcional ao uso das obras. Atualmente sem critérios definidos, por lei, acaba-se pagando pela execução do catálogo inteiro de determinada associação musical, uma vez que o repasse é feito por amostragem. No projeto anterior, já se previa uma cobrança proporcional. Mas, no texto atual, diz-se que a coleta da amostragem só deve ocorrer se for viável "técnica e economicamente", de modo que o responsável por determinar tal viabilidade é o próprio Ecad.

Tais reformulações, contudo, vão na contramão do relatório final[20] aprovado na já referida CPI do Ecad realizada pelo Senado brasileiro. O texto reconhece que a atual lei de direito autoral (9.610/98) "necessita urgentemente de reforma", mas dá recomendações expressas ao Poder Executivo, como as de ampliar a fiscalização sobre órgãos como o Ecad (p. 1046):

> [Redomenda-se ao Executivo] 14. Que seja encaminhada ao Congresso Nacional, com urgência constitucional (CF, art. 64, § 1o), a proposição legislativa que trata da reforma da Lei de Direitos Autorais – LDA, na redação do Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (GIPI), atualmente em tramitação na Casa Civil.
> 15. Que seja criada no Ministério da Justiça a Secretaria Nacional de Direitos Autorais – SNDA e o Conselho Nacional de

20 Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=106951&tp=1>. Acesso em: 4 maio 2012.

> Direitos Autorais – CNDA, **estruturas administrativas com competência para regular, mediar conflitos e fiscalizar as entidades de gestão coletiva de direitos autoriais**. Que, após a criação da Secretaria e do Conselho, o Ministério da Justiça abra um amplo debate com a sociedade sobre a pertinência de criação de uma autarquia própria, autônoma, com competência para dispor sobre a gestão coletiva de direitos autorais.
>
> 16. Que a estrutura administrativa referida no item anterior disponha de **recursos orçamentários, estrutura física e pessoal qualificado para exercer a regulação, mediação e fiscalização** das entidades de gestão coletiva de direitos autorais.
>
> 17. Que seja instituído um portal de transparência que contenha as informações sobre as receitas e despesas das entidades de gestão coletiva de direitos autorais.
>
> 18. Que seja instituída uma ouvidoria própria para receber as reclamações de detentores de direitos autorais e de usuários de obras protegidas (grifos nossos).

Por fim, um último ocorrido nos ajuda a compreender a ruptura representada pela gestão Ana de Hollanda no Minc. Em 26 de abril de 2012, o Ministério divulgou uma nota[21] em que, de forma explícita, comemora o Dia Internacional da Propriedade Intelectual. Na mensagem, assinada pela Ministra, há uma menção especial ao direito autoral, que, segundo Ana, está "inserido […] nas disciplinas que integram a Propriedade Intelectual, exerce a grande função social de viabilizar a coexistência dos diversos segmentos envolvidos na cadeia produtiva cultural, o reconhecimento, a valorização da produção cultural e o protagonismo do autor da obra".

21 Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2012/04/26/dia-internacional-da-propriedade-intelectual/>. Acesso em 4 maio 2012.

Considerações finais

Uma visão recorrente que se cristalizou entre os críticos da gestão atual do Ministério da Cultura foi a de que estamos diante de um governo sem projeto para a cultura. Não é o que se comprova na leitura deste trabalho. O que identificamos é que está em curso no Brasil uma clara mudança de ênfase nas macrodiretrizes para as políticas culturais, que deixaram de buscar atingir toda a sociedade e passaram a favorecer a indústria da intermediação cultural, num retorno ao "clientelismo individual" que historicamente favorece uma parcela protegida de "criadores" ou da "classe artística".[22] Essa decisão de reverter o rumo das políticas culturais sem realizar uma escuta da sociedade é, sem dúvida, um dos principais fatores da insatisfação expressada por inúmeros setores da cultura brasileira e está no centro da disputa em curso, que persiste com a manutenção do atual grupo no poder.

Conforme descreve o pesquisador e atual Secretário de Cultura da Bahia, Albino Rubin, um dos principais formuladores de políticas culturais do Partido dos Trabalhadores (PT), os estudos sobre políticas culturais no país são recentes e pouco panorâmicos. Em um esforço de síntese, porém, ele observa que o país é vítima de "três tristes tradições": ausência, autoritarismo e instabilidade. Se, durante a gestão de Lula, foi possível superar a ausência e o autoritarismo, não se pode dizer o mesmo sobre a instabilidade, dada a escolha feita pela atual gestão por uma ruptura com as linhas gerais do projeto que então estava em curso no país.[23]

22 Nota-se que, mesmo com toda ênfase dada na defesa da "classe artística", foram pouquíssimos os artistas que vieram a público defender a gestão de Ana de Hollanda no Ministério.
23 O projeto consolidado das gestões Gil e Juca foi muito bem resumido por Alfredo Manevy (2010), neste decálogo: (1) a definição ampla de cultura ao lado de sua percepção como um território social estratégico para o futuro do País; (2) a cultura como direito e necessidade básica; (3) fomento à diversidade cultural brasileira; (4) a valorização das culturas tradicionais, indígenas e quilombolas, entre outras diversas tradições, como parte decisiva do futuro do Brasil; (5) desenvolvimento de um política de economia da cultura, sem esquecer as dimensões simbólica e cidadã; (6) Atualização do direito autoral; (7) Modernização da política de fomento à cultura; (8) O protagonismo da sociedade civil como conceito da ação de Estado; (9) Compreensão e afirmação do papel do Estado na Cultura; (10) Defesa do Orçamento Público.

A adoção de uma retórica oposicionista – ainda mais incomum por se tratar de um governo de continuidade – produziu uma crise institucional que enfraqueceu o Ministério da Cultura,[24] o que resulta em algo negativo para todos os envolvidos nessa polêmica – algo que talvez só favoreça a própria indústria do entretenimento, representada pelas grandes gravadoras internacionais e pelos principais estúdios de cinema. Em um ensaio no qual relembra a sua atividade como secretária de cultura do município de São Paulo durante a gestão da ex-prefeita Luiza Erundina, entre 1988 e 1992, a filósofa Marilena Chauí, outro dos principais nomes do Partido dos Trabalhadores na área cultural, cuja posição pública é crítica à gestão de Ana de Hollanda, afirma que uma política cultural deve almejar buscar uma transformação da cultura política da sociedade, ampliando e fortalecendo a democracia: "Do ponto de vista da cultura política, tratava-se de estimular formas de auto-organização da sociedade e sobretudo das camadas populares, criando o sentimento e a prática da cidadania participativa" (CHAUÍ, 1994, p. 71).

Gil e Juca, com o "'do-in' antropológico", cujos dedos massageadores foram os Pontos de Cultura, as redes de cultura digital, os jovens realizadores em todas as áreas artísticas, os índios e quilombolas artistas, entre tantos outros, cumpriram com a missão delineada por Marilena e promoveram uma mudança considerável na cultura política brasileira. Isso sem deixar de contemplar com políticas estruturantes artistas consagrados, que apoiaram a gestão do ministério publicamente. Ana de Hollanda manteve-se no cargo, contando com o aval da presidente Dilma Rousseff, por quase dois anos. Essa permanência reforçou sua ênfase na defesa de uma indústria da cultura – programa que parece posicionar a marcha

24 Cf. "Verba destinada ao Ministério da Cultura pode cair 16% em 2012, na maior redução da última década". Disponível em: <http://oglobo.globo.com/cultura/verba-destinada-ao-ministerio-da-cultura-pode-cair-16-em-2012-na-maior-reducao-da-ultima-decada-4064914>. Acesso em: 4 maio 2012.

para trás, devolvendo o Brasil, que já zanzava pelo século 21, ao estacionamento do século 20.

No final de 2012, um novo capítulo da história das políticas culturais teve início com a escolha da Senadora Marta Suplicy para comandar o Ministério da Cultura e, após a eleição de Fernando Haddad prefeito de São Paulo, a nomeação de Juca Ferreira para ser seu secretário de cultura. Ao que tudo indica, a visão inovadora será retomada.

DEMOCRACIA, INOVAÇÃO E CULTURA DIGITAL[1]

A política vaticina que os cem primeiros dias de um presidente são definitivos. É nessa época que o novo governante marca posição e anuncia à sociedade suas prioridades – que, com o avanço e a complexidade da democracia contemporânea, geralmente são baseadas em um programa já apresentado durante o período eleitoral.

Com Barack Obama foi assim. Defensor da comunicação livre e distribuída durante a disputa que o levou à Casa Branca, uma de suas primeiras iniciativas foi reformular o site da presidência americana, licenciando todos os conteúdos produzidos em Creative Commons, um modelo flexível de gestão de direitos autorais desenvolvido na Universidade de Stanford, que permite ao autor definir a utilização de sua produção circulante na internet.

Obama demonstrava ser um presidente inovador, apontando para um governo aberto e transparente, superando o período sombrio que marcou a administração de George W. Bush.

No mundo das redes horizontais, no entanto, a inovação está em toda a parte. E quem realmente criou algo interessante para os cem primeiros dias do governo Obama foi Jim Gilliam, um ativista multimídia, produtor de documentários guerrilheiros da Brave New Films, como Wal-Mart – O Alto Custo do Preço Baixo, dirigido por Robert Greenwald.

1 Publicado originalmente no Jornal *Le Monde Diplomatique*. Uma versão em espanhol, inglês e catalão desse artigo foi publicada na revista espanhola *Digithum*, em um dossiê sobre cultura digital.

Gilliam imaginou como a internet poderia auxiliar no mapeamento dos principais problemas americanos. Valendo-se da abertura proposta por Obama, criou o website White House 2 (Casa Branca 2), no endereço <www.whitehouse2.org>. No princípio, o site seria justamente para que qualquer americano pudesse elencar os desafios e descrever o que considerava as maiores prioridades para o país. Gilliam esperava constituir uma governança virtual que ofereceria ao presidente Obama um poderoso instrumento de consulta popular.

O site foi ao ar, mas não foi incorporado ao conjunto de estratégias de comunicação do presidente. A proposta continua e, atualmente, é um ambiente em que dez mil norte-americanos debatem as prioridades para o governo atual.

Recupero o exemplo de White House 2, porque ele é a expressão de um modelo de se fazer política propiciado pela rede mundial de computadores. Duas de suas características são extremamente representativas do contexto político atual: 1) White House 2 é um projeto individual e apartidário, que se torna coletivo por meio da interação e da conversação on-line; 2) preocupa-se centralmente em produzir informação aberta e transparente, que subsidie a prática social, não interagindo diretamente com as estruturas de poder da democracia representativa convencional.

II

Aqui, chegamos a um ponto em que uma pausa se faz necessária.

No início dos anos 1990, era certo que a internet superaria os meios eletrônicos de comunicação de massa – ineficazes porque não propiciavam o diálogo – tornando-se o ambiente ideal para a realização da democracia. Autores de diferentes correntes ideológicas passaram a se debruçar sobre o tema da democracia digital. Muita teoria foi produzida. Acreditava-se, por exemplo, que o cidadão teria a possibilidade de votar em qualquer projeto de lei, colocando abaixo o modelo de representação moderno.

A essa coqueluche do início somou-se o fato de que a ciência política também se concentrava com maior intensidade sobre o tema da democracia deliberativa.

Sivaldo Pereira afirma, no artigo Promessas e desafios da deliberação on-line: traçando o panorama de um debate, que além da "proximidade temporal, a democracia deliberativa e democracia digital possuem também algumas preocupações de fundo em comum que podem ser sintetizadas em dois anseios compartilhados por ambas:

1) minimizar a crise de representatividade que afeta o sistema democrático moderno e

2) utilizar processos mediados de comunicação para este fim."

Para as esquerdas, até esse momento, questões como participação social nos processos decisórios e a colaboração entre diferentes atores sociais para a construção de políticas públicas não se constituíam como valores inquestionáveis.

Não à toa, a compreensão da importância desses dois pilares para a estruturação de sistemas democráticos é algo recente e constitui-se como foco de disputa entre diferentes correntes de pensamento progressista, algumas delas ainda reféns de um modelo centralizador de planejamento.

Com a chegada da internet, devido principalmente às possibilidades democratizantes por ela abertas, participação e colaboração começam a se diluir e a ser incorporadas ao vocabulário dominante das organizações e movimentos sociais.

Outra palavra que ganha força nesse mesmo contexto é transparência. Esse conceito parte da ideia de que é obrigação de um sistema político democrático prover ao cidadão o maior número de informações, para que assim as decisões possam ser tomadas. Sem transparência, canais de participação e colaboração podem se resumir a um mero artifício para neutralizar conflitos.

Nesses últimos quinze anos, no entanto, o debate concentrou-se mais em teorias e anseios que em ações práticas, a não ser por

alguns poucos projetos-piloto. Essa tendência, porém, parece estar se revertendo e a inovação começa a ganhar espaço.

Fim da pausa.

III

Conhecer as iniciativas de democracia digital em curso é uma boa forma de entender o que está em jogo e como esse contexto mutante se configura.

Há alguns anos, a convite do Google Brasil, do Instituto Overmundo e da Fundação Getúlio Vargas, participei de uma roda de conversa sobre Cidadania Digital, que gerou uma articulação inédita entre atores que vêm militando nesse campo. No documento final do encontro, produzido pelo Instituto Overmundo e pelo Centro de Tecnologias e Sociedade da Fundação Getúlio Vargas, há um guia bem completo das iniciativas mais importantes em curso atualmente, no Brasil e nos Estados Unidos.

Pinço, para efeito demonstrativo, algumas pelas quais mais me interesso. Prefiro concentrar-me em exemplos brasileiros, como forma de afirmar a nossa inventividade.

O projeto WikiCrimes (<http://wikicrimes.org>) é um fenômeno mundial. Trata-se de um *mashup* (uma plataforma híbrida) de dados e mapa. No caso, sobre crimes, informados colaborativamente, pelos cidadãos usuários ou a partir de bases de dados públicas. Essas informações aparecem em um mapa de forma que as pessoas possam visualizar os locais onde há maior incidência de determinada ação ilícita. Os usos são muitos. Desde subsidiar secretários de segurança pública até orientar a população a evitar determinados comportamentos em regiões que são reconhecidamente perigosas.

A liderança desse trabalho é do professor Vasco Furtado, que coordena o grupo de Engenharia do Conhecimento da Universidade Federal de Fortaleza. Todo o projeto é desenvolvido dentro dessa instituição, por estudantes que participam do grupo de pesquisa.

Sob supervisão de Furtado, lançaram a empresa WikiMaps, que pretende oferecer essa plataforma de integração de informações a quem se interessar por produzir "mapas sociais".

Um outro projeto que vale nota são as Transparência HackDay, reuniões que aproximam gestores públicos, jornalistas e produtores de informação dos desenvolvedores (os hackers). Dessa recombinação de conhecimentos, surgem discussões, mas principalmente aplicativos que têm como objetivo melhorar a democracia e a ação pública (seja uma denúncia, uma reivindicação ou um instrumento de gestão).

O Transparência HackDay é organizado pela empresa Esfera, uma das instituições que integra o coletivo da Casa da Cultura Digital (<www.casadaculturadigital.com.br>). O Transparência HackDay deu origem à uma rede de participação nacional chamada Transparência Hacker (*uma explicação melhor sobre esse fenômeno encontra-se no próximo capítulo, em entrevista com uma das idealizadoras desse projeto, a jornalista e ativista Daniela B. Silva*).

Entre os aplicativos surgidos no projeto, o mais interessante e bem-sucedido até agora é o projeto SACSP (<http://sacsp.mamulti.com>), que integra a um mapa dados sobre o Serviço de Atendimento ao Cidadão de São Paulo.

O SACSP usa dados do site oficial da prefeitura e produz análises instantâneas. Seu sucesso gerou, inicialmente, reações negativas dentro da empresa municipal de processamento de dados. Logo, no entanto, o desenvolvedor responsável pela plataforma foi chamado para uma conversa e deve ser financiado pela própria empresa para continuar oferecendo esse serviço – que, entre outros méritos, permite ao cidadão ver que não está denunciando sozinho.

IV

Uma nova pausa se faz necessária para digressão.

O exemplo de Obama sempre é lembrado quando o assunto é democracia digital. O atual presidente estadunidense inovou?

Sim, sem dúvida. Além do repaginado site da Casa Branca, lançou logo no início de seu primeiro governo outros dois importantes projetos de internet. Entre eles, o Data.gov (<http://www.data.gov>). Nesse site, o governo torna públicos os dados em formatos livres, que permitem aos cidadãos produzir cruzamentos e gerar novas informações de seu interesse.

Estranho, porém, é a intelectualidade brasileira não ter despertado nem compreendido a liderança de nosso país na era digital. Os estrangeiros já enxergam isso. A entrevista de Alexandre Mathias com Clay Shirky, em *O Estado de S. Paulo* é uma prova desse reconhecimento. Shirky, escritor de *Eles vêm aí - o poder de organizar sem organizações*, é um dos autores mais comemorados dos Estados Unidos.

Na conversa com Mathias, ele destaca o papel central do Brasil na incorporação dos valores emergentes da cultura digital. Não fala de técnica, mas de política.

> O Brasil é o primeiro país a se alinhar inteiramente a um modelo de compartilhamento como forma de progresso econômico, cultural e social. E isso aparece em diferentes níveis, desde o mais baixo – como a cultura do funk de favela, que pressupõe o compartilhamento em sua essência – até o mais alto, com o presidente Lula dizendo que prefere soluções *open source* para os problemas do país. Há outros países que estão se desenvolvendo desta forma, mas nenhum outro está tão à frente quanto o Brasil.

O Brasil tem hoje uma das mais vibrantes e bem-sucedidas comunidades de software livre do planeta. Desde o início do governo Lula, ela exerce enorme influência nas políticas, consolidando valores da ideologia hacker no coração de Brasília.

Outro lado dessa mesma moeda é a sociedade brasileira. Os números mostram que o país é pioneiro na adoção de redes de re-

lacionamento on-line, como Orkut, Facebook e Twitter. É por meio dessas plataformas que a cultura digital se desenvolve, o que levou um dos pioneiros militantes da liberdade na rede, John Perry Barlow, criador da Eletronic Frontier Foundation, a dizer que o Brasil é "a sociedade em rede ideal".

Obama chegou em 2008. Em 2005 o site do Ministério da Cultura já licenciava seus conteúdos em Creative Commons e em 2006, todos os conteúdos produzidos pela Radiobrás, a empresa pública de comunicação, passaram a ser distribuídos por meio dessa licença.

No livro *CulturaDigital.BR*, o qual organizei com Sergio Cohn, discutimos esse pioneirismo brasileiro com pensadores de diferentes colorações ideológicas e especialidades. Entre eles, o sociólogo Laymert Garcia dos Santos, autor do livro *Politizar as novas tecnologias*.

> O meu maior problema com o Brasil é que existe uma riqueza enorme e há um déficit de pensamento sobre o potencial dessa cultura nessa nova configuração que a gente vive e, sobretudo, no novo papel que esse país assume nessa redistribuição geopolítica pós-derretimento dos mercados. [...] A chamada inteligência brasileira, com raras exceções, ainda não percebeu a mudança evidente que está ocorrendo, nem as possibilidades que estão se abrindo – e isso eu acho gravíssimo do ponto de vista da política. A diferença com relação ao primeiro mundo vai ser a possibilidade de engatar com a cultura daqui, junto com essa tecnologia, fazendo uma outra coisa, que não aquilo que o centro, digamos, que o mundo euro-americano fez.

Se a intelectualidade brasileira não percebe as mudanças, a classe dirigente parece começar a se deslocar nesse sentido, mesmo que vagarosamente.

Atualmente, três processos em curso mostram-se determinantes para o que viremos a ser:

1) a política pública para universalizar o acesso à banda larga;

2) a revisão da lei de direitos autorais, incorporando direitos dos usuários, principal campo de conflito entre a cultura que emerge das redes interconectadas e a velha indústria da intermediação do século XX;

3) a construção de um marco civil, um marco de direitos, dos usuários de internet, proposto pelo Ministério da Justiça.

Esses três elementos articulados resultam em uma conjuntura que pode levar o Brasil a apresentar respostas às mudanças sociais em curso no planeta em uma velocidade incomparável à de outras nações.

Fim da pausa.

V

Muitos dos projetos de democracia digital, inclusive os citados acima, baseiam-se em um nível de interatividade ainda bastante primitivo. São mecanismos simples de deliberação, em que o cidadão pode escolher entre uma ou outra opção. Ou seja, votar.

Esse é o caso do orçamento público digital de Belo Horizonte (MG). Iniciativa pioneira, o OPDigital da capital mineira permitiu aos cidadãos escolherem uma obra para ser executada pela prefeitura. Foi um plebiscito virtual inédito no mundo.

A proposta do Fórum da Cultura Digital Brasileira, que teve início em junho de 2009, foi de outra natureza. O que buscamos com esse processo foi aprofundar a interatividade e chegar a um instrumento colaborativo de construção de políticas públicas.

O Estado brasileiro, redemocratizado, tem se valido de uma série de mecanismos para garantir que a voz da sociedade se faça diretamente representar no processo de construção das políticas de transformação do país. Dentre tais mecanismos, destacam-se as Conferências Nacionais, realizadas de forma a respeitar o Pacto

Federativo (com etapas municipais, estaduais e federal) e servindo como elemento estruturante de políticas setoriais.

Em sua maioria, as conferências estão atreladas a um conselho que é responsável por garantir a implantação das diretrizes traçadas pela sociedade e pela fiscalização das políticas que venham a ser propostas e desenvolvidas.

Além de conferências, outros mecanismos de participação são as consultas públicas (presenciais e virtuais), as audiências públicas, os seminários e os fóruns.

Os fóruns são espaços de discussão, articulação, cooperação e planejamento coletivo, geralmente de caráter consultivo em relação ao poder público, e têm por objetivo reunir diferentes atores de um ou mais segmentos sociais, podendo ser de caráter permanente ou temporário.

O Fórum da Cultura Digital Brasileira se insere nesse rol de iniciativas de participação social, mas se diferiu de todas elas por utilizar de forma radical a internet em sua metodologia.

Na verdade, o fórum é todo estruturado sobre a plataforma CulturaDigital.BR (<www.culturadigital.br>), um site de rede social que chegou a reunir quase 10 mil membros, que mantinham blogs ativos e espaços de formulação próprios.

Nessa rede, os cidadãos debatem, de forma aberta e horizontal, questões da era digital.

Em novembro de 2009, durante o seminário internacional do Fórum, que tornou presenciais encontros que já vinham ocorrendo no mundo virtual, documentos com diretrizes para políticas de cultura digital foram produzidos e entregues ao Ministro da Cultura.

Em seguida, eles foram devolvidos à plataforma e seguiram em discussão.

Passados alguns anos da experiência, é possível afirmar que a principal característica do Fórum da Cultura Digital Brasileira – e isso estava previsto desde o início – é ele ser um espaço de expansão

e não de síntese. Ele abriu caminho para inúmeras iniciativas serem reconhecidas e se consolidarem. Os impactos da tecnologia digital são gigantescos e pouco compreendidos. Há, portanto, a necessidade de encontrar quem são os interlocutores aptos e dispostos a pensar políticas para essa era de transição, sabendo que não estarão em um movimento que tem começo, meio e fim.

UMA CONVERSA COM DANIELA B. SILVA, SOBRE TRANSPARÊNCIA HACKER

Como você definiria politicamente a rede Transparência Hacker? A pergunta aqui é bem aberta mesmo. Quais as suas referências políticas? Como é que se vê em relação aos demais movimentos políticos contemporâneos?

[**Daniela B. Silva**] A Transparência Hacker é uma comunidade de hackers e ativistas das novas formas de fazer política na rede. Isso passa pela questão da informação pública, dos dados abertos, das tecnologias livres, mas também corresponde a uma causa maior – que tem a ver com reverter a ordem como tratamos de assuntos coletivos, com engajar grupos que antes não participavam da ação e do discurso público (por falta de espaço no debate ou por falta de interesse em formatos muito antigos), com fazer mudança usando os recursos que temos, simplesmente porque é possível.

Eu gosto de pensar que somos ativistas do direito de fazer. É bizarro perceber a quantidade de impossibilidades a que grupos e indivíduos são submetidos quando querem provocar mudanças. Você fala em mudar o mundo, alguém responde que "isso não dá dinheiro", que "a coisa já funciona assim há tantos anos", que "os poderosos vão sempre estar no caminho"… Ou até que "isso não

é pra você", que "trabalhar é sempre chato mesmo" ou então que "afinal, quem você pensa que é?"… Muitas prisões para as ideias e vontades… Por isso os ativistas do direito de fazer – ou do direito de agir publica e coletivamente em prol do que acreditamos ser importante – são necessários.

O fato é que é muito raro mesmo aparecer alguém com a placa do "Não dá!" na Transparência Hacker. Você chega com uma ideia maluca pra transformar o Brasil, e nas respostas pode até sair um "esse caminho é bem difícil", mas junto com ele geralmente vêm 15 outras ideias ainda mais malucas que colaboram para colocar a sua mudança em prática. Os resultados pragmáticos disso já são muitos, mas a transformação política que isso representa é ainda mais importante. Fazer parte desse grupo e compartilhar dessa forma de pensar tem sido absurdamente transformador para muitos de nós. E sendo algo que nos modifica não apenas individualmente, mas enquanto agentes no coletivo, também é algo transformador para a sociedade em que vivemos.

Percebo que a THacker manifesta alguns princípios na sua prática. Não temos carta de ética, nem regras de uso. O que quero dizer é que, de acordo com o que essas mais de 500 pessoas (viramos 505 na lista esse fim de semana!) praticam, dá para perceber quais são os princípios que nos agregam na mesma rede. Para citar alguns deles: colaboração, liberdade, autonomia, ética hacker, abertura pra formas novas de agir e de pensar sobre o mundo, valores políticos emergentes e mutáveis (ou mutantes) e um certo gostinho pela provocação. Todas essas são coisas altamente poderosas na política.

Considerando também, é claro, que na comunidade tem gente que detesta política e só quer mesmo é inventar e codar projetos (o que, se bobear, é a postura mais politizada de todas).

Falando sobre referências e sobre nossas interações com movimentos contemporâneos, acho que vale reparar que nos inspiramos

muito na forma independente e ao mesmo tempo coesa como funcionam as comunidades de software livre, mas não nos identificamos quase em nada com o jeito engessado e restritivo dos movimentos sociais tradicionais.

Muitos de nós militam em diversos outros grupos ligados à liberdade a à abertura – cultura livre, recursos educacionais abertos, software livre, por exemplo, o que faz absoluto sentido, é uma ligação orgânica e natural. Mas sempre vale terminar com uma provocação.

Esse comentário é bem pessoal. Como nossa questão principal tem a ver com mudar a forma de fazer política, para gerar uma abertura que se sustente na vocação e no formato, acontece que, às vezes, mesmo grupos cujo conteúdo é muito amigo das nossas práticas acabam virando espaços onde aplicar as ideias que eu aprendi na Transparência Hacker é algo bem difícil.

Houve um episódio sobre um *disclaimer* pedindo o não encaminhamento de mensagens e documentos de uma lista que militava sobre a reforma da Lei de Direito Autoral, por exemplo. Há também algumas reações indignadas quando fazemos cobranças pesadas, públicas e às claras de ações mais efetivas por parte de governos com quem estamos dialogando… Casos assim sempre me fazem sentir uma "diferença" da Transparência Hacker em relação a muitos movimentos próximos. Será que estratégia tem que ser antônimo de jogo claro, abertura e transparência? Mais do que atingir objetivos políticos, estamos brigando pra revolucionar o processo político, e acho que ainda temos muito o que fazer para conseguir aplicar essa lógica em diversos dos espaços em que atuamos.

Qual a experiência de articulação política em rede mais intensa que você já vivenciou? Aqui eu gostaria de ter um relato pessoal mesmo. Algo que você tenha se envolvido e que tenha sido marcante.

Vou ser exagerada e citar duas.

A primeira foi o Clone do Blog do Planalto.

Quando o Pedro Markun (meu parceiro na Esfera e na Transparência Hacker e também curador do Festival CulturaDigital.Br) me apareceu com o laptop na mão, mostrando um "clone" do Blog do Planalto, quase como uma grande piada interna, eu não fazia ideia de no que a gente estava se metendo. Naqueles dias, estávamos desenhando uma empresa, porque eu queria trabalhar com internet e política – "entendendo política como espaço de empoderamento do cidadão", nós anotamos no *flip chart*. Já tínhamos começado a bolar o primeiro Transparência HackDay, uns quinze dias antes.

Mas foi só depois que o Thiago Carrapatoso (colega da Casa de Cultura Digital e cúmplice do clone) deu a dica de que aquela era uma ação da Esfera – e ainda depois de uma desastrada entrevista para *Folha*, quando o Pedro jogou o telefone na minha mão, com a repórter na linha, me fazendo explicar tudo de sopetão –, que começaram a cair as fichas do quanto aquela ação rápida e sem pensar estava absurdamente ligada com as conversas lunáticas sobre política, empoderamento e participação que eu, o Pedro e outros amigos e amigas tínhamos tido naqueles tempos (desde que começamos a trabalhar juntos na CCD, ou desde que eu comecei a pesquisar transparência e participação política para o mestrado, ou desde que eu tinha desistido de pesquisar eleições porque era muito chato, ou desde que o Pedro se revoltou com o Kassab ter sido eleito prefeito sem que a gente fizesse nada, ou desde que eu larguei empregos seguidos em redações, ou desde sempre). Como dizem por aí, estava quicando.

Respondendo a esta entrevista, acabei de me lembrar de que, naquela noite, depois da tal conversa com a *Folha*, eu mandei um e-mail pro Pedro que falava exatamente disso:

> Foi meio bizarro a repórter da *Folha* forçar pra que eu assumisse alguma "oposição" ao governo, e depois da nossa conversa no bar, acho que entendi melhor o porquê da

> conversa dela me soar tão bizarra. O governo deu TODAS as ferramentas pra que uma coisa dessas surgisse – licença branda, (é quase um formato de publicação de dados públicos, mas pra conteúdo, pensando de um jeito tosco). Errou, estrategicamente, ao não respeitar o uso consagrado do formato post + comments para o blog. Mas enquanto todo mundo (até grande mídia está fazendo coro em cima da falta de comentários, a gente tem que marcar que essa é uma ação possível no uso inteligente do Creative Commons, na dinâmica da rede, que serve pra provocar nas pessoas uma vontade de pensar em comunicação e política de outro jeito. É meio doido o quanto essas pequenas ações hackeadoras estão latentes nas nossas pobres cabecinhas, aparecem meio do nada e depois tem TUDO a ver com TUDO o que a gente estava pensando. Esse com certeza é um super exemplo de hack pra mostrar como vai funcionar o Transparência HackDay, por exemplo.

O que veio depois daí foi uma enxurrada de repercussão na mídia e uma resposta formal da Presidência, dizendo que a "a Internet é terreno livre" ou algo parecido. Tinha gente da esquerda odiando a gente de um lado, e gente da direita odiando mais do outro. Conservadores tarimbados acharam uma graça absurda daquele ato desmedido de liberdade. Libertários ferrenhos pediam nossa cabeça no Trezentos. Uma grande quantidade de pessoas admiráveis achou o máximo (ufa). O Daniel Pádua [ativista da Cultura Digital, que era da equipe do blog oficial do Planalto em 2009], de quem eu era fã, abriu diálogo com a gente – e nos contou que o clone tinha desestabilizado a decisão sobre os comentários fechados, um tema árido que ficou sendo discutido por meses na Presidência antes do blog ir para o ar.

Enfim – ali nós percebemos que dava pra fazer a maior bagunça com essa coisa de Internet e política. Isso ajudou a acelerar a reali-

zação do Transparência Hackday e fazer com que a gente finalmente começasse logo de uma vez a Esfera, apesar das impossibilidades.

Eu não ouvi essa fala, mas me contaram que no Consegi (evento de software livre do Governo Federal), um palestrante mencionou a Transparência Hacker em um painel, e disse que isso tudo é culpa do Lula, do Pádua, da equipe que colocou Creative Commons no Blog do Planalto, das pessoas que fizeram cultura digital no MinC e software livre no Governo Federal por oito anos e permitiram que, na nossa ponta, a gente cortasse a bola que quicou… Acho que ele tem absoluta razão. :)

Quero citar a segunda experiência por conta do valor objetivo que ela tem: adicionar, junto com vários colaboradores da Transparência Hacker, os princípios dos dados governamentais abertos no projeto de lei da Lei Geral de Acesso à Informação Pública brasileira [que foi sancionado pela presidente Dilma em 18 de novembro de 2011].

Quando o dep. Paulo Teixeira pediu que a comunidade adicionasse sugestões a lei, nós enviamos para ele uma lista, e ele respondeu que daquele jeito não adiantava – ele precisava saber exatamente onde e como aqueles pontos deveriam aparecer. Fizemos do único jeito possível – consolidamos as sugestões da comunidade diretamente no projeto de lei e enviamos para a lista aprovar o resultado, encaminhando depois para o Paulo.

Quando abrimos o texto do projeto em um *pirate pad* e literalmente escrevemos pedaços da lei, eu tinha a sensação de estar fazendo a coisa mais dessacralizante (hacker?) do mundo. Não sou advogada, nem jurista, nem assessora legislativa, e de repente estava lá, escrevendo uma das peças legislativas mais importantes de qualquer país democrático que valha esse *status*. Pessoalmente, foi uma experiência bem importante.

Agora, podemos dizer que temos uma das Lei de Acesso à Informação mais avançada do mundo em termos de tecnologia. Ela falará

sobre garantir o acesso a informações e dados públicos em formatos abertos, detalhados, atualizados, legíveis por máquina e acessíveis por computadores externos. O desafio agora é usá-la muito bem.

Abrindo a pergunta anterior: das coisas que leu, que acompanhou, onde é que você observa hoje os movimentos políticos mais interessantes? Como você posicionaria o Brasil em relação a esses movimentos, se é que não ocorrem em território brasileiro?

Os mais interessantes, no meu ponto de vista, definitivamente acontecem em território brasileiro. :) Mas não se tratam de movimentos consolidados – que tendem um bocado à concentração. Os movimentos mais interessantes são emergentes, e resolvem problemas sociais com criatividade e autonomia.

Por exemplo: se dependêssemos de uma política governamental ou de um projeto social para conectar o Brasil inteiro na Internet, estaríamos fritos. Os interesses contrários à ideia de permitir que todos os brasileiros acessassem a Internet, antes disso acontecer espontaneamente, seriam tantos, as impossibilidades que apareceriam seriam tamanhas, que a ideia jamais teria saído do papel.

Ninguém sozinho teria sido criativo suficiente para criar as lan houses. Nenhum governo, movimento social ou ONG teria feito um projeto de empreendedorismo baseado em pouquíssimos recursos próprios, sevirismo, experiência e marketologia local. A emergência dessa ideia garante que a gente continue vislumbrando os potenciais de transformação da rede – e ainda por cima é implementada de forma autônoma, por pessoas que estão na periferia da política e da sociedade, colocando seus pares para dentro dos processos de comunicação. É um processo revolucionário não apenas no conteúdo, mas no formato e na vocação.

Em resposta a essa efervescência social, por oito anos, nós tivemos as melhores políticas governamentais de acesso à rede, à tecnologia e à cultura digital do mundo. Não é à toa que todo mundo

está de olho no Brasil. Agora, precisamos cuidar para não perder o bonde – e todos nós estamos falhando em dar para os retrocessos políticos recentes uma resposta fluida e criativa. Ou seja – temos muito trabalho nos esperando.

Você tem batalhado por transparência. Aqui eu divido a pergunta em duas: como você definiria a transparência? Só transparência basta?

A transparência na política é como a transparência da física – tem a ver com "permitir ver através" de uma determinada estrutura. E não: só transparência não resolve – o que resolve é abertura.

Brigamos por transparência hoje porque hoje o governo está fechado numa caixa de concreto – e assim não dá pra saber como ele funciona, nem dá para colaborar com ele. Perdemos a capacidade de colaborar justamente com esse gigante detentor de caminhos para o interesse público.

Ver o que acontece lá dentro já seria um avanço. Mas, numa metáfora de fundo de quintal, não adianta de nada tirar os governos da caixa e colocar uma redoma de vidro em volta. A gente precisa que a redoma tenha uma porta. E se ela não tiver porta aberta, nós temos que quebrar uma janela.

Ainda, na última instância, a gente tem que vislumbrar um mundo em que essa redoma não precisa e não deve existir. Um contexto político em que o trânsito entre governo e sociedade, para resolver problemas coletivos, seja mais fácil e mais orgânico – baseado numa membrana de informação relevante, aberta e acessível por qualquer das duas pontas.

A política ainda é o caminho para transformar a sociedade? O que realmente muda a vida das pessoas?

Sim, a política é o caminho para transformar a sociedade. Mas para isso não adianta entender política como uma atividade marcada

pela representação, pela terceirização, pelo poder de poucos em relação a muitos – tudo isso que está totalmente em cheque por causa da rede. A política representativa é um produto da era industrial, que pelo menos no que diz respeito a elementos imateriais (informação pública e decisões políticas, inclusive), está se transformando profundamente. Para ser transformadora, o conceito e a prática da política tem que extrapolar esse modelo.

É preciso resgatar o entendimento de que a política é uma atividade de tomada de poder, necessária em todo processo de realização que não apenas tem a ver com vontades individuais, mas com interesses coletivos.

Eu sempre penso na pessoa que está mais preocupada com a novela das oito do que com o horário eleitoral. Sinceramente, dá para inverter sem pestanejar o valor simbólico dessas duas coisas – o horário eleitoral parece mais uma novela, com um desfile de personagens que podem ser substituídos uns pelos outros, já que o final é sempre parecido; enquanto a novela é o que faz com que algumas pessoas se sintam parte de algo maior, presentes num espaço diferente da sua casa, um lugar onde as coisas quase mudam.

O problema desse jogo é que nem a novela e nem o horário eleitoral mudam a vida de ninguém efetivamente. Precisamos acordar para uma outra fórmula. As pessoas mudam a vida delas quando negociam espaço nas suas relações, quando garantem condições melhores de vida para elas e para suas famílias, quando resolvem problemas do seu bairro e da sua comunidade – mas como isso não passa na TV, então ele nunca foi considerado legítimo, nunca é chamado de política – e aqui o nome é muito importante.

Na rede, o discurso também pertence às pessoas. Quando elas fazem a sua própria reprodução novela, seu próprio perfil no Orkut, seu próprio videoclipe tosco, seu próprio protesto ou mobilização, elas estão, em graus diferentes, revertendo a ordem da novela e do horário eleitoral – e estão agindo politicamente, porque estão

galgando espaço, ganhando poder. Daí para começar a mudar a forma como se vive em casa e na sociedade, é um caminho bem mais curto. Hoje é possível legitimar suas ações autônomas e transformadoras como um jeito novo de fazer política – e é só por isso que ainda vale a pena.

A ALIANÇA NECESSÁRIA: NOVOS E VELHOS MOVIMENTOS SOCIAIS[1]

A relação entre os movimentos sociais e as novas tecnologias de informação e comunicação pode ser analisada por múltiplos ângulos. Pode-se abordar a resistência de parte dos movimentos tradicionais em se relacionar com essas ferramentas. Pode-se também enfocar os movimentos emergentes que, baseados no potencial técnico, organizam novas formas de ação. Pode-se, porém, como é o fito desta nota, abordar a necessária aproximação entre esses mundos, na perspectiva de vislumbrar a conformação de uma ampla aliança em favor da transformação social.

No Festival #CulturaDigitalBr, encontro dos ativistas interconectados, que ocorreu em dezembro de 2011, essa junção de forças foi tônica. O mesmo pode ser dito do Fórum Social Mundial – que este ano ocorreu em Porto Alegre em sua versão temática e descentralizada –, onde em vários debates discutiu-se qual papel a Internet e as tecnologias podem desempenhar na organização da luta social contemporânea – essa discussão ocorreu em especial no evento Conexões Globais.

Sem dúvida, os acontecimentos de 2011, da Primavera Árabe ao Occupy Wall Street, passando pelos levantes que na Europa não cessam, ampliaram o interesse de todas as partes em avaliar a força e os limites dessa nova onda global de protestos potencializados pela

1 Uma versão inicial desse texto foi publicada em edição da revista *Fórum* dedicada a discutir as manifestações e protestos que ocorreram em todo o mundo no ano de 2011.

cibernética. Este artigo é construído a partir de um diálogo meu com João Paulo Rodrigues, membro da direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Rodrigues me revelou que o MST tem feito sistematicamente análises dessa conjuntura em transe. O principal movimento social brasileiro compreende que 2011 não representa um novo ciclo de ascensão da luta de classes, mas sim uma confluência de mobilizações. Para essa agremiação, essas manifestações precisam ser analisadas em suas diferenças, pois, apesar de combinadas, são desiguais. Ouvir o MST, um movimento surgido nos anos 1970, com forte influência das comunidades eclesiais de base, sobre os reflexos da cultura digital já é parte desse esforço de construção de uma agenda comum contemporânea.

No correr do texto, as intervenções organizadas do pensamento de Rodrigues estão citadas em destaque, evidenciando assim o que pensa esse líder político que nasceu em um assentamento.

> As mobilizações do mundo árabe não têm nada ver com as mobilizações da juventude do Chile. São coisas diferentes, que usam dos mesmos instrumentos. No Chile, por exemplo, há um espaço concreto que levou milhões de jovens pra rua que é a falta de um projeto político de educação gratuito e público. A juventude árabe foi às ruas contra a ditadura e a repressão de estados dominados de 30 a 40 anos. As mobilizações dos países desenvolvidos são diferentes. São ações contra o sistema capitalista. Há os jovens pobres da classe trabalhadora, que estão desempregados, e há uma pequena burguesia jovem que é muito bem-resolvida, mas é contra esse modelo.

O MST avalia que o sentido principal das ocupações (Occupy) de praças é a formação política de quem participa. Não se trata de algo que altere "a vida real".

> Podemos ter ocupações em todas as praças do mundo, se não mexer no aspecto central do capital que é a propriedade privada, não vai confrontar as estruturas de poder. O MST quando está acampado na beira da pista, não altera estruturas. Agora, seria bom que a juventude ocupasse todas as praças, principalmente para a propaganda das ideias e a formação política de quem participa. Ainda assim, a ocupação da propriedade privada e a greve ainda são os principais instrumentos de luta da classe trabalhadora.

O que a visão de Rodrigues comprova é que as análises sobre as características das mobilizações do ano passado podem ser distintas, mas ao menos em dois aspectos sua leitura ecoa a de outros analistas: os levantes foram ações de extremo impacto no sistema mundial – a revista semanal *Time* elegeu os manifestantes os "homens do ano" – e trouxeram a relação entre política e tecnologia para o centro do picadeiro – com especial atenção para o desempenho dos sites de redes sociais.

Para avançarmos na compreensão dessa questão, façamos uma pausa teórica.

I

O artigo "Novas dimensões da política: protocolos e códigos na esfera pública interconectada"[2], de Sérgio Amadeu da Silveira, é fundamental para compreendermos o contexto político em que estamos inseridos e as diferentes formas possíveis de relação entre a internet e os movimentos sociais. Nesse trabalho, o sociólogo, pesquisador da Universidade Federal do ABC, distingue as lutas "na rede" (1) das lutas "da rede" (2). A primeira forma (1) de disputa política utiliza a rede como arena: espaço de batalha. São as lutas que

2 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782009000300008&script=sci_arttext>.

já ocorriam (como pela reforma agrária ou o feminismo) transpostas para esse novo (des)território. As lutas da rede (2), por sua vez, são aquelas que estabelecem batalhas em defesa do arranjo inovador da Internet, cujos protocolos de comando e controle, criados pelos hackers, têm na navegação anônima e na liberdade sua essência. Um bom exemplo desse campo seriam os Anonymous ou mesmo movimentos como o brasileiro MegaNão.

A essas duas formas de luta, poderíamos, talvez, somar uma terceira (3), que são os movimentos à "imagem e semelhança da rede". Estes, seriam, conforme descreve Naomi Klein em seu já clássico livro *Sem logo – a tirania das marcas em um planeta vendido*, organizações que atuam nas ruas moldadas "à imagem e semelhança da Internet". Ou seja, não só fazem da rede instrumento de suas causas, mas são transformadas estruturalmente pela possibilidade de diálogo constante e formas distribuídas de deliberação. Em diferença aos movimentos "da rede", são grupos que não somente têm na luta pela Internet livre sua finalidade, embora essa seja uma temática cada vez mais transversal e unitária.

As organizações espanholas em torno do *Democracia Real Ya* seriam um bom exemplo dessa terceira categoria, pois são um coletivo de coletivos e indivíduos, articulados em rede e de forma descentralizada, cujo objeto de ação é a denúncia radical da democracia liberal que vigora na Espanha. O *Democracia Real Ya* também tem se destacado pelo desenvolvimento de inúmeras ferramentas desenvolvidas em software livre para a mobilização social e a disputa de ideias na esfera pública. Uma dessas é a Lorea (<http://www.lorea.org>), que se constitui como uma rede federada e descentralizada para organização das entidades que participam das lutas iniciadas com o 15M (os protestos que tomaram as praças espanholas a partir de 15 de maio de 2011). As características e funcionalidades da Lorea vêm sendo debatidas em assembleias virtuais em um canal do IRC (Internet Relay Chat) – uma sala de bate-papo aberta e livre, que não

registra os "rastros" dos usuários – especialmente criada para essa finalidade. Ou seja, a tecnologia é criada e aperfeiçoada de forma democrática.

II

O MST, talvez o principal símbolo do que Silveira chama de movimentos "na rede", não se ilude com o potencial tecnológico, nem tampouco o descarta. Em conversa telefônica, Rodrigues revela que jamais falou em público sobre o assunto, o que se contrapõe ao fato de que internamente o movimento tem feito análises constantes sobre esses deslocamentos em curso. Para ele, as novas tecnologias e a Internet servem fundamentalmente a dois propósitos: (1) comunicação com a sociedade e (2) mobilização social, principalmente da juventude.

Sobre o primeiro aspecto, Rodrigues avalia que nenhum movimento social avança sem apoio amplo da sociedade. Normalmente, organizações que enfrentam o capitalismo recebem tratamento pejorativo por parte dos meios de comunicação de massa. No caso do MST, um estudo realizado pelo Coletivo Intervozes, intitulado *Vozes Silenciadas*, dedica-se justamente a demonstrar esse desequilíbrio editorial no tratamento à organização camponesa pelos jornais *O Globo*, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, pelas revistas *Veja*, *Época* e *Isto É*, e pelas emissoras Rede Globo e Record. Para ele, a forma de romper com esse cinturão informacional, é investir nas redes sociais e na comunicação direta com os cidadãos, sem descartar também outras formas de comunicação alternativa como as rádios comunitárias, jornais e revistas da mídia livre, entre outros agentes contra-hegemônicos.

Em relação ao trabalho de mobilização, Rodrigues avalia que são as redes sociais e as aplicações de Internet cumprem um papel muito importante. São "ferramentas" que contribuem, mas, por si só, não garantem a organização.

> Você não consegue ter um núcleo de base no Facebook ou um acampamento no Twitter. Nós não acreditamos na tese que o processo de organização social e luta política se dá por auto-proclamação. Atrás do instrumento tem de ter um organismo político. Tem que ter núcleo, organização, direção. Tem de ter um coletivo que convoque o movimento. As redes sociais não vão resolver o problema das classes trabalhadoras. Mas são uma aliada importante na consolidação de nossas lutas.

Silveira relembra, citando Alberto J. Azevedo, líder do Projeto Security Experts Team, que hashtags não derrubam governos. Mobilizações pela rede têm o efeito na opinião pública e muitas delas visam chamar a atenção das pessoas para uma reivindicação ou problema. É uma posição semelhante a de Rodrigues, para quem não se pode criar o senso comum de que a Internet, por si só, organiza as classes trabalhadoras.

> Ela é um instrumento das diferentes classes. Ela pode ser usada pela direita, pela esquerda, pela CIA, pelos Estados Unidos. As mudanças virão de organismos vivos, de operários, camponeses, a juventude pobre, as mulheres marginalizadas. No entanto, se a esquerda não usar, a direita vai tomar conta desse instrumento.

III

Levemos em consideração a análise do MST. Ela nos basta por hora.

Seguindo a divisão de que a Internet é fundamental para a (1) comunicação com a sociedade e (2) a mobilização e articulação da juventude, há uma série de tecnologias que vêm crescendo e ganhando projeção.

Para se comunicar com a sociedade, as organizações sociais precisam utilizar ferramentas corporativas como Facebook, Twitter, YouTube ou Orkut, pois elas são as grandes concentradoras de atenção. No entanto, criadas para produzir valor econômico a partir dos dados gerados pelos usuários, esses sites produzem um paradoxo: por um lado, consistem em um elemento fundamental para a explosão do uso da Web – proporcionando inclusive impactos políticos inestimáveis, como na massificação das ideias dos protestos na Tunísia e no Egito; por outro, aprofundam o movimento de cercamento às reais liberdades que marcaram a Internet desde a sua criação, justamente por se basearem em um modelo de negócios que viola a privacidade e funciona como uma draga dos dados pessoais dos usuários.

Não à toa, iniciativas como a supracitada Lorea, o Diáspora (<http://joindiaspora.com>), um sistema de redes sociais baseado na ideia de que os dados devem pertencer aos usuários, ou a recém-anunciada proposta do Global Square, o site de rede social do movimento Occupy Wall Street, buscam oferecer alternativas para os usuários compartilharem seus textos, áudios e vídeos. A questão é: como fazer essas propostas abertas e livres atraentes para o grande público, que já está habituado e inserido nas grandes redes sociais disponíveis na Internet?

No caso das mobilizações, há um fenômeno que conseguiu atingir grandes públicos, com uma proposta simples e ousada, e que preserva a abertura. Trata-se da Avaaz, cujo objetivo, como descrito em seu site (<http://www.avaaz.org>), é levar a voz da sociedade civil para a política formal. Criada em 2007, a Avaaz é um plataforma voltada para construir campanhas públicas em prol de causas sociais. Por trás dessa inciativa está outro projeto bastante relevante no mundo da política em rede, que é a Move.On, uma organização estadunidense que trabalha pelo fortalecimento e radicalização da democracia por meio da difusão de tecnologias de informação e comunicação.

Atualmente, a Avaaz possui cerca de 13 milhões de usuários de mais de 190 países registradas em sua base de dados. Sua equipe, que possui um representante no Brasil, é formada por mais de 50 integrantes que atuam em rede, de vários países do planeta. As campanhas de mobilização da Avaaz são construídas por esses coordenadores, em interface com militantes e ativistas "na rede" e "da rede". No Brasil, a Avaaz teve papel central no fortalecimento e ampliação da campanha contra a construção da Usina de Belo Monte e na luta pela aprovação da Lei da Ficha Limpa, para citar apenas dois casos bastante conhecidos.

Em destaque, recentemente, podemos falar do envolvimento da organização nas ações pela democratização da comunicação, em especial em defesa da Banda Larga de qualidade, quando foi feita uma campanha contra a companhia telefônica Oi, que, nos bastidores, tentava anular uma resolução da agência reguladora de telecomunicações, a Anatel, sobre a qualidade das conexões à rede mundial de computadores. Recupero o exemplo da Avaaz com uma única finalidade: demonstrar que ferramentas criadas pelos ativistas para mobilização de causas públicas podem atingir um amplo público e ser um efetivo instrumento de transformação social.

IV

Mas como construir a aliança necessária entre as forças políticas contemporâneas? O que está em debate? Centralização contra descentralização? Formas de ação espontâneas ou organizadas? Ações emergentes, construídas de baixo para cima, ou ações de impacto, construídas clandestinamente e compartilhadas de cima abaixo? Essas são questões táticas que tradicionalmente opõe as esquerdas. Com a emergência dos movimentos interconectados, ganharam novo impulso. Não são, porém, questões novas.

Rodrigues relembra que debates como esse acompanharam a fundação do MST e opuseram, ao menos taticamente, o movimento

em relação aos partidos tradicionais de esquerda, de origem comunista. "O MST tem feito um exercício permanente de ao invés de fortalecer o centralismo, fortalecer o democrático", diz Rodrigues, estabelecendo uma crítica organizacional ao chamado centralismo-democrático, forma de ação política de origem leninista que exige dos militantes defender as posições do coletivo, mesmo quando não concordam com elas. "A Internet ajuda justamente para fortalecer esse processo de abertura", avalia Rodrigues. "Não queremos uma estrutura centralizada, onde uns mandam e os outros obedecem".

Ouvindo Rodrigues fica claro que não serão as tecnologias a aproximar novos e velhos movimentos, mas sentimentos comuns, como a vontade de mudar as estruturas sociais, presente como força-motriz da ação de camponeses, negros, mulheres, gays, lésbicas, jovens, crianças, hackers etc. Aos artefatos, caberá a função de permitirem que essa diversidade se visualize no mesmo campo de batalha, atuando como forças grávidas de um outro mundo possível. Se isso ocorrer, talvez tenhamos chance de vencer a infâmia. E se essas tecnologias ainda não existem, é nosso papel criá-las. Todos juntos: velhos e novos, dotados ou não de expertise técnica. Pois assim se organiza a inteligência coletiva.

O DUPLO-PERFIL DO FACEBOOK[1]

A internet mudou o mundo. Segue transformando-o. E a mais recente transformação é consequência da invenção do Facebook por Mark Zuckerberg. Seis anos atrás, aos 19 anos, ele lançou o mais bem sucedido e abrangente site de rede social. Porque, como a grande maioria dos garotos de sua geração, acreditou que uma ideia na cabeça e alguns códigos à mão o fariam bilionário. Acertou. Isso o torna a expressão perfeita do fluido capitalismo contemporâneo, que vive de nos vender – o que somos e fazemos – produzindo uma inestimável sensação de liberdade.

No ano que se encerrou, conforme registra o livro The Connector, lançado recentemente nos Estados Unidos, a invenção de Zuckerberg atingiu a marca de 550 milhões de usuários.

> Uma em cada dúzia de seres humanos existentes no planeta usa a ferramenta. Elas falam 75 línguas e coletivamente gastam mais de 700 bilhões de minutos no Facebook todos os meses. No último mês de 2010 o site angariou uma de cada quatro páginas de Internet visitadas nos Estados Unidos. Essa comunidade tem crescido ao ritmo de cerca de 700 mil pessoas por dia.

1 Texto originalmente publicado na revista *Retratos do Brasil*, editada por Raimundo Pereira, a partir do diálogo com os pesquisadores.

Por essa e outras razões – algumas delas vamos tentar descrever neste texto –, o Facebook passou a concentrar a atenção dos homens e mulheres que dedicam suas vidas a pesquisar e avaliar os fenômenos políticos, econômicos, sociais e culturais que são reflexo da emergência da rede mundial de computadores.

É bom alertar, estamos diante de um paradoxo que não compreenderemos por meio de leituras dicotômicas. Para aquilo que é líquido, busque-se o recipiente correto, senão a análise escorre pelas frestas. Esse paradoxo consiste em: por um lado, a rede social de Zuckerberg é, sem sombra de dúvida, um elemento fundamental para a explosão do uso da web – inclusive proporcionando impactos políticos inestimáveis, como na Tunísia e no Egito; por outro, integra e aprofunda o movimento de cercamento às reais liberdades que marcaram a Internet desde a sua criação.

Esse cerco à internet livre é produzido por uma aliança entre governos conservadores, indústria da propriedade cultural, empresas de telefonia e algumas das emergentes corporações do mundo das redes, com diferentes níveis de envolvimento de cada um desses atores.

O papel do Facebook nessa epopeia é o do monopólio, que busca transformar uma parte (um site) em todo (a rede). A ambição de Zuckerberg é que todo cidadão conectado à Internet – atualmente cerca de 2 bilhões de seres humanos –, tenha um perfil no Facebook e possa se relacionar lateralmente por meio da ferramenta. Diz fazer isso porque quer ver o mundo mais "aberto e conectado". Não é verdade.

Para entendermos porque essa declaração é falsa, primeiramente precisamos compreender a qual campo fazemos referência quando falamos do Facebook.

Segundo danah boyd, estudiosa do tema e consultora de grandes empresas do mundo, um site de rede social tem três características: 1) permitir ao usuário construir um perfil; 2) articular uma lista de amigos e conhecidos; e 3) visualizar e cruzar sua lista de amigos com os seus associados e com outras pessoas dentro do sistema.

O primeiro site com essas características foi lançado em 1997, portanto apenas um ano depois de a Internet se tornar comercial no Brasil. A explosão desse modelo, no entanto, ocorreria a partir de 2002, com a criação do Friendster e, logo depois, do MySpace.

No Brasil, diferentemente de outros países, a experiência foi singular. O que o mundo vem experimentando nos últimos dois anos com o crescimento do Facebook (todos os seus "amigos" trocando mensagens, fotos, vídeos, entre outras informações, em um mesmo ambiente controlado), os brasileiros experimentaram a partir de 2004 com a invasão do Orkut, o site de relacionamento criado pelo Google que segue líder de audiência por aqui.

Até pouco tempo – e não seria impreciso demarcar que o Facebook também é responsável por isso – as redes sociais foram observadas apenas como fenômeno adolescente, sem grande importância ou impacto no ecossistema midiático. Nos últimos anos, no entanto, isso mudou, principalmente porque essas redes passaram a redefinir a forma como as pessoas consomem e circulam informações. Conforme escreve Grossman, um dos principais objetivos de Zuckerberg é mudar a "forma como a mídia é organizada, para reconstruí-la a partir da oligarquia benevolente de sua lista de amigos como princípio dessa reorganização". Quando isso ficou evidente, o tema redes sociais ganhou outro tratamento por parte dos detentores de poder.

I

"As pessoas fazem as redes sociais para além delas mesmas", explica André Lemos, professor da Universidade Federal da Bahia e autor, com Pierre Lévy, de *O futuro da Internet*, lançado no ano de 2010. "A rede não é o canal por onde passam coisas, como pensamos comumente, mas algo fluido, movente: ela é a relação que se estabelece, a cada momento, entre os diversos atores. Ela é o que agrega. Ela faz o social".

Como outras – mas melhor que qualquer uma – a ferramenta de Zuckerberg se propõe justamente facilitar a aproximação entre pessoas, o que só é possível porque as massas, de fato, aderiram à plataforma.

"O sucesso do Facebook demonstra que as pessoas querem se relacionar", opina Sérgio Amadeu da Silveira, professor da Universidade Federal do ABC (UFABC) e eleito em janeiro para uma das representações da sociedade civil no Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI-Br).

> Ao contrário do que foi sentenciado pelos tecnofóbicos, a rede permite aproximar as pessoas e intensifica os relacionamentos. O Facebook e outras redes sociais são articuladores coletivos, por isso, canalizam os processos de convocação, mobilização e solidariedade.

Para Giselle Beiguelman, artista multimídia e professora da Universidade de São Paulo,

> é importante perceber, no entanto, que ao mesmo tempo em que redes sociais como o Facebook abrem possibilidades inéditas de fomento do consumo e controle, tornam-se também dispositivos de uso crítico e criativo das mídias existentes. Por isso, apontam para diferentes concepções e tendências políticas da ecologia midiática atual.

Essa ambivalência estrutura o paradoxo ao qual nos referimos anteriormente. Ao obcecadamente buscar fazer melhor aquilo que a Web se propõe a fazer, mimetizando-a em um ambiente controlado, Zuckerberg constrói talvez a mais definitiva ameaça às liberdades que constituíram a estrutura inovadora da rede mundial de computadores.

Não à toa, Tim Berners Lee, o inventor da Web, deixou de lado sua postura pouco beligerante, para se posicionar claramente contra esse movimento do Facebook em um artigo publicado no ano passado na Scientific American.

Em "Vida longa a Web: um chamado pela continuidade dos padrões abertos e da neutralidade de rede", Berners Lee faz duas críticas ao invento de Zuckerberg: a) ao não permitir que informações produzidas e publicadas em sites de rede social circulem livremente (você só as acessa se estiver vinculado ao banco de dados da empresa) esses projetos trabalham pela destruição da universalidade da Web, que é uma de suas características mais fundamentais; b) seu crescimento exagerado conforma um monopólio que acabará por limitar a inovação.

Para entender a crítica descrita no ponto "a", é preciso desfazer uma confusão comum entre dois termos que são comumente utilizados como sinônimos, mas não são: Internet e Web. Internet é uma rede de redes, evolução das pesquisas militares da segunda metade do século 20 que desembocaram no desenvolvimento de protocolos de interoperabilidade que permitiram a conexão entre diferentes redes físicas (como o Internet Protocol IP, criado por Vint Cerf).

A *world wide web* (WWW) foi criada no início dos anos 1990 e pode ser explicada como uma camada visual da rede que para ser acessada necessita de um software de navegação (um navegador, como o Firefox, o Chrome ou o Internet Explorer). Todos os protocolos criados são de livre uso e constituiu-se então um Consórcio, chamado W3C, que se dedica a manter a abertura e a flexibilidade dessas aplicações, melhorando-as.

Para sustentar sua crítica de que o Facebook promove a fragmentação da Web, Berners-Lee escreve: "o isolamento ocorre porque cada pedaço de informação não tem um endereço. (…) Conexões entre os dados só existem dentro de um site. Assim, quanto mais você entra, mais você se tranca em seu site de redes sociais tornando-o

uma plataforma central, um silo fechado de conteúdo, e que não lhe dá total controle sobre suas informações. Quanto mais esse tipo de arquitetura ganha uso generalizado, mais a Web torna-se fragmentada, e menos temos um único espaço de informação universal".

II

"O Facebook atua estranhamente como um concentrador de atenções e uma 'draga' de conteúdos. Nele tudo pode entrar, mas nada pode sair", reforça Sérgio Amadeu.

> O Facebook apaga postagens e elimina perfis sem nenhuma obrigação de avisar os usuários. Atuou contra o Wikileaks atendendo os interesses do governo norte-americano. A democracia inexiste no convívio com os gestores do Facebook. Se o Facebook fosse um país seria uma ditadura e Mark Zuckerberg um déspota de novo tipo.

Em entrevista publicada no livro *The Connector*, Zuckerberg admite o objetivo de constituir um gigantesco banco de dados sob seu controle. "Estamos tentando mapear o que existe no mundo", diz ele. De acordo com Grossman, "ser membro do Facebook é o equivalente a ter um passaporte. Ou seja, ele é uma ferramenta para verificação de sua identidade, não apenas no Facebook, mas onde quer que se esteja on-line".

"Ferramentas como o Facebook estão no centro do chamado capitalismo cognitivo que precisam para existir mobilizar todas as forças afetivas, criativas, comunicacionais. Mobilizar a 'vida' como um todo", escreve Ivana Bentes, coordenadora do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

> Esses dispositivos servem simultâneamente a criação e ao controle, que é a forma de operar do pós-capitalismo, é a

> lógica do Google e do Facebook. Modular a "autonomia" e a "liberdade" indispensáveis na produção atual imaterial (design, moda, estilos de vida, conhecimento, tudo que é inovação).

Tim Wu, ativista pela liberdade da rede, professor de direito da Universidade de Columbia, autor do livro *The master switch – the rise and fall of information empires*, ajuda-nos a explicar o que vem ocorrendo com a Web com base naquilo que ele chama de o ciclo padrão de desenvolvimento midiático. Ele apresentou essa sua interpretação no Seminário sobre Cidadania Digital organizado por Amadeu da Silveira, em 2009. Para ele, ao surgir, uma mídia se caracteriza por: abertura, amadorismo e competição. Depois, tende à formação de monopólios proprietários fechados. Isso estaria agora ocorrendo com a Internet, a qual estaria deixando para trás o tempo da inovação em direção ao domínio de grandes monopólios (entre os quais o Facebook).

A arquitetura de padrões abertos e distribuídos da Internet permitiu que a inovação brotasse no quintal de casa. No Vale do Silício garagens viraram museus, onde estão registrados os primórdios dos objetos e interfaces que hoje todos utilizamos. A principal contradição no caso do Facebook é a de ter se beneficiado desse ambiente inovador para agora traí-los, em um movimento que ninguém é capaz de definir onde desembocará, uma vez que sobram dúvidas sobre qual será o destino que Zuckerberg dará para todo esse arsenal de informação que ele passou a comandar.

Giselle, para quem todas essas críticas são essenciais, soma mais alguns elementos a esse paradoxo que estamos descrevendo:

> a vulnerabilidade das informações pessoais no Facebook é constantemente apontada como um dos seus problemas. Contudo, é bom lembrar, que num mundo mediado por

> bancos de dados de toda sorte – de programas de busca a redes sociais, passando pelas "Amazons" da vida e as catracas da empresa e da escola –, somos uma espécie de plataforma que disponibiliza informações e hábitos conforme construímos nossas identidades públicas nos diversos serviços relacionados ao nosso consumo, lazer e trabalho.

III

Em meio a críticas e desconfianças, o Facebook segue avançando. Uma das razões para isso, segundo Grossman, é que o "Facebook faz mais o ciberespaço como o mundo real: maçante, mas civilizado. Considerando que as pessoas levavam uma vida dupla, o real e o virtual, agora eles levam como uma só novamente".

Outra razão que ajuda a explicar o sucesso da ferramenta é a crescente utilização da plataforma para fins políticos, como no caso dos protestos contra o ditador egípicio Hosni Mubarak. No período em que as manifestações tiveram início (e antes de o governo "desligar" a Internet como forma de reprimir as movimentações) o Facebook chegou a concentrar 40% de todo o tráfego de dados daquele país.

Isso demonstra que os bancos de dados que nos espreitam também são instrumentos que servem à desobediência. "Facebook e Google oferecem ferramentas de expressão, de ativismo, de criação (os dispositivos como potência são incríveis!) e ao mesmo tempo 'capturam' essa potência, monetizam", descreve Ivana. "A batalha do pós-capitalismo, a matéria do Facebook são os fluxos da própria vida. Nós somos o produto, mas nós somos os sujeitos da colaboração, das trocas, da cooperação social. O desespero do capital hoje é ser tão nômade e fluido quanto a vida, daí as ferramentas de colaboração serem hoje as mesmas do comando e do controle".

O caso do Egito é emblemático não só do uso da Internet para movimentações políticas, mas em especial do uso feito do Facebook. Foi por meio do site de rede social o Movimento Jovem 6 de Abril

organizou suas primeiras manifestações. Conforme descrito em matéria publicada pelo *The New York Times*, os organizadores reuniram mais de 90 mil assinaturas on-line e com isso conseguiram encorajar as pessoas a irem para a rua.

À Internet, sem dúvida, coube um papel fundamental, mas é preciso também relativizá-lo. "No caso do conflito no Egito, a rede de atores é composta por instâncias diversas: pessoas, discursos, redes sociais (Facebook e Twitter, os mais usados), SMS e telefones celulares, cartazes em praça pública, repercussão na mídia internacional, debates televisivos, luta corporal etc.", explica Lemos. "Nesse sentido, acho excelente que o Facebook seja usado para articular pessoas para a causa egípcia. Isso para além do Facebook. As redes sociais são um elemento importante de publicização do descontentamento egípcio, mas elas não fazem, sozinhas, a revolução".

Para Ivana Bentes, "o decisivo é que o desejo, a criação, a colaboração vem antes e não se reduzem ao comando, transbordam os dispositivos, mesmo quando são capturadas, rastreadas, monetizadas. Para ser mais brutal, eu diria que, por enquanto, precisamos também dos Facebooks e Googles para fazer a insurreição digital que será decisiva para inventarmos uma nova política para o século XXI. Pós-Google e Pós-Face".

UMA REFLEXÃO SOBRE AS REDES[1]

Como você vê o impacto digital na cultura?

Fiz essa pergunta para várias pessoas durante a feitura do livro *CulturaDigital.Br,* mas lendo e pensando a respeito, cheguei à conclusão de que não é a melhor forma de encarar a questão, pois a ideia de impacto é insuficiente.

Por quê? Porque a ideia de impacto coloca a digitalização como algo externo à cultura. Ou seja, existiria o processo de transformação tecnológica e existiria uma cultura dada, como elementos distintos. Não acredito nisso. Para mim, o processo de transformação tecnológica reside na cultura, conformando-a. Então, a tecnologia não determina a cultura, mas é justamente por meio da evolução dos meios técnicos e dos usos que deles fazemos (inclusive ao criá-los) que a nossa história como seres humanos se escreve.

Isso é engraçado porque, se formos pensar assim, a própria ideia de cultura digital revela-se bastante limitada. Porque o que existe é a cultura e ponto. Uma cultura em constante mutação devido ao infinito engenho humano. Isso abre perspectiva para que a gente entenda que todas as tecnologias, que coexistem atualmente, são válidas e constituem a nossa cultura. A tecnologia xamânica do índio xinguara é tão relevante e importante hoje quanto a plataforma escrita em .php que roda o Facebook. Portanto, cultura e tecnologia são indissociáveis.

1 Entrevista produzida a partir de provocações de Batman Zavarese, no Catálogo de 2011 do Festival Multiplicidades, de Arte e de Tecnologia.

A digitalização, no entanto, para não fugir completamente à sua pergunta, operou uma divisão muito profunda nos processo de produção, circulação e fruição dos bens culturais em relação ao que o planeta se habituou nos últimos dois séculos. A desmaterialização, a desintermediação ou reintermediação e as práticas colaborativas promovem uma ruptura e um *hack*, uma fissura enorme, na indústria da cultura. Daí porquê compartilhar músicas virou argumento para uma guerra cibernética. Por esse raciocínio, o digital acelera absurdamente o processo de transformação da sociedade.

Qual a importância das redes de compartilhamento? Estamos diante de um novo olhar transversal para buscar conhecimentos?

Compartilhar talvez seja a palavra mais importante disso tudo que estamos vivendo. É muito bonita a emergência de um tipo de tecnologia baseada na ideia solidária de troca entre pares, na perspectiva de que juntos fazemos melhor. Isso opera uma mudança no interior do mundo ocidental ao mexer com valores muito sólidos, que fundam o pensamento liberal (o econômico e o político), como acreditar que o ser humano é essencialmente autointeressado. Essa ideia fortíssima de que eu, para fazer o bem para os outros, preciso primeiro garantir o meu. A regulação adviria naturalmente do choque dos vários interesses individuais contrapostos. Essa é uma ideia que deu errado e levou o planeta a um colapso.

De alguma maneira, gosto de pensar que a criação da internet veio para pôr fim, de uma vez por todas, nessa hiperindividualização que os povos do ocidente inventaram e impuseram ao mundo. Sem dúvida, o movimento software livre, a ideia de código aberto, de partilhar rápido e sempre, dá outro sentido para nossa prática e ela hoje influencia não só a engenharia de software mas toda nossa cultura.

A partir de sua frase: "sabemos que as ideias sobre este nosso mundo

acelerado ainda não decantaram", pergunto se o Brasil terá ousadia para compreender os desafios da cultura digital?

É uma questão bastante complexa. Lembro de conversas com o professor Laymert Garcia dos Santos, autor do importante livro *Politizar as novas tecnologias*, no qual ele professava a urgência de convencermos o país de que é preciso pular no trem da história e realizar o desafio de construir uma sociedade produtora de tecnologias adequadas ao nosso contexto.

Houve um momento, durante o governo Lula, a partir daquilo que Gilberto Gil colocou na pauta política nacional, por meio de seus discursos, que parecia que seríamos capazes de encarar com a grandiosidade necessária esse desafio. Mas isso foi derrotado por um olhar neodesenvolvimentista que enxerga cultura e natureza, no máximo, como ativos para o crescimento do PIB. Ou seja, a aposta em uma economia criativa baseada na produção de propriedade intelectual e na exploração dizimadora da biodiversidade. Essa é a nossa catástrofe.

Por outro lado, temos no Brasil uma vigorosa comunidade de compartilhamento associada ao software livre, os movimentos de cultura livre vêm ganhando cada vez mais força, há apoio de gente poderosa para essas causas, então é possível que venhamos a compreender e a realizar nossa missão histórica. Hoje, me parece, o cenário não é tão positivo. Seria preciso uma mobilização muito mais forte para produzirmos os deslocamentos necessários. E tudo muda tão rápido...

Gilberto Gil, ainda Ministro da Cultura disse: "trabalho para que governos não sejam necessários um dia". Esta liberdade transgressora é o que se vê na essência da internet. Qual a importância, por exemplo, da cultura hacker?

Primeiro, é preciso entender o que é a cultura hacker. Não é o que lemos nos jornais. Por isso, é preciso clarear o que é um hacker e por que é a ética desse agente que molda o nosso tempo.

O termo hacker se refere, inicialmente, aos experts em programação e em seguranças de sistemas computacionais, mas hoje se refere a todos aqueles que compartilham uma "ética baseada na liberdade do conhecimento e do compartilhamento dos códigos".

Crackers são os invasores que buscam saquear senhas de acesso e distribuir vírus para cometer crimes. Muitos dos crackers nem sequer são programadores. Hackers são aqueles que reorganizam o interior da tecnologia, portanto, a cultura.

A importância dessa cultura para o que vemos hoje é absolutamente fundamental. A Internet foi criada por hackers, o Google foi criado por hackers, o Facebook foi criado por hackers, os movimentos sociais contemporâneos, desde Seattle, no fim dos anos 1990, são formados por muitos hackers. Os Anonymous fundem o ativismo tradicional e o hacktivismo criando uma nova e poderosa força global, que pretende disputar mentes e corações em todo o planeta. Ou seja, não há como entender o nosso tempo sem entender a cultura hacker.

Na Casa da Cultura Digital, espaço que ajudei a construir em São Paulo, articulamos o Garoa Hacker Clube, que é o primeiro Hackerspace do Brasil, um clube onde se "brinca" com tecnologias e também a comunidade Transparência Hacker, que mais recentemente comprou o Ônibus Hacker, um ônibus modificado para ser um laboratório móvel e percorrer o país difundido a ética hacker. Hacker é o que somos.

Gil, no seu segundo ano de governo, bombardeado pelos meios de comunicação de massa por conta do projeto de regulação do setor audiovisual, fez uma aula inaugural na USP onde se assumiu como um ministro-hacker. É esse ministro, músico tropicalista, que vai retomar a utopia do fim do estado, que, afinal, é o horizonte de toda filosofia política realmente transgressora e libertária.

Transgressão e liberdade ganham novo vigor com a difusão da ética hacker.

E o remix na criação?

A recombinação é outro elemento central da cultura contemporânea. Toda cultura é resultado da recombinação. A arte é, por essência, recombinatória. A ciência também.

Com a digitalização essa condição recombinante ficou mais explícita, mais evidente, principalmente porque começamos a trabalhar os fragmentos, os arquivos digitais, na composição dos nossos discursos, e os meios técnicos trouxeram muitas facilidades para se fazer isso. Apenas com um computador e uma boa conexão de Internet eu posso inventar um mundo. Isso é muito bacana, porque amplia e muito as nossas potências criativas.

O que é remix? Saque e dádiva. Troca. Tudo junto e misturado. O que é meu é seu e é nosso. Enfim, só não gosta disso o pessoal que vive de produzir direitos de propriedade intelectual, as grandes corporações e uma meia dúzia de artistas que ficaram ricos de forma obscena. Para a evolução humana é um grande ganho.

Num exercício de futurologia livre, com tantas possibilidades tecnológicas, até onde você acha que vamos chegar?

Não faço a menor ideia. Mas muitas coisas que achamos que são futurologia, na verdade, já ocorrem. Logo mais, com a mudança da tecnologia de acesso a Internet, a mudança no protocolo IP, poderemos ter todas as máquinas conectadas à rede, sua cafeteira e sua geladeira, o portão da sua casa, estarão conectados; as cidades inteligentes estão sendo desenhadas, a inteligência artificial, embora não seja exatamente o que a ficção científica projetou (robôs bonitinhos que façam o trabalho doméstico), é uma realidade, o Craig Venter e a Google estão sequenciando nossos genes sabe-se lá para o que fazer com eles (transformar o ser humano em um conjunto de informações compartilháveis?), enfim, nem o céu mais estabelece um limite...

O que eu gostaria de ver, no entanto, é a humanidade se voltar para pensar politicamente e de forma crítica quais tecnologias

queremos e quais não. Gostaria de ver o poder dos laboratórios ser controlado pelo comum, pelas maiorias, que hoje não opinam nem influenciam nas decisões relevantes que estão sendo, a maior parte delas, tomadas por corporações transnacionais. Gostaria de ver nossa capacidade de invenção e elaboração destinada ao desenvolvimento de tecnologias limpas, renováveis, que fizessem do planeta um lugar habitável e agradável. Tecnologia não é neutra. É uma escolha política e foi para evidenciar isso que criamos o Festival #CulturaDigitalBr.

REDES, OCUPAÇÕES, REVOLUÇÕES: O CAMINHO DA LIBERDADE É A RUA

Lembro-me de uma frase de Naomi Klein, uma das grandes cabeças da nossa geração, em que ela dizia que graças à net, as mobilizações do movimento antiglobalização ou altermundista de desdobravam "com pouca burocracia e hierarquia mínima". Dez anos atrás tínhamos no governo dos Estados Unidos o Bush Filho proclamando guerras em nome da liberdade. Nós, jovens ativistas, por nosso lado, gritávamos bem alto o nome da liberdade, para que ela não sumisse de nossas bocas e fosse apropriada, por fim, por aqueles que gostam de sangue.

O movimento foi à rua, nos dias de ação global, que tiveram como epicentro as manifestações de Seattle (N30), Praga (S26) e Gênova (A21), e no Fórum Social Mundial, cujas três primeiras e antológicas edições ocorreram em Porto Alegre, Brasil.

Como escreveu Klein, em sua obra-prima *No Logo*, o livro que conta a história dessa balbúrdia global, esse movimento já estava moldado pela Internet "à sua imagem", com uma dinâmica de "troca de informações constante, frouxamente estruturada e às vezes compulsiva".

Não é de hoje, portanto, que a Internet é mais que um instrumento para a organização política. Poderia, inclusive, dizer que, criada pelo improvável arranjo descrito por Manuel Castells (*big science* + militares + contracultura) a rede surgiu como um poderoso instrumento político, capaz de articular e desarticular todas as dimensões da vida.

No caso do movimento altermundista, foi por meio do site colaborativo do Centro de Mídia Independente (CMI), lançado no fim da década de 1990, que a cena se forjou. Aquele <www.indymedia.org> era o ponto de encontro e de registro da história. E quem geria a infraestrutura, as máquinas e detinha a propriedade das informações, eram os ativistas, e não uma grande corporação criada para extrair de nós o bem mais valioso que hoje detemos: informação.

I

No Festival CulturaDigital.Br, que ocorreu no Rio, eu, Ivana Bentes, Sérgio Amadeu da Silveira, Cláudio Prado e Pablo Capilé, do Circuito Fora do Eixo, chamamos uma arena – uma roda de conversa embaixo dos pilotis do MAM – com o mesmo mote deste artigo: redes, ocupações, revoluções. Tinha gente do OcupaRio, que tomou a principal praça da capital fluminense, a Cinelândia, e se desfez depois que a realidade desigual das ruas brasileiras se impôs; um camarada do movimento dos moradores de rua; o pessoal do Democracia Real Já!, da Espanha; da organização das Marchas da Liberdade, no Brasil; do OcupaSalvador; tinha gente que foi muito atuante na época do altermundismo e também estiveram conosco os tropicalistas Gilberto Gil e Jorge Mautner, que ocupam ruas e mentes desde os 1960, entre várias outras pessoas.

"Eu, sem dúvida, festejo e celebro o abraço afetuoso que as novas gerações fazem a essas novas possibilidades, o abraço maravilhoso que a gente dá no computador, no ciberespaço, no mundo digital. Mas fica claro, fica claro, e deve ficar cada vez mais claro que isso não passa de mais uma ferramenta, de mais um instrumento, de mais uma oportunidade para que a gente continue enfrentando as grandes dificuldades e os grandes problemas postos pelo rio da história", disse Gil, aquele dia, fazendo uma espécie de resumo do que foi o nosso encontro das redes de cultura digital: não resta outro caminho senão lutar.

Nossas redes nos deram a potência de tomar as ruas. O ano de 2011 mostrou isso. Foi uma época bem agitada da perspectiva da rearticulação do movimento libertário global. Começou em janeiro, em duas localidades: (1) no Egito, na Praça Tahir, onde jovens foram as ruas, depois de se articularem por meio de sites de redes sociais e depuseram Hosni Mubarak; (2) e na Tunísia, onde a rede cumpriu papel determinante na articulação das manifestações contra o ditador Zine Al-Abidine Ben Ali, que caiu. Era a Primavera Árabe, cujos ventos sopraram e refizeram a rota dos mouros em seu encontro com a Europa. Em 15 de maio, a Espanha levantou, com o movimento 15M (15 de Maio), que reuniu milhares de pessoas e produziu um enorme acampamento na praça Porta do Sol, em Madri e em outras cidades.

No Brasil, o ponto alto foram as Marchas da Liberdade, que mostraram a cara de uma nova geração de ativistas. A marcha de São Paulo teve início após a proibição e repressão à Marcha da Maconha, no início de junho. Vários movimentos se reuniram e chamaram uma nova marcha para a semana seguinte, que novamente foi proibida. Desta feita, no entanto, cerca de 5 mil pessoas marcharam pacificamente. Na Turquia, as manifestações contra as tentativas de censura na rede ganharam as ruas no mês de agosto e demonstraram que os jovens não pretendem deixar que essa infraestrutura potencialmente emancipadora seja desarticulada pelos governantes.

A explosão final ficou por conta do Ocupa Wall Street, que começou em 17 de setembro, quando ativistas tomaram as ruas do centro financeiro global. Em várias cidades dos Estados Unidos e de vários outros países movimentos semelhantes tiveram início. O Ocupa WallStreet nos lembra que somos 99% das pessoas do planeta que querem uma outra vida, não subordinada aos interesses de um capitalismo genocida, e que o 1% que governa os mercados deveria nos ouvir.

Em 15 de outubro foi feito um chamado de ação global. Isso me faz pensar que a história é cíclica, e que ainda estamos nos

primórdios dela. Houve vários outros momentos em que as novas tecnologias desempenharam papel central em processo políticos, como no caso do Irã, em 2009, ou mesmo da mobilização espanhola após os atentados de 11 de março de 2004, quando a população, por meio de tecnologias móveis, convocou uma manifestação contra o primeiro-ministro que havia mentido sobre a razão da explosão no metrô – a culpa era da guerra do Iraque para a qual José Maria Aznar tinha enviado tropas e não uma ação de radicais do ETA. A partir de 2011, no entanto, com a sequência virtuosa de protestos, manifestações, ocupações e revoluções orquestradas em rede, nos colocamos diante de um dado novo, que devemos celebrar: a aceleração dessa (des)organização, que devolveu a esperança às ruas.

Em sua ida ao Ocupa Wall Street, Naomi Klein disse que duas características diferenciam o movimento atual daquele iniciado na virada do século: (1) as manifestações não são esporádicas. São ocupações. Dez anos atrás, montavam-se protestos nos momentos em que os líderes da globalização se reuniam e, como num passe de mágica, as cúpulas e as manifestações se dissolviam. Agora, as ruas estão cheias de pessoas que não pretendem ir embora, até conseguirem o que foram nelas buscar; (2) o caráter pacífico das ocupações. Há dez anos, o movimento tolerava protestos violentos, os quais, em geral, eram articulados pelos *Black bloc*, uma tática de protesto radical que resultava em destruir símbolos do capitalismo, como lojas do McDonald's e de grifes. Esses atos faziam com que, na imprensa mundial, toda a articulação fosse vista como violenta, o que não era o caso. Nos movimentos em rede atuais, impera a política da afetividade, o olhar ao outro e a ideia de que precisamos reinventar as práticas de sociabilidade por inteiro.

Por aqui, seguimos organizando redes para que tenhamos uma sociedade efetivamente democrática. E já aprendemos que o caminho da liberdade é a rua.

A CULTURA MUITO MAIS QUE DIGITAL[1]

O que é cultura digital? Que conceitos estão embutidos nessa nova e ampla concepção?

Definir o que pertence à cultura digital é um grande desafio porque existe um debate em torno desse conceito. Cultura digital também é cultura colaborativa, cultura de redes, cibercultura... Há vários termos, diferentes autores, diversos agentes pensando essa temática. Gosto de usar cultura digital porque essa expressão se difundiu bastante nos últimos anos e consegue agregar algo que começa a se tornar mais claro para as pessoas, ainda que seja de difícil compreensão.

Para tentar explicar, faço a recuperação histórica de uma cultura que emerge a partir de dois elementos centrais. Um, o desenvolvimento da microinformática, na passagem dos anos 1960 para 1970, quando o computador deixa de ser um equipamento científico, de calcular dados, e se torna em um objeto utilizado pelas pessoas em geral.

Outro momento fundamental é o surgimento da Internet. E aí temos três etapas. As primeiras conexões, em 1960, com o uso acadêmico da rede. A difusão gradativa dos ambientes, ainda não gráficos, nos anos 1980. E por fim outra revolução, que é o surgimento da Web, no início dos anos 1990, com a multimídia.

Nesse caldeirão da cultura digital também há uma cultura precedente, que contribuiu para esse processo, que sonhou com

1 Entrevista originalmente dada para a revista *A Rede*, revisada pelo autor para o livro.

essas possibilidades e buscou realizá-las, a cultura dos hackers. Mas a cultura digital que vivenciamos hoje é aquela que passa a se desenvolver a partir do momento que essas tecnologias entram nas nossas vidas, transformando várias dimensões do viver, como a política e a sociedade.

Você quer dizer que a cultura digital não se resume a uma modalidade de arte?

Exatamente. A cultura tem várias dimensões. Existe naquilo que mais facilmente associamos à ideia de cultura – as artes reconhecidas, a literatura, a música, a pintura, o patrimônio edificado, entre outras. Mas há outras formas de cultura – os patrimônios imateriais, as relações entre as pessoas, as tecnologias e técnicas desenvolvidas pelos humanos. A digitalização incide sobre tudo isso. Portanto, a cultura digital não é um "setor a mais" no campo cultural. Não é uma linguagem nova, por exemplo... É uma transversalidade.

Você pode dar um exemplo concreto de como o fator digital transforma os padrões de cultura?

Com o digital, nós começamos a sair de uma cultura baseada no modelo de um para muitos, que é a cultura do século 20, com intermediários detentores de poderio econômico os quais desenvolveram a grande indústria da propriedade intelectual e os conglomerados midiáticos. Isso começa a sofrer uma reversão com o digital. Passa-se a ter uma cultura emergente, que se descreve de baixo para cima, de muitos para muitos, trazendo consigo uma potência de diversidade. A cultura digital remove os antigos intermediários e cria espaço tanto para o surgimento de novos intermediários quanto para uma "desintermediação", em que as pessoas agem diretamente umas com as outras em seus processos de culturais, políticos, econômicos, sociais. Isso é um exemplo concreto de transformação, que ainda está em curso.

Também estimula as expressões culturais locais, de comunidades ou grupos sociais?

Não acredito que a cultura digital, em si, faça com que as expressões locais se manifestem. É preciso um conjunto de fatores para que essas expressões se manifestem. Mas a rede potencializa as manifestações que surgem. Por exemplo: uma comunidade quilombola, que tem uma cultura ancestral, de caráter agrário, baseada nas relações comunitárias entre famílias. Essa cultura persistiu e sobreviveu por um século nesse contexto. A rede permite o reconhecimento dessa cultura pelo mundo. E a possibilidade de uma troca e antes impossível. Se a comunidade quilombola vai conseguir fazer essa movimentação vai depender de um conjunto de fatores. Não basta simplesmente ter acesso à rede. Há o processo de apropriação tecnológica, o trabalho de formação, de abertura dessas comunidades para lidar com as ferramentas da tecnologia. Nesse caso as políticas públicas cumprem papel fundamental.

O acesso aos instrumentos tecnológicos não garante o acesso à cultura digital?

Essa é uma questão crítica. Hoje, a discussão está fragmentada. De um lado, há o debate sobre infraestrutura, acesso e espaço, onde estão engenheiros, técnicos, pessoal do setor mais clássico da comunicação. Apartadas, do outro lado, estão a educação, a saúde, a cultura, a ciência... Dentro de um grande rótulo de "conteúdo", à espera do que lhes vai ser dado, como meio, para produção e difusão. É como se a gente estivesse fazendo uma obra e discutindo a posição do cano na parede, sem pensar qual o uso desse cano, se é para água, quente ou fria, esgoto... Se é água potável ou não... Com o debate centrado na questão estrutural, as coisas ficam dissociadas.

Como o digital altera o jeito de produzir cultura?

A cultura digital é de participação, colaborativa, favorece as trocas horizontais, permite que as pessoas ponham a mão na massa, produzam, distribuam o que produzem, criem redes articuladas.

Pensemos a música, que é a arte digital mais avançada, aquela que desenvolveu um mercado mais estruturado. Como é que os artistas vão lidar com esse universo digital, que modifica completamente as relações de produção, econômicas e políticas no consumo musical? Hoje o fã deixa de ser um consumidor para ser um agente na construção da carreira do artista. Antes, havia os fãs clubes, mas agora o diferente é que os fãs passam a ser elementos ativos. O Teatro Mágico, por exemplo, é uma banda que jamais pagou jabá, jamais passou pelo filtro das grandes gravadoras, e consegue fazer sucesso se articulando em rede. Na distribuição, o modelo é muito parecido. Em alguns casos, você é o seu próprio camelô e faz uma venda enorme, pode viver do seu trabalho.

Qual a posição do Brasil no mundo da cultura digital em relação a outros países? Dá para dizer que, por ter fortes características de criatividade e colaboração, o brasileiro assimila com mais facilidade essa concepção nova?

Do ponto de vista da organização das redes culturais, o Brasil é uma referência global. Países como Espanha, Estados Unidos, Holanda tiveram grandes investimentos em desenvolvimento tecnológico e um significativo crescimento nesse campo. Em diálogo com agentes desses países, percebemos que eles olham para o Brasil como um par. E é verdade que o Brasil tem uma característica, do ponto de vista da relação com os processos tecnológicos, que se revela em inúmeras dimensões da nossa vida. Se nos remetermos à antropofagia, dentro do pensamento oswaldiano [o escritor Oswald de Andrade, autor do *Manifesto Antropófago*], encontraremos o conceito de que "o que vem de fora não me é estranho". Quer dizer, eu recebo, reprocesso e devolvo recriado. Isso nada mais é do que a

recombinação, o remix, que é a essência dessa cultura participativa, digital. Digamos que, no Brasil, nós remixamos desde sempre. Essa não é uma cultura estranha a nós. Um exemplo prático é o mutirão; outro, a ocupação urbana nas periferias. Arquitetos do mundo todo prestam atenção às favelas brasileiras por conta desses nós caóticos que criam um todo uniforme, outro tipo de urbanidade.

Foram criadas políticas públicas para apoiar essas iniciativas?

Grande parte do crescimento das redes culturais no Brasil foi potencializado por oito anos de governo Lula, em que as políticas foram absolutamente indutoras dessas transformações. O *do in* antropológico do então ministro da Cultura, Gilberto Gil, que consistia em massagear as forças reais da cultura brasileira e articulá-las, foi fundamental. Embora não se tenha colocado muito dinheiro, nem haja políticas estáveis – até porque isso a gente sabe que é trabalho não para um governo, mas para uma vida. O processo, no entanto, naquele momento, foi inaugurado, foi definida uma rota que não existia antes dessa gestão. Os Pontos de Cultura, com os kits multimídia, testaram a dimensão do produzir linguagens, conteúdos, sonhos, visões, fábulas associadas à conectividade tecnológica. Esse é um embrião importante de um modelo de política pública que deveria ter sido ampliada, fortalecida.

Como ficam os movimentos da cultura digital depois da guinada do novo Ministério da Cultura (MinC), que deu as costas para as iniciativas de cultura livre defendidas pela gestão anterior?

As pessoas acreditavam que bastava tirar o indutor do governo e tudo ruiria porque embaixo não existia nada. O atual Ministério da Cultura se surpreendeu ao perceber que esse é um movimento sólido, enraizado nas comunidades. Tem uma força que criou uma crise política, uma das primeiras crises que a presidente Dilma Rousseff enfrentou. Mas, mesmo com o retrocesso no MinC, muitas

iniciativas de cultura digital estão estruturadas para enfrentar qualquer situação, até porque as pessoas fazem porque amam, porque acreditam. Essa é uma característica desses movimentos. E o Festival da Cultura Digital [realizado no Rio de Janeiro em 2011 com presença de representantes de mais de 20 países] mostra isso.

O Ministério da Cultura é só uma parte de uma grande constelação de forças que hoje fomenta a cultura digital. Veja, por exemplo, o Ministério das Comunicações se aproximando da cultura digital, a partir da Secretaria de Inclusão Digital. O ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aloizio Mercadante [atualmente Ministro da Educação], que tem interesse em fazer investimentos nesse campo. Há vários grupos debatendo políticas públicas em âmbito estadual e municipal. Santa Catarina está lançando edital nessa área. O Rio de Janeiro acabou de lançar um edital para lan houses... Isso está acontecendo no país inteiro. No Amapá, existe um conselho de cultura que tem uma cadeira para cultura digital.

Esses exemplos são todos do poder público. O principal, no entanto, são as formas autônomas de trabalho, em que as próprias redes vão entendendo quais são os circuitos econômicos e começam a trabalhar para ter seus meios de produção em um modelo que começa a evidenciar que o capitalismo talvez não seja necessário. Isso se revela no compartilhamento das estruturas de produção, por exemplo.

Talvez, dentro em breve, a gente possa viver daquilo que se quer viver sem precisar estabelecer sequer relações com os donos do mundo.

OTIMISMO: ATITUDE SUBVERSIVA[1]

A célebre frase de Décio Pignatari, "na geleia geral brasileira alguém tem que exercer as funções de medula e osso" foi importantíssima para alguns dos expoentes da tropicália. Ela ressoa, por exemplo, na música "Geleia geral", do Torquato Neto e Gilberto Gil, e depois no texto "Brasil diarreia", de Hélio Oiticica. Agora que você está ampliando novamente a sua atuação da rede e da sociedade civil e entrando em uma posição institucional, de trabalhar na Secretaria de Cultura da cidade de São Paulo, tendo que encarar a superestrutura, como pensa essa questão?

É claro que é sempre mais cômodo e mais agradável se banhar no tecido gosmento do que ter que enfrentar as obrigações institucionais. Lembro-me do *Mármore e a Murta: a inconstância da alma selvagem*, ensaio em que Eduardo Viveiros de Castro recupera o sermão do Padre Antonio Vieira. Naquele texto, Viveiros trata de nossa dificuldade, como sociedade, em constituir formas fixas, estruturais. Ele recupera a ideia de que os gentios recebiam os jesuítas e Deus com uma grande facilidade, mas que rapidamente esqueciam aquele Deus dos jesuítas, aquele mesmo Deus que eles tinham tanto adorado no dia anterior, porque já haviam mudado de ideia e de adoração.

1 Entrevista realizada por Sergio Cohn, em maio de 2013, publicada no site: <outraspalavras.net>, em 29 de julho de 2013.

Enquanto os europeus, talhados no mármore, demoravam mais para assimilar esse Deus, mas uma vez assimilado não mais deixavam de adorá-lo, os gentios, feitos de murta e encontrados na América, eram facilmente talháveis, mas rapidamente perdiam a forma. Talvez daí venha a nossa geleia geral matricial. Sempre olhamos para isso por uma tradição filosófica que tentou fazer com que a gente se enquadrasse nos homens de mármore, sem perceber que a nossa grande potência era o fato de sermos de murta. Qual é a grande dificuldade que eu vejo, quando eu topo esse desafio de trabalhar na Secretaria de Cultura? É trabalhar para forjar institucionalidades que lidem com esses homens de murta, que somos nós. Como criar formas de estimular e fortalecer as forças tropicalistas, antropofágicas, e não querer enquadrar as nossas estruturas ou formatar instituições que tenham que lidar com um modelo mental, com formas de agir que são estranhas à nossa natureza cultural, política, afetiva, isso que nos constitui e nos diferencia? "Ou o mundo se brasilifica ou vira nazista", como diz de forma fantástica Jorge Mautner. Nós podemos olhar para o que conseguimos desenvolver ao longo desse tempo, dessa tradição toda, e fazer com que isso se torne parte do nosso estado, parte das instituições que regulam nossa cultura, parte das instituições que comandam as nossas políticas. Esse é um desafio que me seduz, eu acredito nessa possibilidade, pois quando criamos na sociedade civil instituições como a Casa da Cultura Digital, ou participamos das redes que emergiram nos últimos anos, estamos a criar microinstituições, ainda que efêmeras, nômades, mas que possam dar conta do nosso tempo. A questão é de que maneira podemos fazer isso dentro das grandes estruturas, e fazer de uma maneira que permaneça? É possível? Pelo menos, que criemos instrumentos de fomento às dissidências.

O que Gilberto Gil e Juca Ferreira criaram no MinC foi determinante para as escolhas de toda uma geração. No contexto do governo Lula surge um ministro e um grupo que se propõe a criar

novos espaços políticos, baseados nessa dimensão antropofágica, voltados a reconhecer, fomentar e fortalecer essa diretriz longeva e clandestina da nossa cultura, não tornando-a oficial, mas dizendo: "bom, é isso que nos constitui, é essa a nossa força". Acho um desafio fascinante, vem daí minha vontade de entender como é que se processam essas redes, essas dinâmicas políticas, que sujeito social é esse e como é que ele pode dialogar com essas outras estruturas, sejam os movimentos mais antigos, os partidos, as instituições. Ao fim, fica a pergunta: de que maneira que podemos avançar com essa compreensão num plano democrático, de repente até constituir uma nova esquerda desse caldo?

Ao mesmo tempo, o Brasil tem que lidar sempre com certo elogio da precariedade, transformada em potência em alguns momentos, como na maravilhosa "estética da fome" de Glauber Rocha, ou utilizada como afirmação da nossa incapacidade de lidar com projetos de longo prazo. Como criar políticas que não enrijeçam as regras, mas que não façam com que as experiências sejam sempre efêmeras e precárias?

Que elas sejam efêmeras e precárias o tanto quanto elas precisam para continuar sendo mananciais de renovação estética e cultural. Pois quer queira, quer não, Glauber filmou em um contexto e teve algumas condições para realizar seu projeto estético. Por mais que fosse "uma câmera na mão e uma ideia da cabeça", era uma câmera 35mm que custava caríssimo, era preciso obter celuloide, era preciso ter os equipamentos para levá-los até o extremo. O cinema novo desemboca na Embrafilme. Essas estruturas, essas relações, permitiram à geração do cinema novo realizar seu projeto político e cultural. Até os milicos tiveram um papel fundamental naquele momento. Não é à toa que o Glauber delirante do fim da vida chega a tecer elogios aos seus algozes. Até para estressar as estruturas é preciso ter acesso a elas. De repente, a partir da redemocratização, o Brasil foi ficando

careta, e o neoliberalismo à brasileira foi encaretando os processos político-culturais, a cultura seria, no máximo, um bom negócio, ou um adereço de perfumaria. Aí vem um ministro tropicalista no meio do governo Lula e retoma a possibilidade de criarmos políticas que permitam que as nossas maluquices se expressem continuamente. Isso é sensacional.

Em uma entrevista que fiz com o Arto Lindsay, ele comparou a relação das produções culturais no Brasil e EUA nos anos 1970, dizendo que aqui os equipamentos tinham que ser preservados, porque eram escassos. E nos Estados Unidos, como os equipamentos eram muito acessíveis, quando um artista tinha acesso a alguma novidade, podia ter o direito de forçá-la ao limite, para conhecê-la, saber até onde ela alcançava – podia inclusive quebrá-la. E dessa fartura advinha parte da estética punk.

Aí se cria a relação entre a infraestrutura e a estética. É desse caldo essencial que a ética hacker surge: a possibilidade de você modificar o equipamento por dentro, hackeá-lo, abrir essa caixa preta e dar a ela outro significado, outro sentido, outro uso, que faz com que você possa gerar inovação. Agora, até para isso é preciso ter equipamentos e a possibilidade de abri-los. Quando vamos distribuir i-Pads nas escolas, as crianças aprendem basicamente a ficar mexendo nos aplicativos e baixá-los na Apple Store. Com isso, estamos formando bons consumidores de produtos da Apple, e não sujeitos que podem pensar novos processos tecnológicos e informacionais. Essa dinâmica dos objetos que nos perpassam e nos definem, se não pudermos mexer dentro deles, repensar os seus usos, não criaremos inovação. Na estética punk, o *do it yourself,* era isso: pegavam um pedal de guitarra, juntavam uma coisa na outra, e em vez de ter uma distorção limpinha se criava uma distorção pesadona. Isso gera uma sonoridade, gera uma estética, um modo de vida e forja uma geração. É nossa obrigação chegar a esse nível

de investimento na capacidade crítica do cidadão e não manter uma estrutura de estado que simplesmente reproduz as dinâmicas de consumo. É preciso fomentar os espaços de invenção reais, e que já estão acontecendo, a despeito dos governos e governantes. Não é o estado achar que vai criá-los, mas identificar e dizer que apoia os processos da sociedade.

Lá no porão da Casa da Cultura Digital, um grupo de engenheiros ligados ao software livre construiu um hackerspace. Por que a gente não pode partir da experiência desses caras e criar laboratórios de garagens espalhados por toda a cidade, onde crianças e aficionados por tecnologia terão acesso aos excedentes do nosso consumo digital, e aprenderão a desmontar e remontar os equipamentos e criar sobre essa base material, que é uma das características mais importantes do nosso tempo? E a partir daí poder desenvolver tecnologias adequadas às realidades sociais específicas. Isso precisa do Estado para se popularizar, para se tornar amplo e generalizado. Da outra ponta, partindo das iniciativas individuais, isso já acontece, mas numa escala menor. Se o governo estiver comprometido com isso, é possível pegar as experiências da sociedade civil, processar e amplificar. Aí o desafio é como adequar as instituições para serem capazes de se relacionar de forma qualificada com esses processos, sem matar a experiência original.

Para isso as formas de controle estatal têm que ser muito mais livres.

Muito mais. As formas regulatórias precisam ser muito mais claras. E também é preciso pensar em institucionalidades mais flexíveis, que estejam em comum acordo com o nosso tempo. O efêmero, que é umas das características mais fortes da nossa época, onde as coisas começam e acabam com grande facilidade, tem que ser contemplado. E temos as estruturas monolíticas e históricas que não mudam nunca, o que gera uma contradição profunda. Por exemplo, a obsolescência tecnológica que temos dentro do Estado. A maior parte das

pessoas operando com equipamentos de dez anos atrás. No mundo da tecnologia, viver há dez anos é como viver na pré-história. Temos coletivos, grupos, jovens trabalhando com ultraconexão, mundial, global, e um Estado absolutamente apartado de tudo isso. Resolver isso é fundamental, senão não é possível acompanhar, fica obsoleto, fica desnecessário, e a sensação da população é de que aquilo não funciona. E não funciona mesmo! Porque está numa situação de tal sucateamento que não foi feito para funcionar. E aí há um choque muito pesado, que é a relação entre as estruturas centralizadas e as estruturas horizontais. E existem grandes corporações que processaram essa cultura para dentro delas e conseguiram estabelecer seus diferenciais justamente ao criar simulacros de liberdade. No fundo, sabemos, são grandes gaiolas, mas criam uma sensação de que somos livres e podemos tudo.

Em função da experiência da Casa da Cultura Digital, e isso foi extensivo também ao Fora do Eixo, fomos "denunciados" por alguns grupos da esquerda radical como raptores de capital cultural, de fazermos o mesmo que faz a Google e outras grandes empresas. Chega a ser engraçado. Justo nós, que nunca tivemos capital, sempre vendemos janta para pagar o almoço, trabalhando com produção cultural, sermos comparados a gigantes da Internet global. O que nós produzimos sempre foi aberto, livre, apropriável, os códigos-fonte disponíveis em sua integralidade. Muitas vezes por conta dessa condição nossos projetos nem sequer puderam ter continuidade, porque foram tão assimilados e desenvolvidos pelos pares que perderam o valor de troca. A gente queria anular a condição de mercadoria, e de repente somos comparados com ao Google e ao Facebook, megacorporações que dominam o mercado global funcionando como dragas de propriedade simbólica, portanto de recursos da sociedade do conhecimento. Essa crítica de um pequeno grupo, organizado e importante, que nos coloca no mesmo lugar dessas grandes empresas, levou-me à seguinte reflexão: "Será que se tivéssemos investido

um pouquinho mais, nós realmente estaríamos em condições de criar algo da proporção de uma Google?". Não seria mau. Mas não é isso que buscamos.

Vocês foram observados por grandes empresas como sabedores de construção de rede.

Sim. Isso ocorreu e ocorre. Na Casa da Cultura Digital, que é uma multiplicidade, houve, por exemplo, reunião com a Pepsi. Eles levaram a diretoria inteira lá. Pararam um ônibus em frente da casa, levados por uma agência de tendências chamada Box 1824, numa excursão para conhecer os nossos pufes sujos, que ocupavam o espaço de convivência. Os diretores queriam ver como vive e trabalha a juventude de hoje. Eles queriam saber como associar a marca a esse "lifestyle", para ganharem mais dinheiro vendendo Pepsi Cola. Nós não nos furtamos a esse diálogo, e isso foi uma das coisas que fez com que os outros se perguntassem: "Mas esses caras são mesmo de esquerda? Pois a diretoria da Coca-Cola, da Pepsi vai conversar com eles, a diretoria da Vale vai conversar e eles se expõem a isso?". Nunca foi algo totalmente naturalizado. Internamente, na lista de discussão, sempre nos batemos sobre isso. Mas eu acredito que dessa fricção você começa a estabelecer outros fluxos de entendimento. Nós passamos a nos entender melhor a partir daquilo, e aqueles que tinham algum sonho de que talvez a vida corporativa pudesse redimi-los viram que as pessoas presas dentro de um contexto corporativo estavam em busca de uma flexibilidade para os seus negócios que nós já tínhamos. Olhávamos uns para os outros e percebíamos que faltava dinheiro no dia a dia, mas que de repente estávamos vivendo bem. De repente, parte da nossa luta passou a se criar condições de viver de forma flexível.

Essa posição, obviamente, gera conflitos. Passamos a ter acesso a textos em que somos tidos como arautos de uma renovação do capital, escritos por pessoas como Bruno Cava, Giuseppe Cocco,

caras que obviamente não leram o que eu escrevi e me criticaram sem ter lido. Em janeiro de 2012, apresentei em inglês um texto num seminário chamado "Marxism and New Media", organizado pelo Michael Hardt, na Universidade de Duke. O pessoal da Universidade Nômade criticou o artigo sem nem sequer ter lido. Tudo bem, entendo que eles possam discordar, achar que conceitualmente eu possa estar sendo equivocado, mas eu fui aceito para apresentar um texto num seminário organizado pelo Hardt, que supostamente junto com Toni Negri é o ídolo-mor de todos eles, então alguma coisa correta devo ter feito para os caras terem aceito meu artigo e permitido que eu apresentasse lá. Também não fui pedir permissão para eles para poder apresentar o artigo, talvez tenha sido isso que tenha incomodado. Ao fazerem essa crítica, localizarem nosso trabalho como um rapto, não me sinto mal. Tento compreender. Gosto do embate, de pensar. Passei a me perguntar: bom, o que será que tem de razão nisso que estão apontando? Vamos lá buscar na essência.

Essa polêmica ficou no ar e nunca aconteceu de verdade. Seria importante que fosse aprofundada. Eles colocam a Casa da Cultura Digital e principalmente o Fora do Eixo como réplicas pouco transparentes do que seriam as grandes corporações, como se fossem uma empresa fingindo que é uma rede.

E que no fundo o nosso negócio seria reproduzir capital simbólico e capturar esse capital gerado em rede, torná-lo mais flexível e vendê-lo, seja por editais do Estado, seja para patrocínio de corporações, em projetos culturais.

Além disso, dizem que vocês são uma rede autorreprodutiva que nem gera capital simbólico...

Só deslocamos. Essa é a análise deles. E é um exercício retórico interessantíssimo. O que seria então o resultante dessa produção que nós trocaríamos, que estaríamos capturando, negociando,

vendendo, extraindo do comum? Seria o compartilhamento, as produções em rede. Essa captura funcionaria como se apenas um pequeno grupo se apropriasse desses excedentes, por saber produzir relações cujo valor organiza a produção capitalista no mundo atual. Não digo que isso não exista. Mas não posso concordar que esse seja o foco da ação da Casa da Cultura Digital, que foi uma experiência que eu ajudei diretamente a construir, ou mesmo do Fora do Eixo, rede que estudo e da qual sou politicamente próximo. Aliás, algo que fica obliterado nesse processo são as diferenças entre, por exemplo, essas duas experiências, a CCD e o Fora do Eixo. Nos demais artigos deste livro eu falo bastante dos dois fenômenos. Talvez ajude a entendê-los melhor.

Para ir mais fundo nesse debate, acredito que precisamos entender que topologia as redes possuem. Existe um diagrama do Paul Baran, muito interessante, sobre modelos distintos de redes: descentralizadas, centralizadas e distribuídas. Vejo que existe uma convivência destes vários tipos de redes, em uma sociedade enredada. Aliás, não existe nenhuma rede "pura". Vivemos um mundo de híbridos e inclusive de redes híbridas, que em momentos operam com maior ou menor centralização ou horizontalidade, e que operam entre si inclusive com dinâmicas distintas, e ao mesmo tempo com diferentes capacidades de incidência e de articulação.

Que tamanho queremos ter? Que tamanhos essas redes podem constituir e, consequentemente, dependendo do tamanho que elas assumem, que resultados elas podem gerar? O que assusta esse pessoal muitas vezes é o tamanho que o Fora do Eixo atingiu, pois conseguiu se constituir em todo o país, em todos os estados, em 200 cidades, mais de duas mil pessoas. Esse grupo está vivendo em comunidades de autoprodução, que são as casas onde as pessoas passam a viver, em um *drop in*, não mais em um *drop out*, uma entrada profunda em outro modelo de vida que não é fora da sociedade, mas é dentro dessa rede, de maneira extremamente orgânica e que

está acontecendo com a experiência específica do Fora do Eixo. A Casa da Cultura Digital é diferente. Inclusive, agora, são casas. A primeira que foi criada ainda está lá, na mesma vila, com algumas pessoas que participaram da primeira dentição, mas outro grupo já criou uma outra casa em São Paulo, e há experiências se organizando no Rio Grande do Sul e no Pará, por exemplo.

Para aprofundar o debate, é preciso alguns passos atrás, me parece. Começar pela seguinte indagação: o que é feito desse recurso acumulado? Quem se beneficia disso? Uma empresa existe para ser empresa, tudo que ela captura ou é para gerar lucro para seus sócios, ou é reinvestimento no seu próprio negócio. No caso do Google, a produção serve para que por meio de publicidade os cofres da empresa inchem e remunerem seus acionistas. E no caso do Fora do Eixo? O que é feito com o excedente e com os resultados dessa circulação gerada pelos trabalhos por eles articulados? Em parte, é reinvestido integralmente no financiamento dessa vida "alternativa" que ocorre nas casas, por meio dos caixas coletivos; outra parte fundamental é devolvida por meio de infraestrutura organizada para ações de maximização das lutas político-culturais que estão ocorrendo; uma parte disso, menor, eu diria, ficaria para investimento em novos projetos, que possam fazer com que a rede aumente seu potencial de incidência. Se há lucro, ele é reutilizado, partilhado. E isso ocorre de forma totalmente transparente, com planilhas abertas e publicadas on-line, onde é possível saber o que ficou para cada um dos agentes dentro desse processo. Ou seja o processo de redistribuição dos recursos gerados, sejam eles calculados em dinheiro corrente ou moeda social, é de conhecimento comum.

Se fossem entidades que captam exclusivamente em benefício próprio, empresas que vivem para empreender seu próprio negócio permanentemente, haveria duas saídas desses recursos, claramente: uma seria a contabilização disso como lucro, para alguns, e a outra como investimento para gerar mais dentro do negócio, e não são

essas as duas formas de saída. Há assimilação dos ganhos e transformação em meios de produção próprios que possam permitir que outros projetos sejam fomentados dentro dessa rede. Há, portanto, fragmentação desse ganho em novos projetos, de perfil semelhante. Eu vejo o Fora do Eixo explodindo-se permanentemente por dentro e pipocando outras frentes. E isso ocorria também dentro da Casa da Cultura Digital. Corta-se a cabeça e dez novas surgem. Esse movimento, que tem várias outros exemplos, está fomentando a ampliação de experiências comuns em todo território nacional. Mais que tudo é para financiar um modelo de vida, um modelo que, inclusive, passa por criar uma nova economia.

Onde está o desafio? É ampliar o tempo livre e o tempo destinado às relações, ao afeto, às trocas, diminuindo o tempo necessário à produção, o tempo do trabalho propriamente dito. Vai-se aos poucos anulando esse tempo do trabalho e fica um tempo que é a vida sendo vivida, aproveitando-se dessa produção que é capaz de ser distribuída para que se viva muito bem e que se tenha tempo para usufruir daquilo que nos constitui, que são as expressões culturais, estéticas, políticas, a vida na pólis, a vida da construção da coletividade e tudo mais. É o que acho que o Gorz escreve em *Adeus ao proletariado*, em 1980, dizendo que a luta dos movimentos de esquerda não deveria mais ser a distribuição do excedente de produção na relação do trabalho, mas pelo tempo livre, pela redução das jornadas, pelo aumento do tempo livre e, consequentemente, pela sua oportunidade de educação, de cultura, de lazer. Porque a distribuição feita corretamente, a partir de outra visão de sociedade, nos garantiria vida qualificada para todos. Não sei se a CCD ou o Fora do Eixo são exatamente isso, mas eu diria que é o que nós devemos perseguir.

A outra crítica é que alguns nomes seriam lançados como poderes nessas redes, enquanto outros nomes se manteriam no anonimato. Haveria uma catapulta política para alguns em detrimento de outros.

Pode ser que isso ocorra. No caso da Casa da Cultura Digital, nós reunimos algumas lideranças que já tinham uma trajetória antes de sua existência, como é o caso do professor Sérgio Amadeu da Silveira, dos grandes defensores do software livre no Brasil, ou de Cláudio Prado, que articulou os projetos de políticas de cultura digital na gestão de Gil no Ministério da Cultura. Ao mesmo tempo, outras lideranças foram emergindo, gente importante, que é referência desse debate no Brasil, como Daniela Silva e Pedro Markun, do Transparência Hacker, Lia Rangel, André Deak, Bianca Santana, destaque no debate sobre recursos educacionais abertos, Gabriela Agustini, Georgia Nicolau, Dalva Santos, a frente do Festival CulturaDigital.Br, Lucas Pretti, Andressa Viana, Thiago Carrapatoso, entre tantos outros, que pariram inicialmente o Baixo Centro. No caso do Fora do Eixo, eles também foram criando inúmeras lideranças, como Pablo Capilé, Felipe Altenfelder, Talles Lopes, Carol Tokuyo, Lenissa Lenza, Bruno Torturra, isso mais recentemente, mas tem aí o Daniel Zen, o Ricardo Rodrigues, gente do Brasil inteiro. Há muitas lideranças surgindo, gente qualificada que foi formada nessa luta. Pessoas extremamente capazes de desenvolver projetos ultraqualificados, de atuar com maturidade emocional, cultural, política. Vemos quadros na boa tradição dos processos políticos sendo formados, gente muito boa surgindo de dentro. Muita gente reinvestigando sua formação e percebendo como pode viver uma vida inteiramente distinta. O papel de liderança, dentro de processos políticos vigorosos, se forma não pela sua capacidade de ser você mesmo, mas pela capacidade de localizar desejo para muito mais pessoas além de você. Vejo como um ato generoso, de se colocar, muitas vezes, como o instrumento de um processo. Erro é esquecer que por trás de um nome, de um porta-voz, há todo um processo que o constitui.

Pensei no Gilberto Gil falando do Lula. Gil faz a metáfora do cavalo de santo, aquele que vai para a linha de frente e se coloca à disposição, coloca a sua individualidade guiada por coletivos,

não guiada pela sua necessidade de satisfazer o seu ego. A grande liderança é forjada dessa maneira. Lula é um cavalo de santo, incorpora-se nele o povo brasileiro. Pode parecer uma análise complicada, que apontaria para o populismo, porque fica parecendo que um homem é o povo. Mas isso toca muito fundo no nosso tipo de sociedade, que sempre busca alguém que seja o responsável, o representante. E precisamos lidar com isso. Mesmo agora, entre os coletivos autonomistas, como o Passe Livre, eles elegem um porta-voz para lidar com a sociedade tal como ela está organizada, porque não é possível, a cada vez que se precisar negociar com uma empresa, com a mídia ou com o Estado, que se envie uma pessoa diferente. É necessária uma continuidade na conversa. Essa é a questão: qual é a relação que se quer ter com a sociedade tal como ela é? Porque às vezes o que parte da maioria das críticas é que querem que façamos da política um exercício abstrato, que não dialogue com a realidade e o contexto social ao qual nós estamos inseridos. Dentro das estruturas, há horizontalidade, tarefas, responsabilidades partilhadas. Para fora, muitas vezes, isso não fica claro, e o que aparece é a verticalidade.

O que se anuncia quando nos propomos a pensar novas estruturas políticas e culturais?

Essa pergunta é fundamental, porque eu realmente acredito que estamos construindo uma nova cultura política. Estávamos falando um pouco antes da política cultural, agora entramos na dimensão da cultura política. Ou seja, nas relações de convivência, das maneiras como nós podemos vivenciar essa experiência terrestre – e digo isso inclusive em relação à dimensão espiritual, que é algo que a gente exclui em geral das nossas reflexões sobre o desafio do nosso tempo, em uma separação entre corpo, mente e espírito. Eu diria que a mudança da cultura política é um dos aspectos que deveríamos observar mais atentamente, porque sem isso acabamos não

conseguindo promover a transformação individual tão necessária para que geremos de fato uma nova sociedade.

Pode-se fazer toda a crítica que for a mim, mas não a minha disposição de tentar compreender a relação com o outro. Penso muito nisso: que tipo de generosidade cada um de nós deve guardar consigo, quanto nós devemos ser capazes de ir além de nossas vontades, quanto temos que ser capazes de lidar com nossos processos de formação, com nossas decepções, incapacidades, incoerências, nossas inseguranças, dentro de um contexto em que a vida em coletividade nos exige? E o que se vê muitas vezes, dentro desses contextos de rede, é o oposto do altruísmo, da generosidade, da entrega, da anulação do ego exacerbado. Você vê gente falando em colaboração e disputando espaço permanentemente, não sendo capaz de dividir com o outro o mínimo para que a gente possa dizer que de fato estamos vivendo uma relação política de outra natureza.

Como normatizar a experiência da colaboração? O que cada um deve e pode oferecer, e o que cada um deve e pode retirar? O Fora do Eixo, por exemplo, por meio dos Cards, faz em parte essa normatização. E isso incomoda muita gente, consequentemente por parecer que existe uma doutrina nos seus processos, e talvez até exista mesmo. Há uma centralização interna, que parece reproduzir, no que se refere apenas à forma, o modelo de gestão das organizações leninistas, onde temos uma cúpula e a base. Mas essa foi a forma que encontraram para que a ação de um não dilua a força coletiva. Essa é a experiência deles. Outras que vivi não chegaram a um acordo, eram mais descentralizadas, pareciam mais oxigenadas e, ao fim e ao cabo, produziram insatisfação generalizada, por não proporcionarem um lugar comum de solução das divergências e dos conflitos, que a vida em coletividade fatalmente produz. Estou dizendo tudo isso para dizer o seguinte: o que experienciamos nesses contextos são toda a precariedade e complexidade humanas. Alguns estão estabelecendo um desafio político no macro, de constituir novas políticas

culturais, sociais, ambientais, e se debruçando sobre a dinâmica do micro, a cultura política, comportamental, das formas de relações e de sociabilidade que se pretendem gerar dentro desses espaços.

É possível partilhar muitas dimensões da vida. Talvez a mais delicada que se possa partilhar é a de sonhar em conjunto; partilhar nossa capacidade de produzir linguagem em conjunto, criar em conjunto, coisa que os coletivos artísticos vêm fazendo ao longo do último século. Não necessariamente você precisa ir para uma comuna de caixa coletivo, mas sim viver a criação conjuntamente, colaborativamente, dividir esse ato humano fundamental, que o que nos diferencia e ao mesmo tempo nos toca mais profundamente. Essa troca talvez seja a mais profunda e é extremamente fortuita. Quando se vai para um coletivo que propõe e experimenta isso, como eu experimentei na Casa de Cultura Digital com vários parceiros, toca-se numa dimensão de compartilhamento e colaboração que faz repensar as relações, repensar como vivemos nossas vidas. Isso é muito potente.

Infelizmente, nem todo mundo, porém, sai dessas experiências melhorado. Um monte de gente fica pelo caminho. Ou não consegue chegar ao ponto em que os demais se encontravam, e aí volta, retrocede. Muitos viram críticos radicais daquele processo. Ou porque não entendeu, ou porque teve uma experiência ruim, por muitos fatores. Tem um lado casuístico nisso tudo. Muito erro. E um lado caótico, porque não é um diagrama exato, bem pensado, onde cada uma das funções é pré-determinada. As variáveis são dinâmicas.

Tenho visto tudo isso como um grande laboratório, e nos laboratórios sabemos que vamos fazer um experimento, mas não sabemos qual será o resultado. No máximo, temos uma hipótese. Algo que gostaríamos que ocorresse. Mas o erro está à espreita. Não sabemos se o produto gerado será único ou poderá ser reproduzido em escala. Essas experiências me interessam. Temos de buscar as saídas. No fundo é isso, estamos laboratoriando a existência, a vida,

o que viemos fazer nesse plano em várias camadas. E se expor a isso exige de nós um tipo de preparo emocional que nem todos possuem.

Mas acho que devemos reconher que essas experiências são importantes. Não sabemos se elas vão durar. Nem se elas precisam durar. Talvez sobrevivam, mas certamente diferentes, com outras características. Pode ser que vejamos a sociedade se transformar de tal forma que, por exemplo, o Fora do Eixo não precise mais existir. Talvez a utopia venha daí. Viver comunitariamente, como você falava outro dia a respeito das arquiteturas coletivas dentro das cidades. De repente, daqui a vinte anos, teremos centro urbanos como o de São Paulo, com vários quarteirões de arquiteturas coletivas, com as juventudes e as pessoas da nossa geração, já seremos velhinhos, ou pré-velhinhos, ou *middle age*, porque as pessoas vivem até os 90 anos, convivendo. E nós estaremos ali no meio do caminho, mas como já viemos forjados dessa experiência, também cairemos para dentro dessas arquiteturas coletivas. E de repente o Centro de São Paulo vai ser um grande caixa coletivo, por que não? Aí não fará mais sentido discutir o Fora do Eixo, mas sim por que a sociedade caminhou nessa direção de ser um embrião de uma coisa que se realizou, e teremos outros modelos para experimentar. Estou brincando um pouco, porque outro dia estava conversando com a Ivana Bentes sobre não conseguirmos, hoje, fabular e criar ficções positivas a respeito do que vivenciamos. E um desafio é começar a refazer as ficções, porque se pegamos as ficções científicas, as coisas que foram feitas nas últimas décadas, muitas delas são distópicas.

O Colin Wilson, que escreveu *O Outsider*, fala muito sobre isso. Ele remete ao biólogo Rupert Sheldrake, e diz: "Se Sheldrake estiver certo – e os biólogos estão brigando com ele a cada passo do caminho –, as consequências serão óbvias e extraordinárias. Inicialmente, teríamos que reconhecer que nossos escritores e artistas têm grande parte da culpa pelo estado caótico da sociedade. A maior

característica de um vencedor do Prêmio Nobel parece ser acreditar que a vida é fútil e sem sentido, e dizer isso em livros e peças que terminam com a derrota do herói. Nós empurramos esse lixo para nossas crianças na escola e na universidade e acreditamos estar preparando-os para encarar a vida. Se existir mesmo uma verdade na teoria da ressonância mórfica, isso é o equivalente a despejar germes no reservatório de água da cidade". Ou seja, ele está falando de um inconsciente coletivo forjado por universos distópicos e isso estaria alimentando as novas gerações de forma absolutamente negativa. É meio místico, mas tem algo interessante aí.

De certa maneira, o Cláudio Prado com o pós-rancor também entra um pouco por aí. Esse peso que parte da esquerda se impõe. A estratégia da vitimização. Não acho que temos de esquecer. Tem sim de lembrar, disputar a memória, não dá para passar uma régua no passado, mas acho que tem uma carga de negatividade que é imposta para alguns grupos e que mobiliza a juventude, mas não nos permite ver outros caminhos, outras possibilidades de vida. É interessante pensar sobre um movimento que prega o amor, a diversidade, outras relações possíveis, se veste de rosa-choque... Por que incomoda tanto? O otimismo é violento.

O otimismo e a felicidade são mais violentos do que a violência cotidiana que já está assegurada pela grande mídia.

E "a alegria é a prova nos nove", não é? De alguma maneira, não houve na política nada semelhante ao que foi a Semana de Arte Moderna para as artes, e muito menos tivemos na nossa política uma experiência na nossa política tão radical como o neoconcretismo, o tropicalismo, derivações da antropofagia oswaldiana.

Estão entre o moderno e o contemporâneo, esse jogo é interessante.

E se nos anos 1980 o PT representou a renovação, o moderno, tem que vir o contemporâneo agora. E acho que ele vem de outro PT,

que pode nascer de dentro do próprio PT. Ou não. Tenho para mim que não existe saída fora do acordo lulista para o Brasil nos próximos anos. Acho que o acordo que o Lula construiu trará de dentro dele o próximo salto. Mas é esse outro PT, esse Partido Tropicalista que existe aqui ebulindo dentro dessas estruturas, que pode trazer a política para o contemporâneo. Isso sem recusar a experiência acumulada, pois a resposta não vai sair de fora. E aí quando eu falo lulista, não falo necessariamente do Partido dos Trabalhadores. No caso das políticas culturais, Lula foi muito mais longe do que o PT foi capaz. Dentro do Lulismo cabe esse campo que se constituiu incorporando Gilberto Gil e Juca Ferreira em um primeiro momento e cabe, por exemplo, o surgimento de uma nova liderança proveniente da universidade e do pensamento crítico uspiano como Fernando Haddad. Tenho me colocado à disposição, como vários de nós, para fazer emergir esse contemporâneo de dentro da experiência moderna. Ela se atualiza por aí.

O contemporâneo trouxe nas artes visuais a inserção do corpo, assim como a contracultura para a política. O que ainda precisa ser institucionalizado.

É a bioluta. As lutas pela vida. Está na análise foucaultiana sobre o poder: o biopoder. O Deleuze traz isso para a sociedade do controle, o Negri reelabora e inverte o sentido do biopoder, já não mais como um diagnóstico, mas um processo ativo de disputa da sociedade, que passa a se organizar em torno de biolutas. Esses referenciais estão todos postos e de alguma maneira passamos por experiências semelhantes, de estéticas relacionais, de processos de pós-produção, de dinâmicas que incorporam o corpo para dentro, e de alguma maneira também a espiritualidade, que traz para dentro dessa dimensão as reflexões rituais. Nesse caldeirão há um contingente que não estava dado dentro da política tradicional. Acredito que pode aparecer outro caminho, um novo rumo, e dele pode vir

a experiência de construir instituições e uma democracia baseada na nossa flexibilidade histórica e da nossa capacidade de deglutição das nossas próprias experiências, referências, não mais tentando reproduzir modelos eurocêntricos, mas sim nos colocando o desafio de inventar novos caminhos. E aí talvez, sem ser arrogante, dar de fato respostas para o mundo. Talvez o século que virá seja não o da democracia americana, mas o dá democracia brasileira.

SOBRE O AUTOR

Rodrigo Savazoni é um cara irrequieto. Sua preguiça atávica o leva a fazer muitas coisas. É ativista da cultura digital livre, pesquisador, jornalista, professsor, gestor público e realizador multimídia. Foi um dos fundadores da Casa da Cultura Digital, espaço de colaboração e experimentação que teve origem em São Paulo mas foi se multiplicando Brasil afora.

Atualmente, é Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo e integra o Grupo de Pesquisa em Cultura Digital e Redes de Compartilhamento da Universidade Federal do ABC, pela qual é mestre em Ciências Humanas e Sociais.

Como ativista que se banhou no outromundismo do Fórum Social Mundial, participou da fundação do Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação, colaborou com a Ciranda da Informação Independente, com várias ONGs, entre elas o Laboratório Brasileiro de Cultura Digital, do qual foi sócio-diretor.

Como gestor público, trabalhou como assessor na Secretaria Geral da Presidência da República em 2003 e chegou a ser Editor Chefe da Agência Brasil, então administrada pela Radiobrás, hoje EBC. Também foi um dos articuladores do Fórum Nacional das TVs Públicas e participou da concepção e organização, em parceria com o Ministério da Cultura, dos Fóruns da Cultura Digital Brasileira de 2009 e 2010.

Entre os trabalhos que mais lhe dão orgulho está a criação da Plataforma CulturaDigital.Br, uma rede social voltada à construção

de políticas públicas que recebeu Menção Honrosa no Prix Ars Electronica, o maior prêmio europeu de arte e tecnologia.

Como realizador multimídia, desenvolveu inúmeros projetos, como a série documental Cinco Vezes Cultura Digital, para a qual co-dirigiu Remixofagia - Alegorias de Uma Revolução. Também foi um dos idealizadores e construtores do projeto Produção Cultural no Brasil. Ainda gosta, vez ou outra, de desenhar plataformas.

Como jornalista, trabalhou sempre com internet. Começou a carreira em 1999 no Portal do Estadão. Em 2008, voltou ao lugar do primeiro emprego para dirigir a área de Conteúdos Digitais, quando recebeu o Prêmio de Reportagem Multimídia pela plataforma Vereador Digital. Em 2008 também foi agraciado com o Prêmio Vladimir Herzog de Direitos Humanos pelo Hipervídeo coletivo Nação Palmares, realizado na Agência Brasil.

Também colaborou com inúmeras publicações alternativas e independentes, como Fórum, Revista do Brasil, Caros Amigos, Carta Maior, Select, Le Monde Diplomatique, entre outras.

Em 2011, coordenou a realização do Festival Cultura Digital.Br (http://www.culturadigital.org.br), que ocorreu no Rio de Janeiro reunindo experiências de cultura digital de mais de 20 países.

Foi professor convidado em 2009 e 2010 do curso de pós-graduação de jornalismo multimídia da PUC-São Paulo. Em 2013, recebeu convite para lecionar na Escuela Internacional de Cine y Televisión de San Antonio de Los Baños, Cuba.

Foi um dos organizadores do livro Vozes da democracia (Imprensa Oficial, 2007) e é co-autor, com Sérgio Cohn, do livro Cultura Digital.Br (Azougue, 2009).

Pai da Júlia e do Francisco, é casado com Lia Rangel. Por isso, se sente um homem de sorte. Adora o mundo civilizado, a noite indisciplinada, e faz tudo que faz com a certeza de que está escrevendo um poema.

COLEÇÃO REDE LIVRE

azougue editorial

A Onda Rosa-Choque debruça-se, reflexivamente, de forma pioneira, sobre algumas ações e coletivos que estiveram na origem das Manifestações de Junho de 2013. O exame dos prenúncios desse movimento ilumina aspectos pouco visíveis da atual dinâmica social brasilera. O vínculo entre cultura e política, segundo o qual uma não prescinde e não se compreende sem a outra, tem como base as redes digitais, espaço por excelência de práticas dissidentes.

O ciberativismo engajado da juventude urbana, estruturado de forma não-hierárquica, desenvolveu uma cultura política assentada na colaboração e no compartilhamento. A busca criativa de espaços de liberdade nas malhas da "sociedade do controle", ao colocar em xeque o modelo representativo, ampliou a democracia. A politização das novas tecnologias possibilitou a incorporação de modalidades próprias da democracia direta, o revigoramento dos antigos e a emergência de novos movimentos sociais, apontando para novas formas de fazer política.

Ricardo Musse

ISBN: 978-5879-20-133-2

azougue editorial